



RELATÓRIO DO ESTADO DA ECONOMIA DE CABO VERDE EM 2016



Banco de Cabo Verde

BANCO DE CABO VERDE

Avenida Amílcar Cabral, 27
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde
Tel: +238 2607000 / Fax: +238 2607197
<http://www.bcv.cv>

Edição

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas
Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro

Impressão

Tipografia Santos, Lda

Tiragem

200 Exemplares

Índice

A Economia de Cabo Verde em 2016

Avaliação Global.....	05
Capítulo 1. Enquadramento Internacional	07
Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas	11
2.1. Política Monetária e Condições Monetárias e Financeiras	11
Caixa 1: A <i>Performance</i> do Sector Financeiro em 2016.....	17
2.2. Política e Situação Orçamental.....	19
Capítulo 3. Oferta e Procura.....	25
Caixa 2: Uma Análise de Indicadores de Competitividade para a Economia.....	31
Capítulo 4. Mercado de Trabalho.....	38
Capítulo 5. Inflação	41
Capítulo 6. Contas Externas	43
Caixa 3: Estatísticas do Sector Externo de acordo com o BPM6.....	49
Anexos Estatísticos.....	53

A ECONOMIA DE CABO VERDE EM 2016

Avaliação Global

A economia nacional evidenciou um assinalável dinamismo em 2016, favorecido pelo contexto de melhoria das condições laborais e de financiamento nos principais mercados turísticos do país, nos países acolhedores da emigração cabo-verdiana e nas economias financiadoras do país. A conjuntura de decréscimo da inflação importada, de fortalecimento da confiança na economia nacional e de consequente redução de restrições internas ao financiamento de projetos privados, bem como a manutenção de políticas macroeconómicas acomodatórias, também beneficiou a economia nacional.

As estimativas do Instituto Nacional de Estatísticas apontam, com efeito, para um crescimento em volume do PIB em 3,8 por cento, valor mais elevado desde 2011 e superior em 2,3 pontos percentuais à média dos crescimentos anuais registados nos últimos cinco anos.

Para a expansão da atividade económica foram determinantes os desempenhos da administração pública, dos impostos líquidos de subsídios, das indústrias transformadoras e da agricultura, bem como a deflação dos preços no consumidor e desinflação dos preços no produtor.

O aumento da procura agregada terá, por um lado, impulsionado a significativa criação de postos de trabalho, entretanto, em número insuficiente para absorver a procura crescente de emprego, tendo o desemprego aumentado para 15 por cento da população ativa (12,4 por cento em 2015). Por outro lado, tendo sido acompanhado pela contenção da fatura das importações e pelo aumento das transferências unilaterais, não se traduziu no agravamento do desequilíbrio externo corrente do país, que, pelo contrário, reduziu.

A aceleração do crescimento sugere que a economia cabo-verdiana terá iniciado um processo de retoma, após anos sucessivos de fraco dinamismo, pese embora a dependência da sua atual evolução à expansão do sector público não empresarial e não obstante a persistência de vulnerabilidades (relacionadas à elevada concentração da atividade económica em determinados sectores e à dependência do seu desempenho à *performance* de um reduzido mercado) e riscos macrofinanceiros (sobretudo relacionados com o nível comparativamente elevado de endividamento público e a limitada margem para políticas anti-cíclicas para a absorção de choques, agravada pelas responsabilidades contingentes nas empresas públicas e câmaras municipais; o défice de eficiência do sistema financeiro e nível de crédito mal parado; os elevados custos de contexto e de risco de projetos empresariais; a economia dual, com elevado nível de informalidade; a baixa empregabilidade e produtividade do trabalho), que interpelam à implementação de reformas estruturais transversais e abrangentes.

Quadro 1. Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidades	2012	2013	2014	2015	2016
I. Sector Real						
Produto Interno Bruto	variação real em %	1,1	0,8	0,6	1,0	3,8
Inflação Média dos 12 meses	taxa variação em %	2,5	1,5	-0,2	0,1	-1,4
Taxa de Desemprego	taxa variação em %	16,8	16,4	15,8	12,4	15,0
II. Sector Monetário e Cambial						
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	23,0	38,1	21,8	13,4	18,6
Reservas Internacionais Líquidas	taxa variação em %	14,0	16,8	21,1	7,8	19,4
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	3,7	3,7	2,4	2,2	4,6
Crédito à Economia	taxa variação em %	0,3	1,6	0,2	2,7	3,6
Massa Monetária	taxa variação em %	6,3	11,0	7,3	5,9	8,4
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	2001=100; valores médios	105,0	104,1	104,5	102,4	102,7
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real (*)	2001=100; valores médios	116,9	115,8	114,0	131,8	129,7
III. Sector Externo						
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-13,3	-5,4	-8,7	-3,8	-2,9
Balança Corrente	em % do PIB	-14,0	-5,8	-9,1	-5,0	-3,7
Reservas/Importações	meses	3,8	4,8	5,4	6,4	6,9
Posição de Investimento Internacional	em % do PIB	140,2	-143,2	-151,9	-154,4	-152,1
IV. Finanças Públicas						
Saldo Global	em % do PIB	-12,4	-9,3	-7,4	-3,8	-3,5
Saldo Primário	em % do PIB	-10,7	-7,2	-5,1	-1,2	-1,0
Dívida Pública	em % do PIB	91,3	102,5	115,9	126,1	129,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças e Banco de Cabo Verde.

Notas: Os dados das contas nacionais, externas e públicas estão sujeitos à atualização.

A Taxa de Câmbio Efetiva Nominal (TEN) está definida como média geométrica das taxas de câmbio nominais bilaterais da moeda doméstica relativamente à moeda dos países parceiros. A Taxa de Câmbio Efetiva Real (TER) é calculada deflacionando a TEN, utilizando a inflação nacional e a dos principais parceiros. Note-se que, em março de 2015 o ano base de cálculo do Índice Harmonizado do Preço do Consumidor da Área do Euro e do Índice de Preço do Reino Unido foi alterado, passando de 2007 para 2015. Em consequência os dados anteriores a 2015 não são totalmente comparáveis com os de 2015 e 2016.

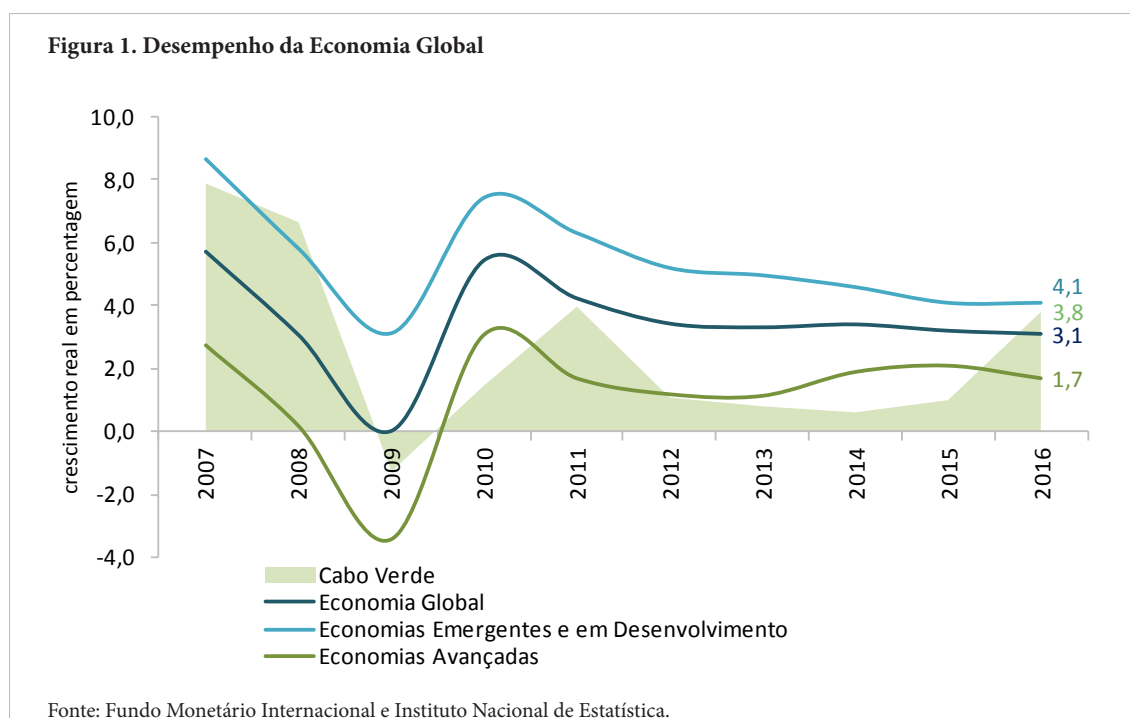
Capítulo 1. Enquadramento Internacional

O enquadramento externo da economia cabo-verdiana ficou marcado, em 2016, pelo abrandamento do ritmo de crescimento económico dos seus principais parceiros económicos, pela contínua recuperação dos respetivos mercados de trabalho e por baixa inflação.

As estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um crescimento real da economia mundial de 3,1 por cento em 2016, 0,1 pontos percentuais abaixo do valor registado em 2015.¹ O abrandamento do crescimento global refletiu, sobretudo, o desempenho menos conseguido das economias avançadas (cresceram 1,7 por cento, 0,4 pontos percentuais abaixo do crescimento registado em 2015), em particular dos principais parceiros económicos do país.

A economia da Área do Euro, o principal parceiro comercial e financiador do país, cresceu em termos reais 1,7 por cento em 2016 (2,0 por cento em 2015), impulsionada pelas dinâmicas do consumo privado e público.

A contínua melhoria do mercado de trabalho, nomeadamente a redução do desemprego em 0,9 pontos percentuais para dez por cento da população ativa, o impacto da contínua redução dos preços das matérias-primas e da contida procura mundial nos preços no consumidor, além do efeito de algum alívio na consolidação orçamental, determinaram o aumento do rendimento e do poder de compra das famílias, traduzindo-se num crescimento mais acelerado do consumo privado.

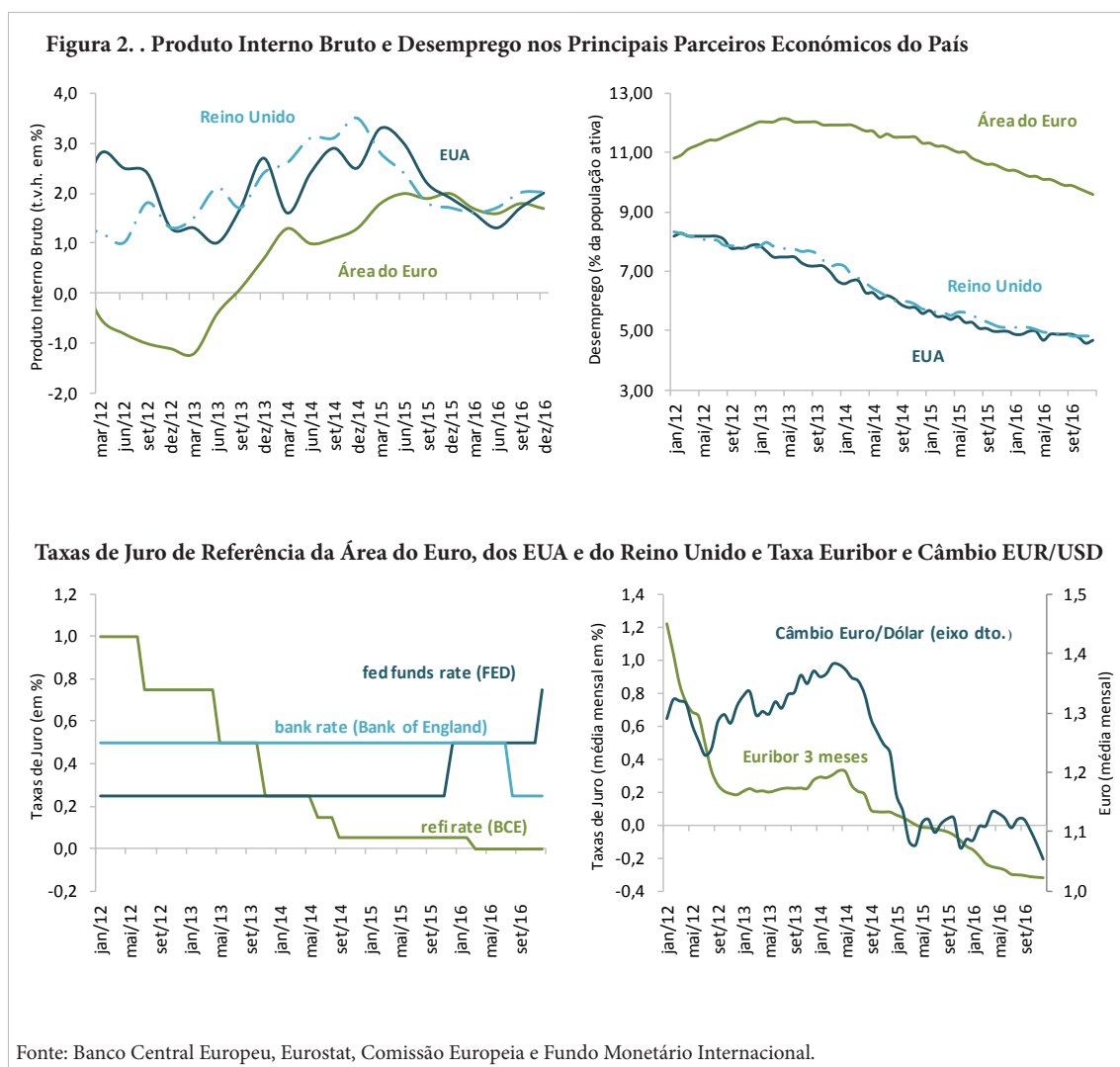


¹ Note-se que o FMI reviu, em outubro de 2016, as estimativas de crescimento global de 2015 de 3,1 para 3,2 por cento.

Este, também, terá sido, em alguma medida, beneficiado pelo reforço da orientação acomodatória da política monetária, em março, através da redução das taxas de referência do banco central europeu para mínimos históricos e do alargamento do programa de compra de ativos para 80 mil milhões de euros e às obrigações das sociedades não bancárias e, em junho, com o início da nova série de operações de refinanciamento direcionadas de prazo alargado.²

Não obstante o estímulo monetário, a moderação dos investimentos e, sobretudo, das exportações condicionaram o desempenho económico da região monetária. A *performance* menos positiva dos investimentos terá sido determinada pelas incertezas políticas associadas ao *Brexit* e às tendências eleitorais pró-governos populistas em vários países, enquanto as exportações terão sido condicionadas pela dinâmica do comércio mundial, num contexto de apreciação do euro (em termos efetivos nominais em três por cento em 2016).

Os EUA e o Reino Unido, importantes financiadores da economia nacional e emissores de procura turística do país, também condicionaram o desempenho do grupo das economias avançadas em 2016, com as suas *performances* económicas menos conseguidas.



² De acrescentar que o Banco Central Europeu fixou as taxas refi, de facilidade de absorção e de facilidade de liquidez, respetivamente em 0,0, -0,4 e 0,25 por cento desde março de 2016.

O crescimento económico dos EUA desacelerou um ponto percentual para 1,6 por cento, em larga medida, resultado da contração dos investimentos e moderação do consumo privado, não obstante a redução do desemprego para níveis considerados de pleno emprego (de 5,3 por cento da população ativa em 2015 para 4,9 por cento em 2016).

O arrefecimento da procura interna, e em particular a contração dos investimentos, foi determinado pelo ajustamento das existências e pelos desenvolvimentos no mercado petrolífero (oferta elevada e preço reduzido), desencorajadores de investimentos no sector energético. O cariz menos acomodaticio da política monetária (que resultou na subida dos juros de referência - *fed funds rate* - em 0,25 pontos percentuais para 0,75 por cento em dezembro, um ano depois do primeiro aumento desde agosto de 2007) e as incertezas sobre a tendência da política económica, no quadro do processo das eleições, terão também influenciado as decisões de investimento e consumo dos agentes económicos.

O ritmo de crescimento económico do Reino Unido abrandou de 2,2 para 1,8 por cento em 2016, reflexo, em larga medida, do impacto das incertezas quanto ao futuro da parceria económica com a União Europeia na dinâmica dos investimentos e procura externa (esta também influenciada pelo contexto macroeconómico dos seus principais clientes e apreciação da libra esterlina).

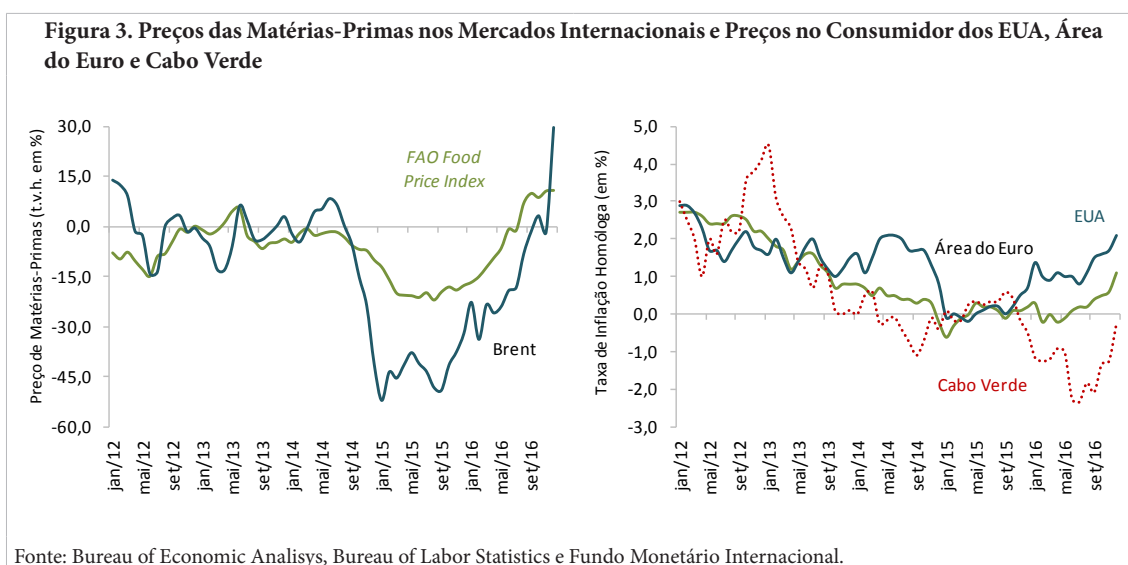
De registar que impacto da votação do *Brexit* nos investimentos fez-se sentir particularmente no trimestre da votação do referendo, quando estes contraíram 0,2 por cento em termos homólogos. As medidas de reforço da política de afrouxamento monetário e o alargamento do programa de estímulo económico, implementadas, em agosto, em resposta aos resultados a favor do *Brexit*, terão limitado os efeitos das incertezas e fortaleceram a confiança dos operadores económicos e dos consumidores na economia do Reino Unido.

O consumo privado, entretanto, manteve-se resiliente, favorecido pela contínua redução da população desempregada. A taxa de desemprego reduziu, em 2016, 0,5 pontos percentuais para 4,9 por cento da população ativa do Reino Unido.

Pese embora os desempenhos individuais díspares, o grupo das economias emergentes e em desenvolvimento manteve o ritmo de crescimento de 2015 (4,1 por cento), beneficiando de alguma recuperação dos preços das matérias-primas.

Os desempenhos acima das expectativas da China, além de alguns produtores de petróleo do Médio Oriente e da Europa (em particular, respetivamente do Irão e da Rússia), contrapõem-se, entre outras *performances* mais conseguidas, aos desempenhos dececionantes, de acordo com o FMI, das economias indiana (reflexo do choque no consumo e do abrandamento dos investimentos privados e das receitas de turismo), brasileira e argentina (que mantêm um ritmo lento de recuperação da recessão), bem como da economia mexicana, em função dos impactos de condições de financiamento restritivas e do aumento de incertezas quanto às relações económicas com os EUA.

Destacando a sub-região onde Cabo Verde está inserido, de notar que o crescimento da África Subsariana desacelerou para o nível histórico mínimo de 1,6 por cento em 2016, menos 1,8 pontos percentuais que em 2015, refletindo principalmente os impactos da contínua queda dos preços das matérias-primas e o agravamento dos custos de financiamento nos mercados externos.



Além de fatores fundamentalmente económicos, as instabilidades geopolíticas e político-sociais no plano doméstico, o terrorismo, as doenças endémicas e os fenómenos climáticos extremos condicionaram, sobremaneira, o desempenho das economias emergentes e em desenvolvimento, que, entretanto, continuam a impulsionar a recuperação da economia global da grande recessão e a contribuir em mais de 75 por cento para o crescimento do produto interno bruto mundial.

O desempenho menos conseguido das principais economias avançadas, a par do arrefecimento e contração das principais economias emergentes e em desenvolvimento, afetou o comércio mundial e contribuiu para a contínua deflação dos preços das matérias-primas e desinflação dos preços no consumidor.

O preço das matérias-primas energéticas nos mercados internacionais decresceu 15,7 por cento em 2016, que compara à redução de 47,2 por cento de 2015. A diminuição da produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e dos EUA, numa conjuntura de contenção da procura, determinou a tendência de recuperação dos preços da energia.

O preço das matérias-primas não-energéticas, por sua vez, reduziu 1,9 por cento, após a queda de 17,4 por cento de 2015. Em particular, os preços de bens alimentares registados pelo *food price index* da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) diminuíram 1,5 por cento (-18,7 por cento em 2015), refletindo um maior equilíbrio entre a sua oferta e procura, algo determinado, também, por fatores climáticos.

Em 2016, pese embora o menor crescimento económico dos principais parceiros do país, o enquadramento externo da economia nacional favoreceu o crescimento da procura turística e dos influxos de investimento direto estrangeiro, determinou a contenção da fatura das importações e beneficiou, conseqüentemente, o poder de compra das famílias.

Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas

2.1. Política Monetária e Condições Monetárias e Financeiras da Economia Cabo-Verdiana

No contexto de uma revitalização da atividade económica, estimulada em boa medida pela recuperação da confiança dos agentes económicos e acompanhada por ausência de pressões significativas na balança de pagamentos e deflação dos preços no consumidor, a política monetária manteve, em 2016, o cariz acomodatório que a caracteriza desde 2013.

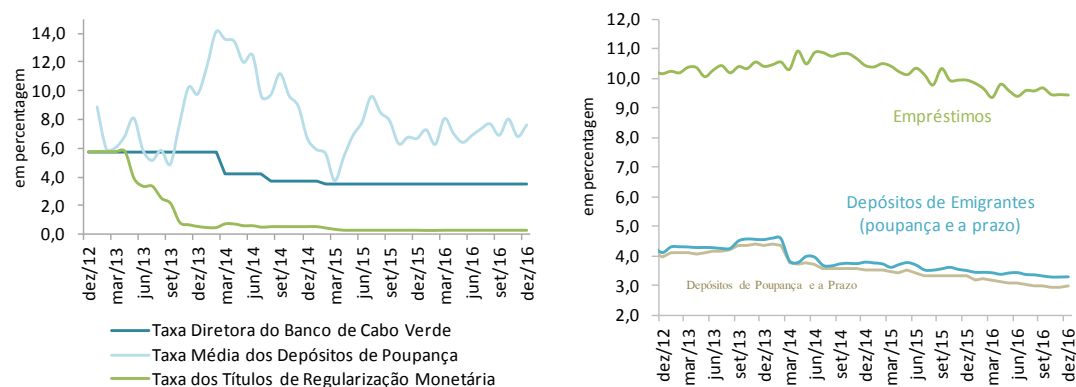
As condições de financiamento da economia continuaram a melhorar, em resultado tanto dos efeitos das medidas de política implementadas, particularmente em 2015, como de alguma redução do crédito em incumprimento e aumento da procura de crédito para investimento.

Os créditos à economia e ao sector privado cresceram a taxas mais elevadas desde 2011, respetivamente, em 3,6 e 3,5 por cento, enquanto a taxa média de juro dos empréstimos em situação regular baixou 0,07 pontos percentuais para 9,07 por cento.

Desde fevereiro de 2015, quando as taxas de juro de referência do banco central e o coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa foram reduzidos em 0,25 e três pontos percentuais, respetivamente, o volume do crédito ao sector privado aumentou 4.794 milhões de escudos (3.295 milhões acima do aumento acumulado registado entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2015). Em termos acumulados, as taxas de juro ativas registaram uma redução média de 0,95 pontos percentuais de fevereiro de 2015 a dezembro de 2016. O custo do *funding* foi também ajustado, tendo, entretanto, as taxas passivas reduzido menos que as ativas (0,48 pontos percentuais), induzindo alguma redução do *spread*.³

³ A transmissão monetária tem estado a efetivar-se em linha com resultados de análises aos mecanismos de transmissão da política monetária do país realizados tanto pelo FMI como pelo BCV. Estes indicam que as taxas de referência do banco central têm poder de prever o comportamento futuro das taxas bancárias, pese embora a lenta velocidade de transmissão. A transmissão no longo prazo (velocidade de ajustamento médio das taxas ativas para todas as maturidades é estimada em quatro anos) é estatisticamente significativa e perto da magnitude prevista pela teoria económica. O coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa e o crescimento do crédito à economia têm, expurgando os fatores conjunturais que condicionam a oferta e a procura de crédito, uma forte correlação negativa. A função impulso-resposta do crédito à economia às alterações nas reservas obrigatórias sugere que sua redução só começa a produzir o efeito de estimular o crédito a partir do quinto mês após a sua implementação, mas a medida terá efeito positivo até o quarto ano a seguir à sua efetivação. E, por sua vez, o impacto do crescimento do crédito à economia no PIB, além de desfasado, é atenuado pela elevada propensão marginal a importar do país. O aumento do crédito à economia em um por cento gera, *ceteris paribus*, um aumento do PIB real em 0,4299 por cento.

Figura 4. Transmissão Monetária em Cabo Verde



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Constrangido pela persistência de condicionantes estruturais (excesso estrutural de liquidez, elevados custos operacionais e de contexto para a banca, estágio incipiente de desenvolvimento do sistema financeiro, entre outros) e conjunturais (relacionados ao volume de crédito em incumprimento e em risco e dinâmica da economia aquém do desejável), a transmissão à economia real das medidas de política monetária deverá, *ceteris paribus*, continuar a efetivar-se, podendo ser ampliada pela contínua melhoria do clima económico e pelo contínuo reforço da solidez do sistema bancário.

Execução da Política Monetária

As decisões de política monetária, no âmbito do regime de controlo monetário indireto que prevalece no país, são materializadas com recurso às operações de *open market type*, às alterações das taxas de juro de referência do banco central (taxas diretoras e de facilidades de cedência e absorção de liquidez), bem como a variações no coeficiente das disponibilidades mínimas de caixa.

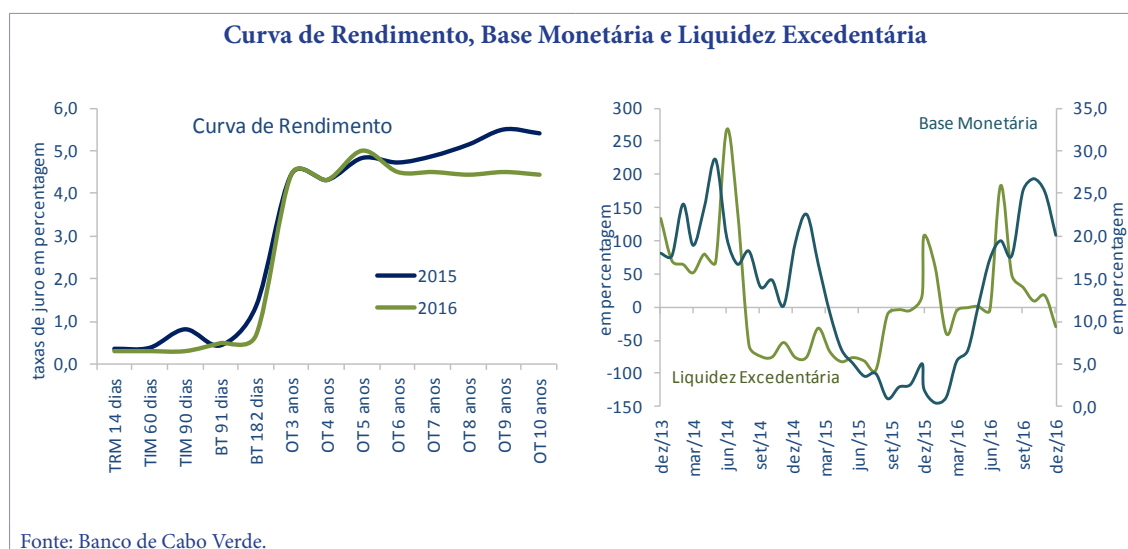
A execução da política monetária efetivou-se em 2016, sobretudo, em emissões de Títulos de Regularização Monetária (TRM) e nas facilidades permanentes de depósito, visando a absorção, ainda que parcial, da liquidez excedentária do sistema.

Neste quadro, as emissões dos TRM a prazo de 14 dias ascenderam a 19.207 milhões de escudos, enquanto as emissões de Títulos de Intervenção Monetária (TIM), a prazos mais alargados, fixaram-se em 4.899 milhões de escudos. Em termos médios anuais, as taxas de juro das emissões de TIM e TRM fixaram-se, ambas, em 0,3125 por cento, menos 0,28 e 0,04 pontos percentuais, respetivamente, que em 2015.

Os depósitos *overnight* dos bancos comerciais junto ao BCV, no âmbito das facilidades permanentes de absorção de liquidez, cifraram-se nos 3,4 bilhões de escudos em 2016, aumentando 44 por cento face a 2015.

Em termos médios anuais, o excesso de liquidez do sistema bancário fixou-se nos 1.544 milhões escudos, ligeiramente acima do valor de 1.481 milhões registados no ano anterior. Dissipados os efeitos das medidas de gestão monetária implementadas em agosto de 2014, a evolução da liquidez excedentária do sistema traduziu um maior equilíbrio na evolução contemporânea da procura e oferta de liquidez por parte dos bancos.⁴

⁴ Registe-se que entre outras medidas implementadas em agosto de 2014, a autoridade monetária passou a permitir o acesso irrestrito e diário dos bancos às facilidades permanentes de absorção e de cedência de liquidez e fixou o mínimo de reservas que as instituições bancárias devem manter diariamente nas suas contas de depósitos à ordem no BCV em 20 por cento.



Com efeito, a procura, medida pelo valor médio diário das disponibilidades mínimas de caixa, cresceu 7,6 por cento para 19.461 milhões de escudos (depois de ter reduzido 11,8 por cento, para 18.083 milhões em 2015), enquanto a oferta, medida pelos depósitos médios diários dos bancos, aumentou 7,4 por cento para 21.005 milhões de escudos (quando em 2015 tinha decrescido 20,3 por cento, para 19.530 milhões de escudos).

Desenvolvimentos Monetários e Financeiros

A massa monetária alargada, expressa pelo agregado M2, registou um crescimento de 8,4 por cento em 2016 (5,9 por cento em 2015), determinado pela expansão tanto das disponibilidades líquidas sobre o exterior como do crédito interno líquido.

O aumento na ordem dos 19 por cento dos ativos externos líquidos do país foi determinado pelo comportamento dos ativos externos do Banco de Cabo Verde, que cresceram 19,4 por cento, tendo as reservas internacionais líquidas do país atingido o valor máximo histórico de 59,7 mil milhões de escudos. Os ativos externos líquidos dos bancos comerciais, não obstante, diminuíram cerca de 384 milhões de escudos, numa conjuntura de contínua redução das rendibilidades das suas aplicações no exterior (tradicionalmente em depósitos na Área do Euro) e de recuperação da confiança dos empresários e consumidores na economia nacional.

O crédito interno líquido cresceu 3,7 por cento, reflexo, sobretudo, do maior crescimento do crédito à economia desde 2011.

O aumento da procura de crédito, por parte dos particulares e empresas, num contexto de algum desagravamento da perceção de riscos macroeconómicos por parte dos bancos (relacionado quer a perspectivas mais otimistas quanto ao desempenho da economia quer ao peso crescente da procura empresarial para investimento) e da contínua redução das taxas de juro ativas, terá determinado o aumento da oferta de crédito para o sector privado, de 0,3 para 3,5 por cento, e do crédito à economia, de 2,7 para 3,6 por cento.⁵

O crédito concedido pelos bancos destinou-se na sua larga maioria (em torno de 60 por cento) a sociedades não financeiras privadas. O montante concedido a particulares financiou, sobretudo, o consumo de bens e serviços (outros fins que não habitação).

⁵ Registe-se que os empréstimos em situação regular beneficiaram de uma redução da taxa de juro para 9,07 por cento, 0,07 pontos percentuais abaixo do registado em 2015.

O financiamento complementar da economia via mercados de capitais, com recurso a emissões de ações e outras participações de capitais e de títulos de dívida, permaneceu muito circunscrito a ofertas privadas (em 2016, de duas sociedades não financeiras públicas e uma sociedade financeira privada). O valor das emissões de obrigações empresariais (num total de duas) no mercado primário reduziu 38,5 por cento para 1.200 milhões de escudos (que compara ao saldo líquido positivo de 3.479 milhões de empréstimos bancários concedidos).

Pese embora o aumento dos seus depósitos, em torno de 22 por cento, o crédito líquido ao sector público também registou um aumento, de 4,1 por cento, para financiar, sobretudo, as necessidades de tesouraria do governo central, numa conjuntura de redução dos desembolsos de financiadores externos do Estado.

Analisando as componentes, o crescimento do M2 foi principalmente impulsionado pelas suas componentes mais líquidas, nomeadamente os depósitos à ordem (de residentes e emigrantes), que cresceram 14,3 por cento (4,5 por cento em 2015).

O contínuo aumento da preferência da população cabo-verdiana pela utilização de meios de pagamentos eletrónicos poderá estar a justificar o crescimento significativamente mais baixo da outra componente dos passivos monetários a moeda em circulação, (em 2,7 por cento).

Os passivos quase monetários mantiveram o perfil crescente que tem caracterizado a sua evolução nos últimos seis anos. Não obstante, a conjuntura macroeconómica mais favorável e, conseqüentemente, mais propícia à moderação da poupança precaucional, aliada à contínua redução da remuneração dos depósitos a prazo e de poupança, poderá estar a justificar o seu crescimento sete pontos percentuais abaixo do crescimento dos depósitos à ordem e a desaceleração do crescimento dos depósitos de emigrantes de 6,0 para 4,8 por cento.⁶

Quadro 2. Situação Monetária

	2014	2015	2016	2016
	saldos em milhões de escudos			Contributos para a variação do M2 (p.p.)
Posição Externa	44.061,5	49.949,5	59.264,4	6,0
Ativos Externos Líquidos do BCV	46.365,8	50.018,1	59.717,5	6,3
Crédito Interno Líquido	123.688,7	126.413,0	131.087,6	3,0
Crédito Líquido ao SPA	29.347,1	29.494,2	30.689,4	0,8
Crédito à Economia	94.341,6	96.918,8	100.398,2	2,3
Massa Monetária	146.005,4	154.586,4	167.509,6	8,4
Base Monetária	45.778,5	46.749,5	56.432,6	
Memo itens				
<i>Inflação (var. média anual IPC em %)</i>	-0,2	0,1	-1,4	
<i>Taxa de Câmbio Efetiva Real (t.v.h. em %)*</i>	-1,52	-1,79	-1,54	
<i>Taxas dos Bilhetes do Tesouro (a 91 dias, média em %)</i>	1,67	0,99	0,60	

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: t.v.h.-taxa de variação homóloga; IPC-Índice de Preços no Consumidor e BT-Bilhetes do Tesouro; M.2. – Massa Monetária; p.p.-pontos percentuais, SPA-Sector Público Administrativo; (*) Um aumento da taxa de câmbio efetiva real sinaliza a perda de competitividade-preço do país e vice-versa.

⁶ Os juros praticados nas operações passivas dos bancos reduziram de uma média efetiva de 4,06 para 3,87 por cento, tendo os juros médios dos depósitos dos emigrantes reduzido de 4,14 para 4,03 por cento.

A Política de Crédito dos Bancos em 2016

No âmbito da análise da situação monetária e financeira do país, o Banco de Cabo Verde realiza trimestralmente um inquérito aos bancos, com o objetivo de obter informações sobre as políticas seguidas e as condições no mercado de crédito.

De acordo com os resultados dos inquéritos realizados em 2016 aos seis maiores bancos, face ao ano de 2015 os critérios de aprovação de empréstimos a empresas tornaram-se, em termos médios globais, ligeiramente restritivos, ainda que, contrariamente ao sucedido no ano anterior, tenham sido implementadas algumas iniciativas visando aumentar a oferta de crédito.⁷

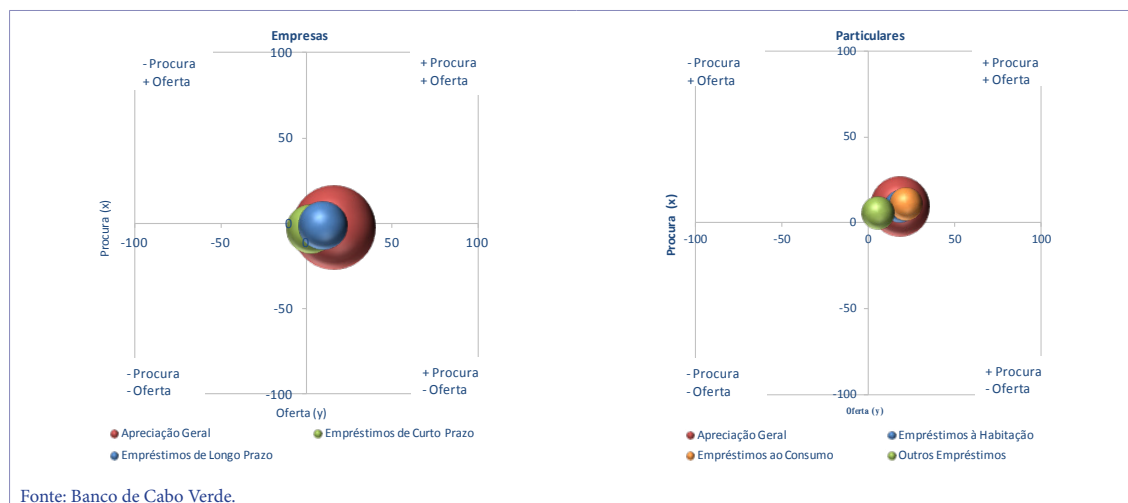
As principais razões apontadas para explicar esse aumento da restritividade foram o nível de incumprimento dos clientes e os riscos associados às empresas sem contabilidade organizada e às garantias exigidas.

Não obstante, as perspetivas para setores de atividade específicos, as expectativas quanto à atividade económica em geral e as pressões exercidas pela concorrência de outras instituições bancárias, por terem sido positivamente avaliadas pelos bancos, contribuíram para mitigar o aumento da restritividade dos critérios.

Os termos e condições gerais de concessão de empréstimos a empresas tornaram-se ligeiramente menos restritivos. Em particular, registou-se uma menor restritividade ao nível do *spread* aplicado nos empréstimos de risco médio, das comissões e outros encargos não relacionados com taxas de juro, das alterações nas taxas de juro e do montante do empréstimo e da linha de crédito.

As pressões exercidas pela concorrência e os menores custos de financiamento e restrições de balanço foram os fatores referidos para explicar essa redução. Note-se, contudo, que o nível de tolerância ao risco e a perceção dos riscos foram as razões apontadas para o ligeiro aumento da restritividade no *spread* aplicado nos empréstimos de maior risco, bem como nas garantias exigidas e nas condições contratuais não pecuniárias. A proporção de pedidos de empréstimo rejeitados a empresas (volume de empréstimos rejeitados em relação ao volume total de pedidos de empréstimo) manteve-se praticamente inalterada para a maioria dos bancos, notando-se, contudo, uma tendência muito ligeira de aumento.

Índice de Difusão do Sistema Bancário 2016⁸



⁷ Contudo, a maior parte dos bancos não reportou alterações nos critérios de concessão de empréstimos a empresas, nos inquéritos trimestrais.

⁸ O índice de difusão resulta das respostas dos bancos, ponderadas pela sua quota de mercado, e pode assumir valores entre -100 e 100. Quando o índice assume o valor 0 significa que nenhum dos bancos reportou alterações, quando atinge os valores 50 ou -50 significa que todos os bancos reportaram uma ligeira alteração (favorável ou desfavorável, respetivamente) e quando atinge os valores 100 ou -100 significa que todos os bancos reportaram uma significativa alteração na variável analisada (favorável ou desfavorável, respetivamente). Valores diferentes de -100, -50, 0, 50 e 100 surgem quando as respostas dos bancos não convergem todas num único sentido. A oferta (critérios de oferta de crédito) é apresentada no eixo dos yy e a Procura de Crédito no eixo dos xx. Assim, o deslocamento das esferas na horizontal representa as alterações na Procura, enquanto o deslocamento das esferas na vertical representa alterações na Oferta. O gráfico dispõe de quatro quadrantes que combinam a evolução da oferta e da procura.

Em termos médios globais, a procura de empréstimos de curto e longo prazo por parte das empresas aumentou sensivelmente, impulsionada por maiores necessidades de financiamento do investimento, de refinanciamento/reestruturação/renegociação da dívida e de financiamento de existências e fundo de maneo.⁹

Os critérios de concessão de empréstimos a particulares para aquisição de habitação tornaram-se, em termos médios globais, ligeiramente menos restritivos, sendo de destacar que a maior flexibilização dos critérios se deveu, sobretudo, às expectativas mais positivas quanto à evolução da atividade económica, às pressões exercidas pela concorrência de outras instituições bancárias e à qualidade creditícia do mutuário.

Em relação aos termos e condições aplicados nos contratos de crédito à habitação, observou-se uma ligeira redução da restritividade, reflexo da maior pressão exercida pela concorrência. As condições mais favoráveis foram registadas ao nível do *spread* aplicado nos empréstimos de risco médio, da maturidade e das comissões e outros encargos não relacionados com taxas de juro. No entanto, registou-se um ligeiro aumento da restritividade no *spread* aplicado nos empréstimos de maior risco.

O grau de endividamento e as condições salariais dos clientes foram os fatores referidos pelos bancos para justificar o nível de incumprimento do serviço da dívida. O emprego no sector formal teve impacto positivo no cumprimento do serviço da dívida, no entanto, na perspetiva dos bancos.

A procura de empréstimos por particulares para aquisição de habitação aumentou ligeiramente, em termos médios globais, impulsionada pelas necessidades de refinanciamento, reestruturação e renegociação da dívida, pelas perspetivas mais favoráveis para o mercado de habitação e pelo reforço da confiança dos consumidores.

No segmento de crédito a particulares para consumo, os critérios de aprovação de empréstimos tornaram-se, em termos médios globais, sensivelmente menos restritivos, refletindo principalmente as expectativas positivas quanto à evolução da atividade económica e à qualidade creditícia dos consumidores. Não obstante, o nível de incumprimento terá coibido uma menor restrição dos critérios aplicados.

Globalmente, observou-se uma estabilização dos termos e condições aplicados na aprovação das propostas de empréstimos, destacando-se, entretanto, uma maior diferenciação dos clientes com base no seu perfil de risco e a menor restritividade na maturidade e nas comissões e outros encargos não relacionados com taxas de juro. No que diz respeito a fatores, o nível de tolerância ao risco e a perceção dos riscos terão influenciado negativamente os termos e as condições, enquanto as pressões exercidas pela concorrência, positivamente.

A procura de empréstimos ao consumo registou, em termos médios globais, um ligeiro aumento, motivado principalmente pelo nível historicamente baixo das taxas de juro, pelo aumento das despesas de consumo de bens duradouros e pelo reforço da confiança dos consumidores.

Relativamente à concessão de empréstimos para outros fins a particulares, em termos médios globais, registou-se uma ligeira diminuição da restritividade dos critérios, justificada em especial pela qualidade creditícia dos consumidores. No entanto, o nível de incumprimento e os riscos associados às garantias exigidas terão influenciado negativamente o afrouxamento dos critérios.

Os termos e condições gerais de aprovação de empréstimos tornaram-se ligeiramente menos restritivos, refletindo-se num menor *spread* aplicado aos empréstimos de risco médio. A perceção dos riscos, o nível de tolerância ao risco e o custo de financiamento e restrições de balanço terão, contudo, tido impacto negativo nas garantias exigidas, no *spread* aplicado nos empréstimos de maior risco e nas comissões e outros encargos não relacionados com taxas de juro.

A proporção de pedidos de empréstimos rejeitados na íntegra a particulares diminuiu ligeiramente para empréstimos ao consumo e à habitação e aumentou ligeiramente para empréstimos destinados a outros fins.

⁹ De sublinhar a alteração na ordem das principais razões que levaram as empresas a recorrer ao crédito bancário. Enquanto em 2015 a necessidade de reestruturação da dívida foi o fator mais referido pelos bancos para explicar o aumento da procura, em 2016 a necessidade de financiamento do investimento teve maior impacto no crescimento da procura.

Caixa 1: A Performance do Sector Financeiro em 2016

Em 2016, numa conjuntura de alguma revitalização da atividade económica e redução de riscos financeiros, a performance do sector financeiro registou uma melhoria.

O contributo do sector para o crescimento económico aumentou em 0,4 pontos percentuais, passando o sector a representar 4,3 por cento da produção interna bruta do país.

Para o melhor desempenho do sector financeiro, foi determinante o crescimento da atividade bancária, dado o peso dominante dos ativos da banca no total do sector financeiro nacional.

A atividade bancária ficou marcada pelo aumento do ativo líquido na ordem dos nove por cento, que compara a seis por cento em 2015, em larga medida explicado pelo crescimento do crédito total.

As aplicações em instituições de crédito, principalmente em títulos do banco central e depósitos *overnight*, contribuíram também significativamente para o aumento do ativo da banca em 2016, persistindo, no comportamento dos bancos, pese embora a assinalável recuperação do crédito ao sector privado, indícios de aversão aos riscos macroeconómicos e financeiros.

A evolução dos depósitos continuou a garantir o financiamento adequado da atividade de intermediação bancária, que, conforme sugerido pela contínua queda do rácio de transformação de depósitos em créditos, manteve-se estrangida pela conjuntura macrofinanceira ainda aquém do desejável e pela sua estrutura de custos (operacionais, de contexto e de *compliance*).

Os resultados do exercício do sector reduziram 30 por cento em 2016, refletindo o crescimento mais reduzido da margem financeira (desacelerou de dez para cinco por cento), a diminuição na ordem dos 13 por cento da margem complementar (determinado sobretudo pela queda de rendimentos de outros resultados de exploração, de instrumentos de capital e de reavaliação cambial) e o aumento de custos com pessoal em sete por cento.

Neste contexto, a eficiência operacional do sector, medida pelo Return on Assets (ROA) e a capacidade de remunerar os capitais investidos, medida pelo Return on Equity (ROE), reduziram respetivamente de 0,4 para 0,3 por cento e de 5,7 para 4,0 por cento.

Principais Indicadores da Performance do Sistema Financeiro

	Unidades	2014	2015	2016
I. Sector Bancário				
Produto Bancário	variação em %	-4,9	8,1	0,2
Rácio de Solvabilidade	em %	15,6	16,1	15,5
Crédito com Imparidade	em % do crédito total	18,7	16,5	15,5
Imparidades/Crédito com Imparidade	em %	48,8	54,4	58,3
Rentabilidade dos Ativos (ROA)	em %	0,3	0,4	0,3
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	em %	3,5	5,7	4,0
Ativo Líquido/Passivo de Curto Prazo	em %	24,4	26,8	29,0
II. Mercado de Capitais				
Emissão no Mercado Primário	em % do PIB	8,3	9,1	9,7
Transações no Mercado Secundário	em % do PIB	0,3	0,1	0,8
Capitalização Bolsista	em % do PIB	38,3	39,4	41,4
III. Sector Segurador				
Produto Segurador (carteira de prémios)	variação em %	-4,0	6,2	5,9
Rácio de Solvência	em %	379,7	401,8	273,1
Grau de Cobertura das Provisões Técnicas	em % dos ativos representativos	115,9	108,6	122,4

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Considerando a evolução de indicadores outros que não de rentabilidade, em termos gerais a solidez do sistema bancário continuou a ser reforçada em 2016. De destacar, entretanto, a ligeira redução do rácio de solvabilidade, que permaneceu confortavelmente acima do mínimo regulamentar (dez por cento), bem como o fortalecimento da qualidade dos ativos, com a redução do peso do crédito com imparidades para 15,5 por cento do crédito total e alargamento da cobertura do risco de crédito pelas imparidades de 54,4 para 58,3 por cento.

A redução do crédito em incumprimento refletiu, por um lado, a liquidação de créditos através da dação em cumprimento e, por outro, o aumento da oferta de crédito. Por sua vez, o aumento da capacidade de cobertura de risco de crédito e do rácio de solvabilidade resultou da implementação de determinações do supervisor, nomeadamente das requerendo o reforço das imparidades e provisões mínimas regulamentares e impondo prudência na distribuição de dividendos visando o reforço dos fundos próprios.

Alinhado com a tendência do financiamento bancário, o mercado de capitais registou um aumento, em valor, tanto das emissões no mercado primário (de títulos do tesouro e obrigações empresariais) como das transações no mercado secundário (em particular de ações), determinando o aumento da capitalização bolsista de 39 para 41 por cento do PIB.¹⁰

A evolução do mercado de capitais, que é mais complexo e exigente que o bancário, continuou a refletir a dinâmica da economia e a estrutura do tecido empresarial dominada por micro e pequenas empresas, que laboram em contexto de grande informalidade, bem como a sua limitada sofisticação financeira.

A atividade seguradora contribuiu positivamente para o desempenho do sector financeiro, tendo a carteira de prémios crescido 5,9 por cento, sobretudo determinada pelo aumento de seguros do ramo não vida (em especial de automóvel e acidentes e doenças).

O peso da atividade na economia manteve-se, contudo, reduzido (a carteira de prémios representava apenas 1,4 por cento do PIB em finais de 2016), condicionado principalmente pela cultura de limitado acautelamento de riscos, ainda dominante no país.

¹⁰ Registou-se, entretanto, uma redução no número de transações no mercado secundário de 75 para 44.

2.2. Política e Situação Orçamental¹¹

O objetivo de garantir a sustentabilidade das finanças públicas e de, paralelamente, promover a melhoria do ambiente de negócios no país, pela via do reforço da competitividade fiscal, orientou a política orçamental para 2016.¹²

Neste quadro, do lado das receitas, o Orçamento do Estado para 2016 (OE) previa o reforço da eficiência da arrecadação tributária, através da implementação e consolidação das declarações eletrónicas, a atualização do cadastro de contribuintes e a implementação de medidas mais eficazes de resolução de processos fiscais e de recuperação de dívidas, por um lado. Por outro, previa a regularização de dívidas do Estado para com empresas e particulares, bem como incentivos fiscais (isenções de taxas aduaneiras) a determinadas atividades económicas (pesca artesanal, transporte terrestre de passageiros, entre outras).

Do lado das despesas, o OE para 2016 estabeleceu, preconizando a consolidação do orçamento de funcionamento, a redução da estrutura governativa e das unidades orgânicas de suporte, a contenção da admissão de trabalhadores na função pública, a racionalização da aquisição de bens e serviços, bem como a redução de transferências para fundos e serviços autónomos. Determinou, igualmente, a continuidade dos investimentos iniciados no quadro da estratégia de crescimento e redução da pobreza em vigor, a aceleração de projetos de apoio às vítimas da erupção vulcânica e de reconstrução de infraestruturas destruídas, bem como dos investimentos visando o reforço do sector empresarial e a segurança nacional.

A situação orçamental melhorou em 2016, refletindo, sobretudo, os efeitos das reformas fiscais e no funcionamento da administração tributária em curso de 2013, a dinâmica da economia e a contração do programa plurianual de investimentos públicos.

Quadro 3. Principais Indicadores Orçamentais

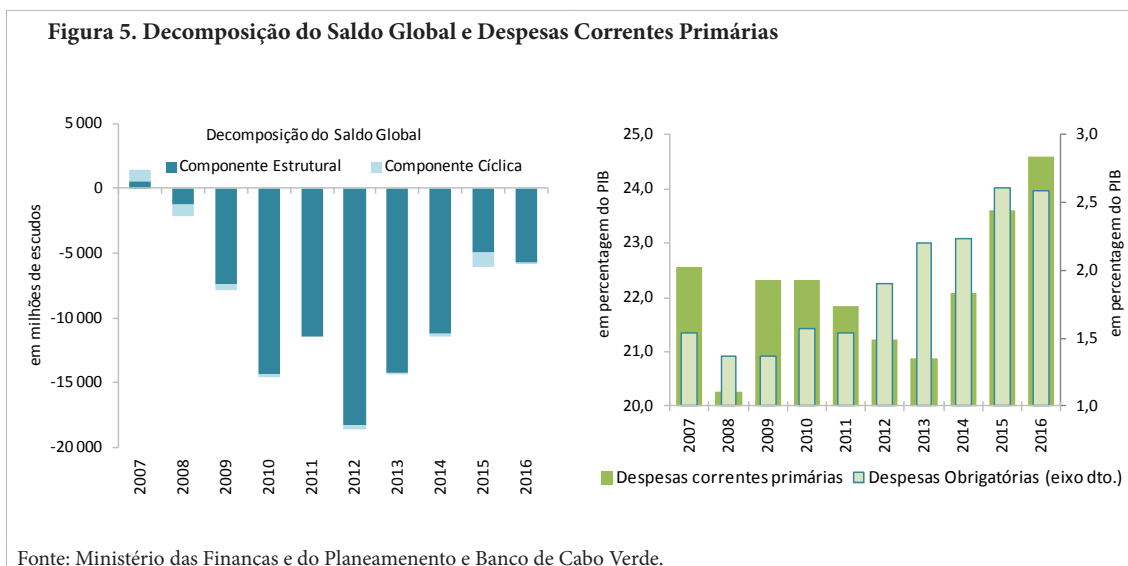
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
	em milhões de escudos			taxa de execução (%)			em % do PIB		
Receitas Totais	35.408	41.827	43.220	79,4	94,1	85,8	22,9	26,4	26,5
Receitas Fiscais	27.465	30.253	32.304	84,0	92,6	92,5	17,8	19,1	19,8
Donativos	2.608	3.841	3.955	49,4	82,0	62,4	1,7	2,4	2,4
Outras Receitas	5.280	7.687	6.906	79,6	109,4	76,0	3,4	4,8	4,2
Despesas Totais	46.784	47.884	49.018	80,9	83,7	82,5	30,3	30,2	30,0
Despesas com o Pessoal	16.885	17.058	18.252	91,3	90,9	89,6	10,9	10,7	11,2
Aquisição de Bens e Serviços	5.136	6.805	6.770	61,2	79,2	69,0	3,3	4,3	4,1
Juros da Dívida	3.444	4.134	4.223	82,0	98,8	99,1	2,2	2,6	2,6
Ativos não Financeiros	9.876	7.128	5.040	69,7	53,6	52,9	6,4	4,5	3,1
dos quais: PPIP	9.801	6.971	4.881	70,2	53,3	51,3	6,3	4,4	3,0
Saldo Global incl. Donativos	-11.376	-6.058	-5.798				-7,4	-3,8	-3,5
Saldo Global excl. Donativos	-13.984	-9.899	-9.752				-9,1	-6,2	-6,0
Saldo Primário incl. Donativos	-7.948	-1.960	-1.594				-5,1	-1,2	-1,0
Dívida Pública	179.068	200.077	211.182				115,9	126,1	129,3

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Instituto Nacional de Estatística.

¹¹ Análise realizada com a informação disponível em 30 de abril de 2017.

¹² Dada a realização de eleições legislativas em março de 2016, o Orçamento do Estado para 2016 só foi aprovado pela Assembleia Nacional no terceiro trimestre do ano.

Figura 5. Decomposição do Saldo Global e Despesas Correntes Primárias



O défice orçamental, medido pelo saldo global incluindo donativos, reduziu 4,3 por cento, passando a representar 3,5 por cento do PIB, em resultado do aumento das receitas orçamentais, na ordem dos três por cento.

O ciclo económico, cuja tendência descendente inverteu-se em 2016, teve um impacto muito positivo na evolução das contas públicas. Ao determinar em boa medida a evolução das receitas, possibilitou a contenção do défice orçamental.

Receitas e Despesas Públicas

A melhor execução das receitas foi determinada principalmente pelo aumento das arrecadações dos impostos sobre o rendimento de pessoas singulares, sobre o valor acrescentado e sobre as transações internacionais, respetivamente, em 21,5, 6,2 e 12,0 por cento, relacionado à automatização das arrecadações na fonte de impostos sobre pessoas singulares, ao crescimento do Tributo Especial Unificado e do rendimento das micro e pequenas empresas, aliados à revitalização da atividade económica e consequente aumento das importações.¹³

O aumento de donativos concedidos por governos estrangeiros e organizações internacionais, na ordem dos três por cento, também contribuiu, ainda que menos expressivamente, para o aumento das receitas orçamentais.¹⁴

As despesas orçamentais aumentaram, por seu turno, 1,8 por cento, tendo, contudo, em termos relativos, reduzido de 30,2 para 30,0 por cento do PIB. O aumento das despesas de funcionamento em torno de oito por cento foi largamente compensado pela redução das despesas com a aquisição de ativos não financeiros em 29 por cento.

A inversão da tendência de consolidação do orçamento de funcionamento, que se vinha registando desde 2014, foi determinada, em larga medida, pelo aumento das remunerações certas e permanentes (na ordem dos sete por cento, que compara ao aumento de

¹³ O imposto sobre rendimentos de pessoas coletivas registou, entretanto, uma queda de 14 por cento, justificada pela dissipação do efeito da dupla arrecadação de 2015, com a transição para o novo código de imposto, bem como pelos problemas técnico-operacionais com a implementação da declaração eletrónica, que impediram a arrecadação de todos os montantes devidos pelas empresas em 2016.

¹⁴ As receitas não fiscais (excluindo os donativos), por sua vez, registaram uma redução de dez por cento em 2016, determinada sobretudo pelo efeito de base dos dividendos distribuídos ao Estado em 2015, bem como do aumento extraordinário de outras receitas não especificadas no período homólogo.

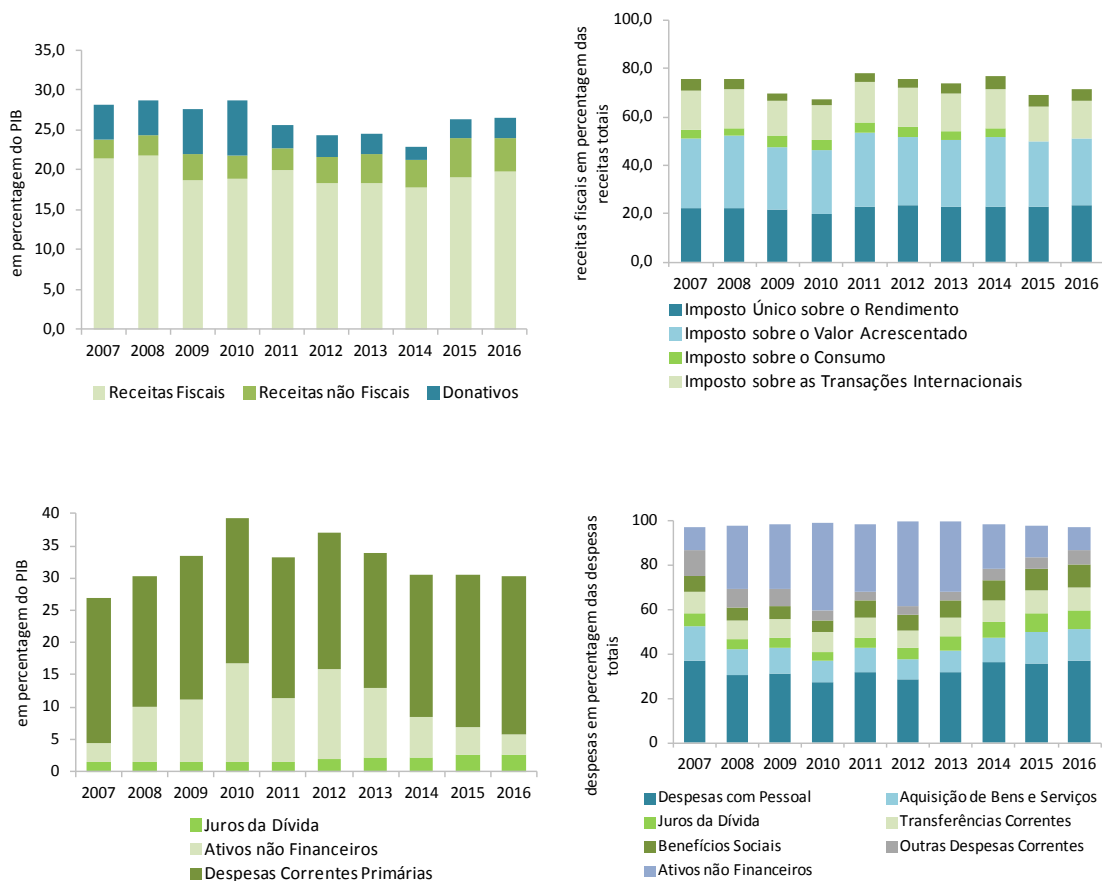
1,6 por cento de 2015), reflexo do aumento do salário dos professores e da polícia nacional, do pagamento de subsídios de reintegração aos membros do antigo governo, de recrutamentos efetuados para a administração pública, da evolução na carreira do pessoal da polícia judiciária, da implementação do novo estatuto da carreira diplomática no segundo semestre de 2015, bem como da criação de novos centros de custo do ministério da saúde, decorrentes do processo de bancarização do Tesouro e da entrada em funcionamento de novos Hospitais Regionais.

O aumento de outras despesas correntes, em particular as relacionadas com as restituições dos impostos sobre rendimento e de valor acrescentado e as subvenções aos partidos políticos, bem como o alargamento do número de beneficiários das pensões de aposentação dos regimes contributivo e não contributivo (que determinaram o aumento dos benefícios sociais em 8,9 por cento), também contribuíram, significativamente, para a expansão das despesas correntes.

Os gastos com a aquisição de bens e serviços, ao reduzirem 4,3 por cento, atenuaram o agravamento das despesas de funcionamento e correntes, bem como a deterioração do saldo corrente primário (de 1.540,1 milhões de escudos positivos para 191,4 milhões de escudos negativos).

A redução do investimento do Estado em formação bruta de capital fixo na ordem de dois mil milhões de escudos, por seu turno, terá traduzido, além do processo de *phasing-out* do programa plurianual de investimentos em curso, o impacto do processo de insta-

Figura 6. Evolução e Distribuição das Receitas Orçamentais e das Despesas do Estado



Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

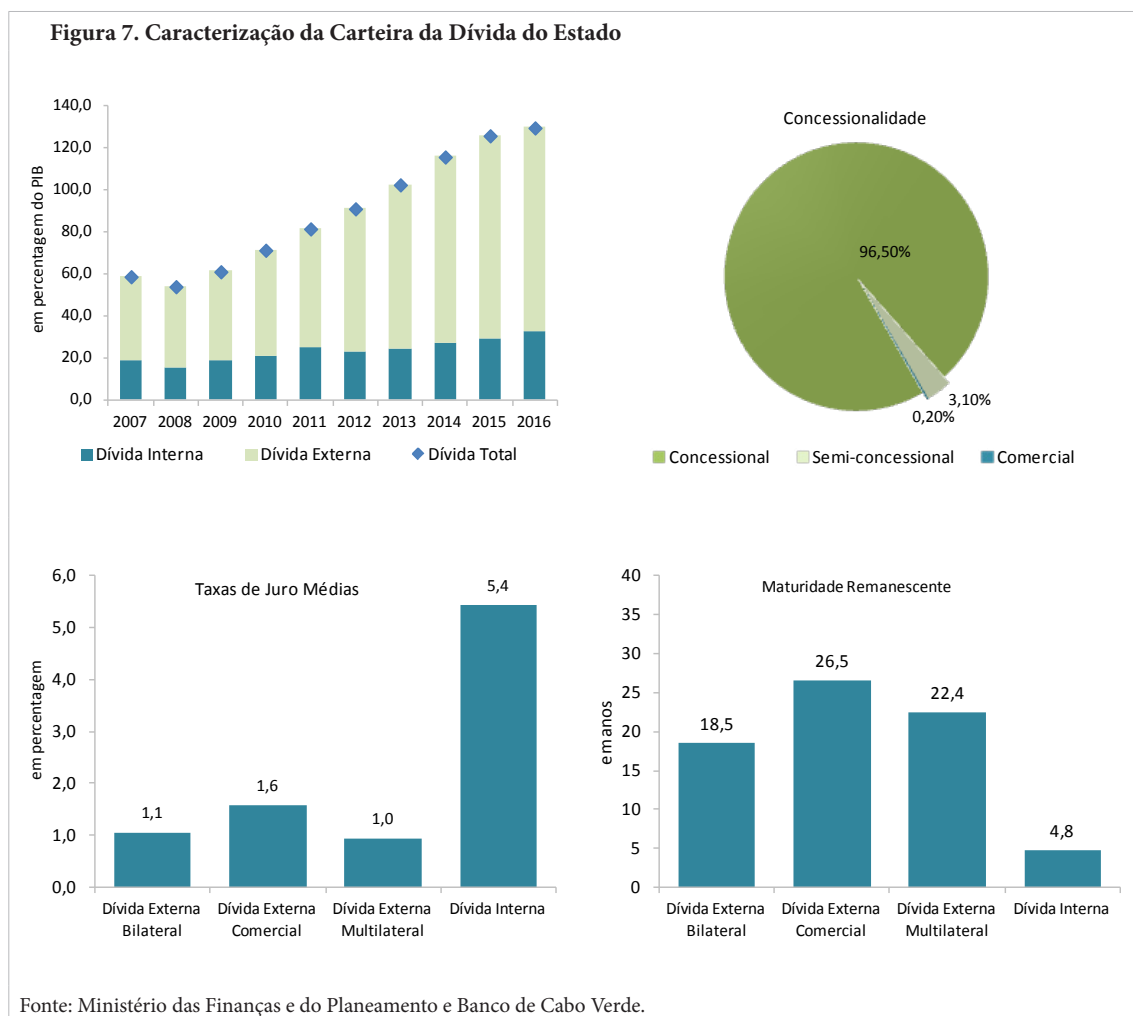
lação do novo governo e da aprovação tardia (no terceiro trimestre do ano) do Orçamento do Estado para 2016.¹⁵

Financiamento

As necessidades de financiamento do Estado determinaram o aumento de 5,6 por cento do *stock* da dívida (excluindo os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira) do governo central, para 211,2 mil milhões de escudos (cerca de 129 por cento do PIB). O Tesouro financiou as suas operações maioritariamente, em 2016, através de emissões de obrigações e bilhetes junto ao sistema bancário nacional.

A carteira da dívida do Estado, entretanto, continuou dominada por responsabilidades contratadas junto a credores externos, multilaterais e bilaterais, com elevado grau de concessionalidade. Por conseguinte, os encargos com os juros da dívida mantiveram-se contidos, não obstante o aumento da carteira interna, cuja taxa de juro é mais elevada em média em 3,7 pontos percentuais.

Numa análise mais abrangente, considerando os passivos contingentes (dívida das empresas públicas e câmaras municipais, com ou sem garantias do governo) junto das instituições bancárias e através dos mercados de capitais, a dívida do Estado de Cabo Verde ascendeu, em 2016, a 230 mil milhões de escudos, equivalentes a 141 por cento do PIB.

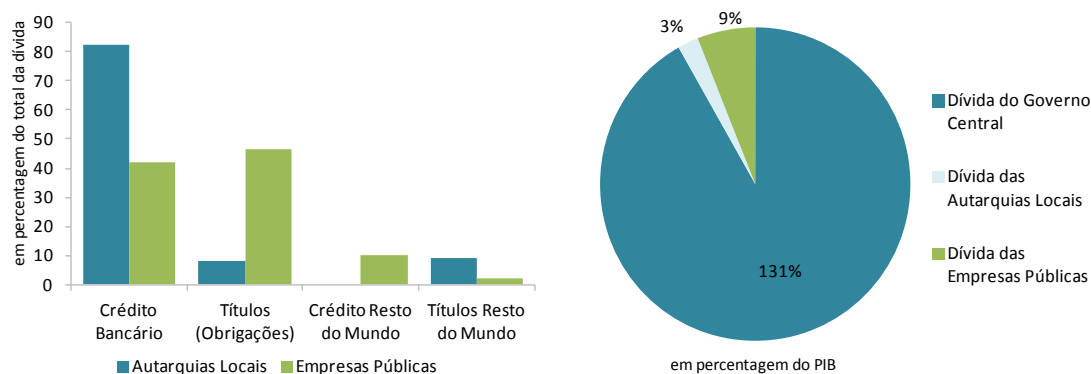


¹⁵ Registe-se que a execução das despesas com aquisição de ativos não financeiros acelerou consideravelmente no terceiro e quarto trimestres do ano, de 1.985 até o primeiro semestre para 5.040 milhões de escudos. Não obstante, a taxa de execução fixou-se nos 52 por cento.

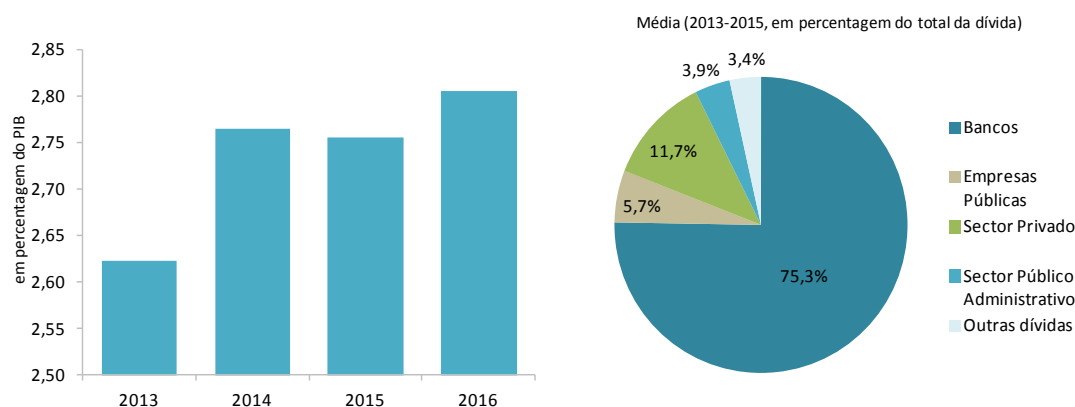
As estatísticas preliminares mostram que a dívida das empresas públicas (excluindo os empréstimos de retrocessão) fixou-se nos 13.859 milhões de escudos (8,6 por cento do PIB) a 31 de dezembro de 2016. A maioria das responsabilidades financeiras das empresas públicas foi contraída através de emissões de títulos obrigacionistas (48,2 por cento, dos quais 4,2 por cento junto a não residentes) e de empréstimos realizados junto do sistema bancário nacional (41,9 por cento). Os créditos bancários realizados pelas empresas públicas no exterior representaram 9,9 por cento do total da sua dívida acumulada em 2016, cujo serviço foi realizado a uma taxa média ponderada de 4,4 por cento, inferior à taxa praticada pelos bancos nacionais em 4,3 pontos percentuais.¹⁶

Estima-se que a dívida das autarquias locais nacionais tenha ascendido a 4.975 milhões de escudos (cerca de 3,0 por cento do PIB) em 2016, sendo 82,6 por cento contraída diretamente junto dos bancos nacionais e 17,4 por cento através da emissão de títulos obrigacionistas no mercado interno (dos quais 52,3 por cento foram adquiridos por emigrantes). O custo de financiamento das câmaras municipais junto aos bancos nacionais fixou-se em média em 9,5 por cento, enquanto no mercado obrigacionista em 6,9 por cento.

Figura 8. Dívida do Setor Público em 2016, por Entidade Devedora e por Tipo de Instrumento



Responsabilidades Financeiras das Autarquias Locais, no Sistema Bancário Nacional e por Tipo de Credor



Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

¹⁶ O custo de financiamento das empresas públicas através da emissão de obrigações no mercado interno junto de investidores residentes (em 5,6 por cento, em termos médios ponderados) foi menor em cerca de dois pontos percentuais ao suportado junto de investidores não residentes, entre os quais, emigrantes.

O endividamento das autarquias através do sistema bancário cresceu a uma taxa média anual de 3,9 por cento, entre 2013 e 2016, tendo o *stock* de seus passivos junto aos bancos ascendido a 67 por cento das receitas municipais no período. Os encargos com o serviço da dívida dos municípios absorveram, no referido intervalo de tempo, cerca de 13 por cento das suas receitas.¹⁷

O nível de endividamento do Estado de Cabo Verde e o stock dos seus passivos contingentes interpela a uma reavaliação da política orçamental e da estratégia do seu financiamento, por forma a conter as implicações do sobre-endividamento soberano na economia nacional e a promover o seu funcionamento mais apropriado.¹⁸

¹⁷ Dados disponíveis apenas até 2015 indiciam que as responsabilidades das câmaras municipais junto aos bancos e credores dos mercados de capitais representavam apenas 72 por cento do total das suas dívidas contraídas. Às empresas nacionais deviam em 2015 cerca de 1,2 mil milhões de escudos de uma carteira de seis mil milhões de escudos. O total das responsabilidades das autarquias locais em 2015 ascendia a 89 por cento das suas receitas.

¹⁸ Note-se que o excessivo endividamento soberano poderá ter efeito perverso na acumulação de capital e no crescimento económico, por potenciar:

- i.** aumento das taxas de juro de longo prazo, em função do agravamento dos riscos de incumprimento do serviço da dívida. O aumento das taxas de juro afeta necessariamente os custos de financiamento, interno e externo, dos investimentos privados e, inevitavelmente, a competitividade da economia;
- ii.** aumento dos impostos e, conseqüentemente, dos custos de eficiência;
- iii.** aumento da incerteza sobre a política orçamental e fiscal a serem seguidas, o que afeta as decisões de poupança e investimento dos agentes económicos; e
- iv.** redução do espaço fiscal para a implementação de medidas de política contra-cíclicas e outras que incentivem o aumento do potencial de crescimento económico. O excessivo endividamento do Estado também limita a sua capacidade de exercer o papel de prestamista de última instância da economia. De acrescentar ainda que, o serviço da dívida pública tem um custo de oportunidade elevado. Tende a absorver recursos significativos, que poderiam ser aplicados no desenvolvimento do capital humano (educação, saúde) e na promoção da inclusão social.

Capítulo 3. Oferta e Procura

Os impulsos orçamental (ao rendimento das empresas e famílias) e monetário (à evolução do financiamento da economia), aliados ao contexto externo, favorável ao crescimento da procura turística e dos influxos de investimento direto estrangeiro, bem como à diminuição dos preços no consumidor, estimularam a atividade económica nacional em 2016.

De acordo com as estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatísticas, o produto interno bruto em volume cresceu 3,8 por cento, valor superior à média anual dos crescimentos dos últimos cinco anos em 2,3 pontos percentuais.

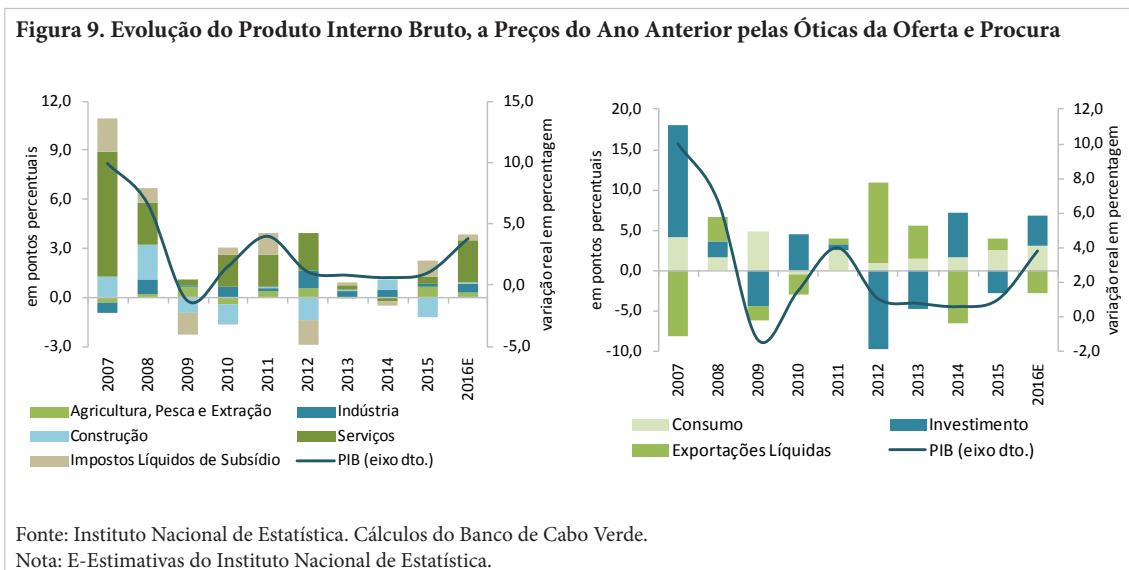
Para o fortalecimento da atividade económica foram determinantes os desempenhos da administração pública, da agricultura e das indústrias transformadoras, que terão refletido, respetivamente, o aumento das despesas com salários e benefícios sociais por diversos organismos do Estado, os efeitos da pluviometria registada em 2015, bem como a dinâmica da procura.

De registar, igualmente, os contributos positivos, ainda que menos significativos, dos serviços financeiros, da imobiliária e outros serviços, de alojamento e restauração, bem como dos transportes, para a aceleração do crescimento em 2016. A dinâmica destes serviços terá traduzido a expansão da atividade bancária, entre outros negócios do sector financeiro, o aumento da procura interna e externa no mercado imobiliário, o contínuo incremento da procura turística e melhorias na oferta do sector de transportes.

A notável aceleração do crescimento sugere que a economia cabo-verdiana terá iniciado um processo de retoma, após anos sucessivos de fraco dinamismo, pese embora a dependência da sua atual evolução à expansão do sector público não empresarial e os desempenhos pouco favoráveis das telecomunicações, do comércio e da construção, sectores que representam, respetivamente, cinco, nove e sete por cento da produção bruta real do país.

O desempenho menos conseguido das telecomunicações estará relacionado a *performance* do segmento móvel, cuja elevada taxa de penetração limita o seu potencial de expansão.

A conjuntura de revitalização de investimentos privados, financiados principalmente com recursos externos, não se traduziu ainda num forte desempenho do sector da construção, que em alguma medida ressentiu-se da contração do programa plurianual de investimentos públicos.



O sector do comércio, entretanto, manteve ao longo do ano uma tendência de recuperação, que terá traduzido a retoma das aquisições de bens e serviços pelo governo central no quarto trimestre do ano e o aumento da procura das famílias, sustentada pela melhoria do seu poder de compra (em função da redução dos preços no consumidor) e das suas expetativas quanto ao desempenho da economia e sua situação financeira.¹⁹

Do lado da procura, o crescimento da formação bruta de capital fixo privada, dos consumos privado e público, bem como das exportações de serviços, explica a melhor *performance* da economia, num contexto de deflação dos preços no consumidor, de recuperação da confiança dos agentes económicos e de redução de restrições ao financiamento interno e externo.

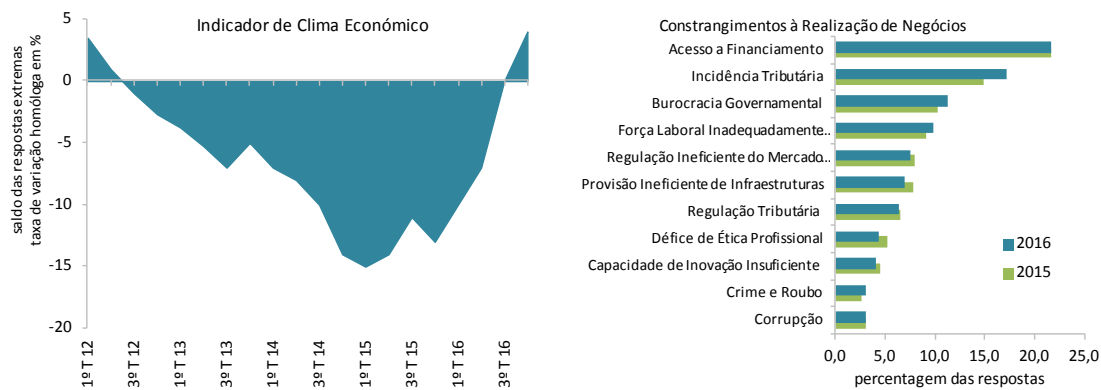
O crescimento significativo dos investimentos empresariais e residenciais terão sido impulsionados pelo recobro da confiança dos empresários e financiadores, evidenciados no aumento da procura de crédito para investimento, na contínua redução dos custos de financiamento interno (em termos médios em 0,07 pontos percentuais em 2016), no aumento assinalável da oferta de crédito bancário ao sector privado (em 3,5 por cento) e dos influxos de investimento direto estrangeiro (em 24,7 por cento), particularmente direcionados para o sector do turismo.

A melhoria do indicador do clima económico, muito relacionada ao aumento reportado e às expetativas de evolução mais favorável do volume de negócios/vendas dos operadores do turismo, comércio e transportes, coincidiu, entretanto, com o agravamento do ambiente de negócios.

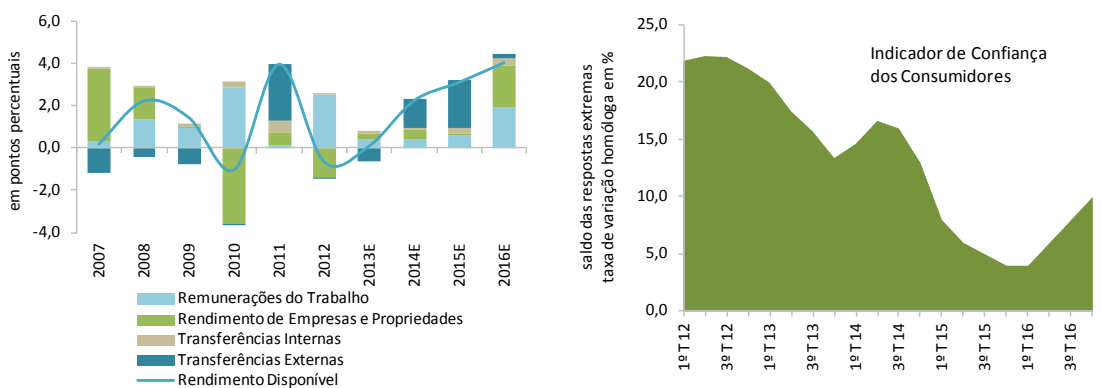
Os resultados dos inquéritos de conjuntura do INE mostram que a atividade de diversos sectores permaneceu condicionada à dinâmica da procura (considerada insuficiente pelos empresários nacionais), pelas dificuldades financeiras e de acesso ao crédito, bem como pela excessiva burocracia e regulamentação estatal.

¹⁹ Com efeito, o indicador de confiança do consumidor, depois de ter invertido o perfil descendente no segundo trimestre de 2016, manteve, nos últimos dois trimestres do ano, uma trajetória ascendente, refletindo a perceção mais otimista daqueles agentes quanto à situação financeira do seu agregado familiar e às perspetivas de evolução da economia nos próximos 12 meses. O indicador de clima económico, por seu turno, manteve ao longo do ano a tendência de recuperação iniciada no segundo trimestre de 2015, principalmente devido à melhoria da conjuntura nos sectores do turismo, do comércio e dos transportes.

Figura 10. Condicionamentos ao Ambiente de Negócios e Indicador de Clima Económico



Contributos para o Crescimento do Rendimento Disponível Nominal dos Particulares e Indicador de Confiança dos Consumidores



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde.
 Nota: E-Estimativas; s.r.e mm3 – taxas de variação de médias móveis dos saldos das respostas extremas.

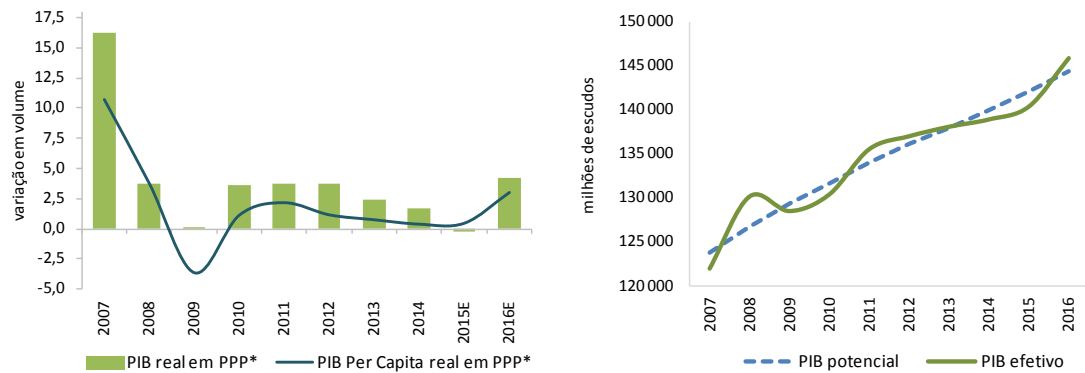
Complementarmente, de acordo com os inquéritos *Doing Business* do Banco Mundial, o ambiente de negócios no país tornou-se ligeiramente menos favorável em 2016 devido à persistência de constrangimentos relacionados ao pagamento de impostos, ao registo de propriedades e ao acesso à eletricidade. O World Economic Forum, por sua vez, considera que os constrangimentos à realização de negócios agravaram-se nos quesitos incidência tributária, burocracia governamental, capacitação da força laboral e crimes e roubos.²⁰

O crescimento mais acelerado do consumo privado em 2016 terá traduzido o aumento do rendimento disponível real bruto das famílias, em função do aumento das remessas dos emigrantes, das remunerações de trabalho, bem como de rendimentos de empresas e propriedades, numa conjuntura de deflação dos preços no consumidor.²¹ O comportamento das famílias, favorecendo o consumo em detrimento da poupança (conforme atesta a desaceleração do seu ritmo de constituição em 0,4 pontos percentuais para cerca de

²⁰ As melhorias registadas pelo Banco Mundial nos requisitos para se começar um negócio, bem como para a obtenção de licenças para construção, e apontadas pelo World Economic Forum nos critérios de provisão de infraestruturas, ética profissional, regulação do mercado, capacidade de inovação, acesso ao financiamento e regulação tributária sustentam algum otimismo na evolução futura da atividade empresarial no país.

²¹ O aumento das remunerações de trabalho refletiu tanto o alargamento da população empregada em 7,8 por cento como o crescimento do salário de determinadas classes profissionais.

Figura 11. Evolução do Rendimento Nacional Disponível Bruto, do PIB per capita e do PIB Potencial



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde.

Nota: PPP-paridade do poder de compra; Produto Interno Bruto Potencial e Produto Interno Bruto Efetivo em volume e ajustados da sazonalidade. Produto Potencial estimado através do filtro Hodrick-Prescott.

24 por cento do rendimento disponível real, ainda assim no nível mais alto desde 2011), terá refletido, igualmente, a melhoria das suas expectativas quanto à evolução da situação financeira do seu agregado, da economia do país, como também de redução do desemprego e dos preços, de acordo com os resultados do inquérito do INE aos consumidores.

A dinâmica do consumo público traduziu o aumento salarial e de recrutamentos de algumas classes profissionais da administração pública, que compensou a desaceleração das aquisições de bens e serviços.

Pese embora o crescimento assinalável das exportações de serviços, em particular de viagens e outros serviços associados, o contributo da procura externa para o crescimento da economia em 2016 foi negativo, determinado pelo aumento das importações de bens e serviços para acomodar o crescimento da procura, dada a elevada propensão marginal a importar do país.

O maior dinamismo da atividade económica impulsionou, por um lado, o PIB *per capita*, medido em termos de paridade de poder de compra, que registou um crescimento de quatro por cento, para 6.575 dólares dos EUA. Por outro, determinou um nível de *output gap* (diferença entre o produto efetivo e o produto potencial) positivo, sugerindo a necessidade de políticas estruturais para o aumento da capacidade produtiva do país.

A Atividade Turística em 2016

A atividade turística nacional teve uma *performance* favorável em 2016, determinada pelo aumento da procura turística internacional, medida em termos de entrada de hóspedes não residentes nos estabelecimentos hoteleiros, em 15,1 por cento (9,8 pontos percentuais acima do valor registado em 2015).

O aumento da procura turística internacional por Cabo Verde superou tanto o crescimento da procura turística mundial (que, entretanto, desacelerou de 4,6 para 3,9 por cento) como o forte aumento da procura dirigida à África Subsariana (em 10,7 por cento). Terá sido determinado pelo aumento do rendimento disponível dos viajantes, reflexo da melhoria das condições no mercado de trabalho dos principais mercados emissores do turismo nacional e da desinflação dos preços no consumidor, pelo alargamento da oferta e consequente aumento do *marketing* do país e, em certa medida, pela preferência de turistas por destinos mais seguros.

Em termos de dormidas, a procura turística por Cabo Verde aumentou cerca de dez por cento, impulsionada pelo crescimento da procura do Reino Unido (em 6,8 por cento), principal mercado emissor do turismo nacional, da Itália (em 36,8 por cento) e da França (em 16,4 por cento), considerados mercados tradicionais. De registar, entretanto, a redução da procura de importantes mercados como os da Alemanha (em 8,0 por cento), da Áustria (em 43,4) e de Portugal (em 1,5 por cento). Contrariando a evolução do ano anterior, o turismo interno também contribuiu negativamente para a *performance* do sector em 2016, ao decrescer 6,5 por cento.

De referir à manutenção da tendência de diversificação da procura externa, evidenciada pelo aumento significativo dos mercados considerados não tradicionais (em 44 por cento). Realce-se, por um lado, na última década, a conquista da posição dominante pelo Reino Unido, que representou 31 por cento do total da procura em 2016 (dois por cento em 2006), e o aumento do número de turistas de origens outras, que não dos mercados tradicionais da Área do Euro, que representaram 18 por cento do total da procura em 2016 (sete por cento em 2006) e, por outro, a redução da representação da Itália e Portugal, cujo peso conjunto de dormidas diminuiu de 60 por cento em 2006 para 15 por cento em 2016.

O aumento da procura turística traduziu-se no crescimento das receitas brutas de turismo na ordem dos 6,5 por cento (1,9 por cento em 2015) e da taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros de 49 para 55 por cento, num contexto de aumento da capacidade hoteleira (o número de estabelecimentos aumentou 3,1 por cento e o número de camas 6,2 por cento).²²

As ilhas do Sal e da Boavista foram as que mais turistas atraíram, com uma taxa de ocupação de camas de 49 e 76 por cento, respetivamente.

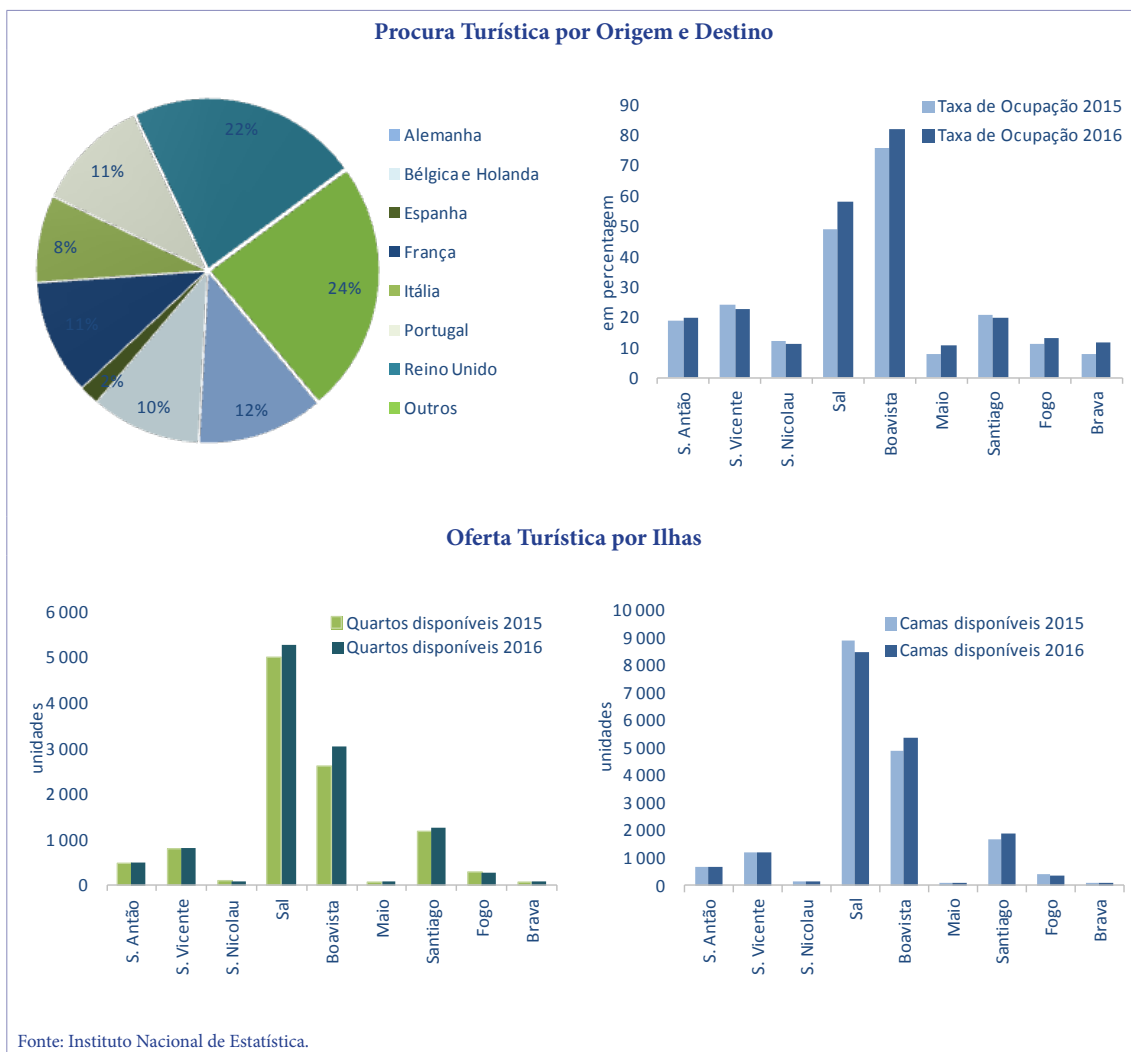
Note-se contudo que, apesar do aumento do número de turistas e das receitas de turismo, o gasto médio diário por turista manteve a tendência decrescente, registando uma queda na ordem dos cinco por cento em 2015.

Principais Indicadores do Turismo

	2014	2015	2016
Entrada de Turistas Internacionais nos Estabelecimentos Hoteleiros	493.732	519.722	598.032
Número de Dormidas de Turistas Internacionais	3.284.271	3.572.878	3.964.293
Receitas Brutas do Turismo Internacional (milhões de escudos)	32.105	32.731	34.861
Receitas Brutas do Turismo Internacional <i>per capita</i> por dia em CVE (*)	9.775	9.161	8.794
Número de Camas Disponíveis	18.188	18.055	18.382
Taxa de Ocupação	53%	49%	55%
Duração da Estadia (n.º de noites)	6,1	6,3	6,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde. Cálculos do Banco de Cabo Verde.
Notas: (*) Não inclui excursionistas.

²² As ilhas do Sal e da Brava registaram o maior aumento do número de estabelecimentos. Refira-se que, entretanto, em termos agregados, a ilha do Sal continuou a liderar a oferta, seguida pelas ilhas da Boavista e Santiago (48, 26 e 10 por cento, respetivamente).



Relativamente à oferta turística nacional, o número de estabelecimentos hoteleiros, em termos líquidos, diminuiu 1,3 por cento, traduzindo-se numa redução da capacidade de alojamento de 0,9 por cento (após um aumento de 19,3 por cento em 2014). Refira-se, contudo, que a capacidade de alojamento terá aumentado no primeiro semestre do ano, com a entrada em funcionamento do maior *resort* turístico no último trimestre de 2014, o que terá contribuído para a redução da taxa anual de ocupação de camas para 49 por cento, a menor taxa desde 2010.

A estadia média dos turistas permaneceu, contudo, em torno de 6,2 noites, enquanto os gastos médios diários por turistas mantiveram a tendência de queda, ao reduzirem de 9.997 para 9.406 escudos.

A ilha do Sal continuou a ser o destino preferido dos turistas estrangeiros e nacionais. A ilha hospedou cerca de 294 mil turistas (46 por cento do total), tendo registado uma taxa de ocupação de camas de 58 por cento. A ilha da Boavista foi o segundo destino preferencial dos turistas em 2016, recebendo cerca de 32 por cento do total de visitantes e registando a maior taxa de ocupação de camas do país (82 por cento). As ilhas da Brava, do Maio, do Fogo e de Santo Antão reforçaram a sua posição enquanto destino turístico, tendo as suas taxas de ocupação aumentado, respetivamente, 3,5, 2,8, 2,0 e 1,0 pontos percentuais.

Caixa 2: Uma Análise de Indicadores de Competitividade para a Economia Cabo-Verdiana

A competitividade é definida, pelo World Economic Forum, como um conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país. A produtividade, por sua vez, determina as taxas de retorno dos investimentos na economia que, em conjunto, formam os *drivers* fundamentais do crescimento de uma economia e, como resultado, o nível de prosperidade de uma nação. Por outras palavras, uma economia competitiva e produtiva é aquela que cresce mais rápida e consistentemente ao longo do tempo.

Vários indicadores são utilizados para medir a competitividade de uma economia. Enquanto uns proporcionam uma interpretação direta e imediata da capacidade competitiva do país, outros facultam sinais indiretos sobre a performance da economia. Esses indicadores, portanto, permitem avaliar políticas implementadas no passado, bem como identificar e orientar futuras políticas que potenciam um crescimento económico duradouro e sustentável.

Esta análise da competitividade da economia cabo-verdiana debruça-se sobre oito indicadores, cinco dos quais incidem sobre as exportações de mercadorias e os restantes referem-se a indicadores compostos construídos por organismos internacionais, tais como o World Economic Forum e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUUDI).²³ A análise visa, sobretudo, a identificação das principais vantagens e constrangimentos à internacionalização da economia nacional, com a finalidade de apoiar as autoridades e o sector empresarial a melhor discernir, desenhar e implementar políticas e estratégias que promovam a competitividade do país.

Índice de Herfindahl-Hirschmann

O índice de Herfindahl-Hirschmann (IHH), ou índice de concentração, tem por objetivo analisar se as exportações de um país ou grupo de países estão concentradas em poucos produtos ou distribuídas de forma homogénea por vários produtos. O índice varia no intervalo de 0 (máxima diversificação) a 1 (máxima concentração).

Com base na classificação de bens a dois dígitos da Standard International Trade Classification (SITC), no período entre 2009 e 2015, observou-se uma elevada concentração da exportação de Cabo Verde, tendo o valor médio do índice se situado em 0.76 pontos, com um índice mínimo de 0.63 em 2009 e máximo de 0.81 em 2013. Efetivamente, num grupo de sessenta e uma mercadorias analisadas nesse período, três categorias de mercadorias (produtos do mar, vestuário e calçado) representaram cerca de 98 por cento das exportações de Cabo Verde (97 por cento em 2016), demonstrando, assim, um elevado grau de concentração da exportação de Cabo-Verde.

Índice de Vantagem Comparativa Revelada de Balassa

O índice de vantagem comparativa revelada de Balassa avalia o potencial de exportação do país. Indica se o país possui vantagens comparativas no processo de alargar um leque de produtos potenciais para a exportação em relação a uma região ou ao mundo. O seu valor varia de zero a infinito, sendo que um valor acima da unidade indica que o país tem vantagem comparativa revelada no produto considerado, enquanto um valor abaixo da unidade indica que o país apresenta desvantagem comparativa revelada.

No período 2009-2015, Cabo Verde deteve vantagem comparativa revelada em apenas quatro grupos de mercadorias. A saber: (i) peixes, crustáceos, moluscos e suas preparações; (ii) bebidas; (iii) artigos de vestuários e acessórios; e (iv) calçado. Tal vantagem manifesta-se relativamente acentuada para o primeiro e o quarto grupo (cujos valores mínimos registados no período analisado são de 97,5 e 6,7, respetivamente) e moderada para os restantes dois grupos (valores próximos da unidade).

²³ Apesar da estrutura das exportações nacionais ser dominada pelas exportações de serviços, a maioria dos indicadores aqui apresentados incide sobre as exportações de mercadorias. Devido à intangibilidade das exportações de serviços, estas são difíceis de serem definidas em termos de indicadores de competitividade mensuráveis. Assim, as exportações de serviços são abordadas apenas através do indicador composto de competitividade em viagens e turismo (principal componente das exportações de serviços cabo-verdianas).

Índice de Correlação do Comércio

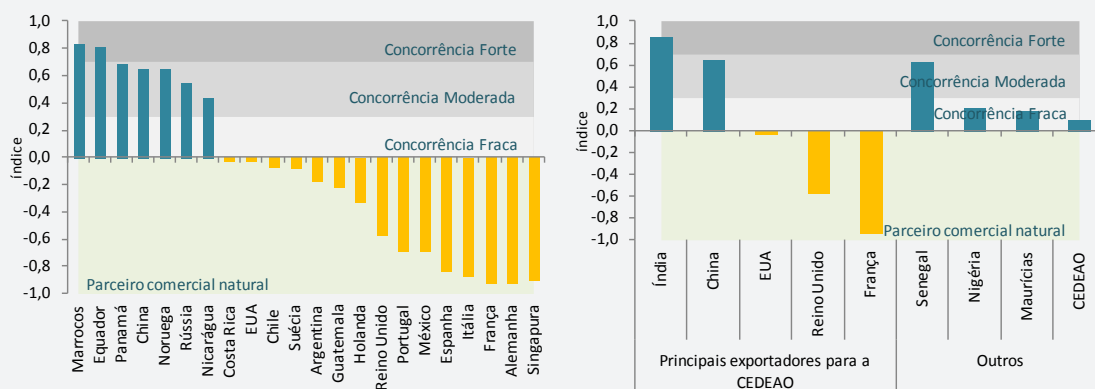
O índice de correlação do comércio permite identificar países ou grupos de países que são concorrentes (valor do índice positivo) ou parceiros comerciais (valor do índice negativo) no mercado global.

No período 2009-2015, considerando os produtos nos quais Cabo Verde apresenta vantagem comparativa revelada (estes correspondem a cerca de 99 por cento das exportações de mercadorias de Cabo Verde), o índice de correlação de comércio foi calculado considerando um grupo de vinte e dois países exportadores para os principais destinos de exportação de Cabo Verde.

Entre os países que mais exportaram para Espanha, Portugal e El Salvador (principais destinos da exportação de mercadorias cabo-verdianas nesse período), Marrocos foi o país que apresentou um nível de concorrência mais forte com Cabo Verde, sendo imediatamente seguido por Equador. Entre os vinte e dois países considerados, oito pertencem ao grupo de países da América Latina, sendo três deles (Equador, Panamá e Nicarágua) concorrentes moderados de Cabo Verde e os restantes cinco, parceiros comerciais (Costa Rica, Chile, Argentina, Guatemala e México).²⁴ Os países europeus analisados evidenciaram uma parceria comercial forte e moderada com Cabo Verde.

Relativamente aos principais exportadores para o mercado da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Índia e a China destacaram-se como principais concorrentes (forte e moderada, respetivamente) de Cabo Verde no período. Ainda, analisando o índice para alguns países de referência, constata-se que o Senegal é um importante concorrente de Cabo Verde, enquanto a Nigéria (maior economia africana) e as Maurícias (peers de Cabo Verde, mas que se encontra num nível de desenvolvimento mais avançado) evidenciaram fraca concorrência com Cabo Verde no período.

Figura A. Índice de Correlação do Comércio (ICC)



Fonte: UN COMTRADE e cálculos do Banco de Cabo Verde.

Notas: (1) o resultado para a CEDEAO reflete apenas a média dos anos 2010 e 2011, bem como a exclusão de quatro países, devido à falta de dados; (2) o valor médio do índice para alguns países não incluiu todos os anos do período analisado devido à falta de dados.

Índice de Complementaridade do Comércio

O índice de complementaridade do comércio (TCI – Trade Complementarity Index) é um indicador da adequabilidade da estrutura de exportação de um país relativamente aos seus parceiros comerciais, evidenciando o quão bem a estrutura de exportação de um país coincide com a estrutura de importação de um outro país. Assume valor mínimo de zero quando o país tem uma estrutura de exportação não ajustada e valor máximo de 100 quando o país tem uma estrutura de exportação perfeitamente ajustada à estrutura de importação do seu parceiro comercial.

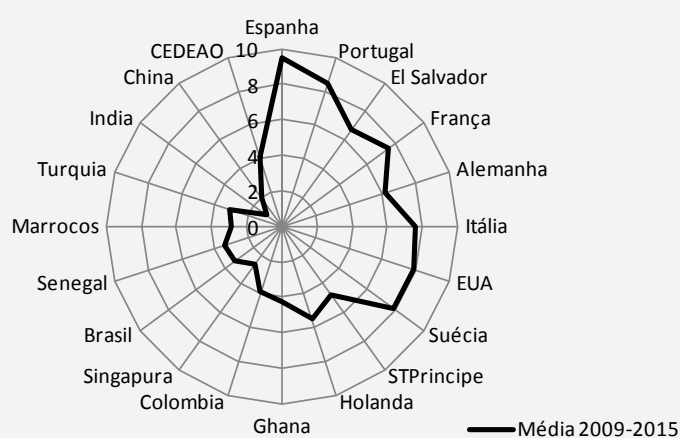
Procedeu-se ao cálculo do referido índice para Cabo Verde em relação a países com os quais já existem relações comerciais e que, cumulativamente, absorveram cerca de 97 por cento das exportações cabo-verdianas. A análise foi feita também para os países da CEDEAO (para os anos 2010 e 2011 e excluindo

²⁴ No primeiro gráfico da figura A, os países que se apresentam como concorrentes de Cabo Verde estão ordenados pela ordem decrescente do grau de competitividade e os que se apresentam como parceiros comerciais estão ordenados por ordem crescente.

quatro países por falta de dados) e para a China (pelas crescentes relações económicas e de cooperação com os países africanos).

Os resultados sugerem que a adequabilidade da estrutura de exportação da economia cabo-verdiana é muito fraca em relação ao universo dos países considerados. Entre dezanove países e uma região analisados, o índice máximo no período 2009-2015 é 10, numa escala de 0 a 100. Nota-se também que os países com maior peso na estrutura de exportação de Cabo Verde foram os que evidenciaram um índice de complementaridade maior. Efetivamente, o índice mais elevado foi registado em relação à Espanha. A Índia e a China são países para os quais Cabo Verde apresentou uma estrutura de exportação menos ajustada (índice igual a 1 e 2, respetivamente). Por sua vez, a análise para a CEDEAO evidenciou que a atual estrutura de exportação de Cabo Verde é incompatível com a estrutura de importação da região. O mesmo sucede, por exemplo, no caso da complementaridade com Singapura, Brasil, Senegal e Marrocos (países para os quais Cabo Verde exportou nesse período).

Figura B. Índice de Complementaridade do Comércio



Fonte: UN COMTRADE e cálculos do Banco de Cabo Verde.

Notas: O valor médio do índice para alguns países não incluiu todos os anos do período analisado devido à falta de dados.

Constant Market Share Analysis

A metodologia Constant Market Share Analysis procura compreender o comportamento das exportações nacionais comparativamente à média mundial através de três vertentes: (1) se as exportações nacionais se concentram em mercadorias cuja procura cresceu lentamente ou rapidamente, (2) se as exportações nacionais foram dirigidas a regiões economicamente estagnadas ou dinâmicas e (3) se o país em questão foi incapaz ou nada fez para competir eficazmente com outras “fontes” de oferta. Assim sendo, a variação nas exportações pode ser descrita como o produto de quatro efeitos: (1) da variação no comércio mundial ou seja, da procura por importações; (2) da composição de mercadorias nas exportações do país, ou seja, do grau da diversificação de produtos; (3) da distribuição das exportações do país pelos mercados internacionais, ou seja, da diversificação geográfica e (4) de um valor residual que reflete a diferença entre o crescimento efetivo das exportações e o crescimento que teria ocorrido se o país tivesse mantido as suas quotas de exportação de cada mercadoria para cada mercado (efeito competitividade).

Considerando os anos 2004 e 2015 para a desagregação dos efeitos acima apontados, os resultados da aplicação da metodologia Constant Market Share Analysis nas exportações de Cabo Verde sugerem que o país beneficiou do crescimento do comércio mundial (a nível global, a procura por mercadorias que Cabo Verde exporta aumentou nesse período) e que o aumento das exportações nacionais se deveu em larga medida ao efeito competitividade.²⁵

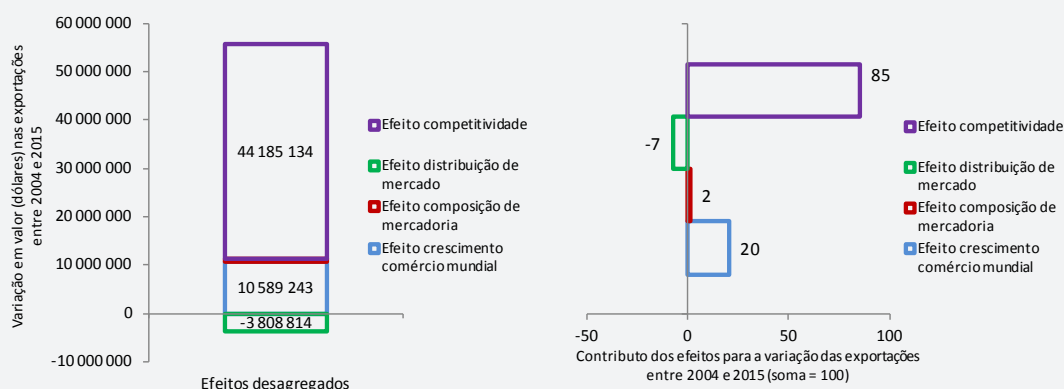
O efeito da composição de mercadorias foi relativamente residual, enquanto que o efeito da distribuição dos mercados apresentou um resultado negativo. As exportações no período não foram feitas para as regiões mais dinâmicas (que mais importaram) e nem incidiram sobre os produtos mais procurados, o que inibiu a performance das exportações.

²⁵ Da análise foram excluídos os países que não tinham dados disponíveis nesses anos.

A análise dos efeitos a nível de cada mercadoria exportada nos dois períodos mostra que o grupo de peixes, crustáceos, moluscos e suas preparações foi responsável pelo comportamento das exportações no período e pelo efeito competitividade evidenciado. Este refletiu, em larga medida, o aumento da produtividade nos últimos dez anos, com a instalação de novas indústrias no sector das pescas, financiadas com recurso ao investimento direto estrangeiro, sobretudo, espanhol. No entanto, o efeito da distribuição de mercados apresenta um resultado negativo, o que evidencia que Cabo Verde precisa diversificar mais os seus destinos de exportação.

Efetivamente, a reorientação das exportações para Espanha, em detrimento de Portugal, favoreceu a competitividade do país. No entanto, este ganho continuará limitado, caso se mantenha a atual estratégia comercial, em virtude da falta de diversificação dos mercados para exportação e da falta de diversificação de mercadorias.

Figura C. Constant Market Share Analysis



Fonte: UN COMTRADE e cálculos do Banco de Cabo Verde.

Nota: foram excluídos da análise todos os países que em nenhum dos anos tinham dados disponíveis.

Índice Compósito de Competitividade Global (ICG)

O ICG é um indicador compósito de competitividade que vem sendo calculado pelo World Economic Forum para Cabo Verde desde 2010. O índice manteve-se praticamente inalterado nos últimos cinco anos, passando de uma pontuação de 3,5 em 2010 para 3,8 em 2016 (numa escala de 1 a 7). Entretanto, o país saiu da posição 117 do ranking mundial em 2010 (de um total de 139 países analisados) para 110 em 2016 (de um total de 137 países analisados).

O índice sugere que a economia do país se encontra no segundo estágio de desenvolvimento, desde 2010, ou seja, que é uma *efficiency-driven economy*, sendo o pilar mais desenvolvido o da saúde e o da educação primária (com um índice igual a 6 em 2014 e 2015 e 5,9 em 2016, de um máximo de 7). A leitura dos índices evidencia que, entre outros, os maiores obstáculos ao desenvolvimento do sector de exportação de Cabo Verde prendem-se com a reduzida dimensão do mercado. Acresce-se, ainda, como constrangimentos, o fraco nível de inovação, a provisão insuficiente de infraestruturas e o estágio incipiente de desenvolvimento do mercado financeiro.

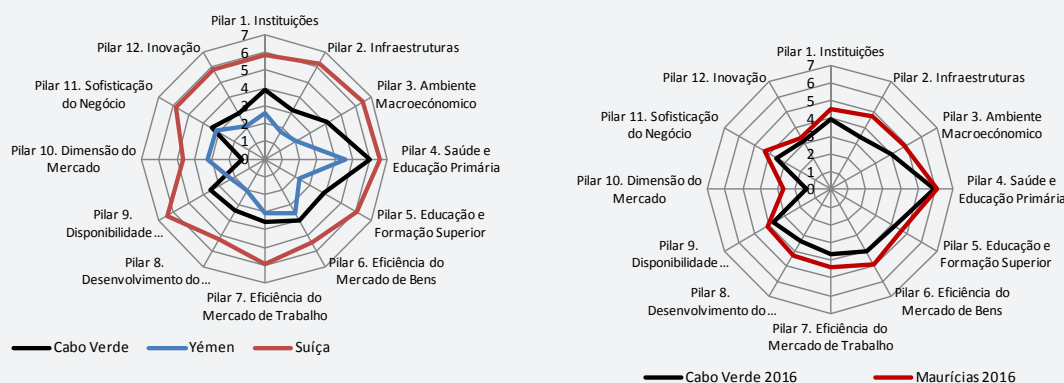
Em particular, a reduzida dimensão do mercado verifica-se quer a nível interno quer a nível externo. Neste pilar, o índice foi apenas 1,4 em 2016, mantendo a posição do país no último lugar do ranking mundial. Por sua vez, o fraco nível de inovação (evidente, entre outras características, na baixa capacidade para inovar e na inexistência de patentes registadas no país) inibe a capacidade de expansão do mercado porque limita a capacidade produtiva potencial do país.

A nível dos mercados financeiros, a baixa acessibilidade e disponibilidade de produtos financeiros adequados às necessidades das empresas, num contexto regulatório pouco facilitador do crédito, constituem os principais constrangimentos à iniciativa empresarial. Esses fatores têm sido apontados ao longo dos últimos anos como o maior constrangimento à realização de negócios em Cabo Verde. Efetivamente, o acesso ao

financiamento tem representado, em média, cerca de 22 por cento das dificuldades reportadas pelos operadores económicos ao World Economic Forum.

Ainda, no que se refere ao *doing business*, realce-se, entretanto, que fatores diretamente relacionados com a administração pública e tributária representaram em média um peso de cerca de 41 por cento dos constrangimentos referidos nesse período. Em particular, a carga fiscal é responsável em média, por cerca de 14 por cento das limitações sentidas.

Figura D. Indicadores de Competitividade Global de Cabo Verde em Comparação com Outros Países



Fonte: World Economic Forum.

O índice ICG de 2016 sugere que é no pilar da saúde e da educação primária que Cabo Verde mais se aproxima do país mais competitivo do mundo (Suíça). Entretanto, encontra-se numa situação pior que o país menos competitivo do mundo (Yémen), no pilar da dimensão do mercado. Por sua vez, o país mais competitivo de África (as Maurícias) apresenta uma estrutura competitiva muito similar à de Cabo Verde, embora mais desenvolvida. Este país poderá servir de referência para Cabo Verde, no que diz respeito às suas experiências de desenvolvimento.

O Índice Compósito de Competitividade em Viagens e Turismo (ICVT)²⁶

Produzido pelo World Economic Forum, o índice de competitividade em viagens e turismo procura identificar os fatores e as políticas que tornam o sector do turismo mais atrativo, aumentando o potencial competitivo das exportações de serviços turísticos de um país.

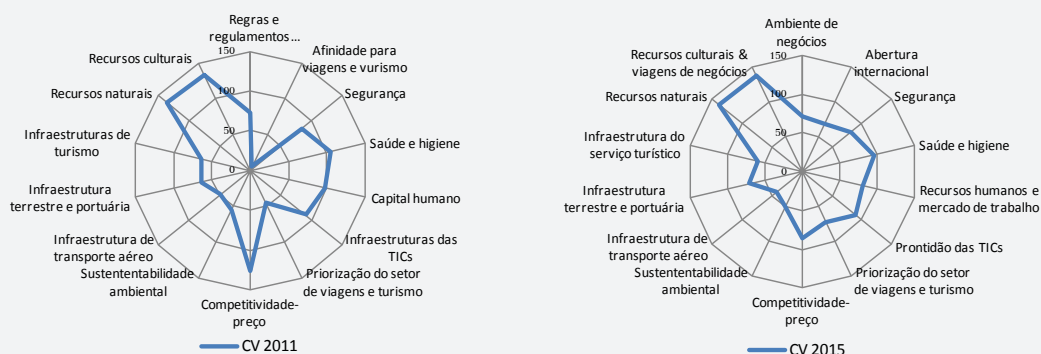
Relativamente a Cabo Verde, o índice sofreu uma ligeira queda de 3,8 em 2011 para 3,5 em 2015, numa escala de 1 a 7, embora o país tenha melhorado a sua posição no rank, passando de 89 em 2011 (de um total de 139 países) para 86 em 2015 (de um total de 141 países).

Analisando a posição competitiva de Cabo Verde por pilares para os anos 2011 e 2015 constata-se que o país é menos competitivo a nível dos recursos culturais (quase inexistentes, na perspetiva do World Economic Forum), dos recursos naturais (um constrangimento natural, mas que também reflete a fraca capacidade de proporcionar aos turistas o acesso aos bens naturais existentes). Destacam-se, ainda, a fraca competitividade preço em termos de paridade de poder de compra, o limitado acesso a melhores condições de saneamento, a fraca qualidade das infraestruturas da saúde e higiene, bem como de segurança, a baixa qualificação dos recursos humanos e uma oferta limitada de formação e pesquisa especializada.

No entanto, em 2011, Cabo Verde destacou-se na quinta posição no pilar de afinidade para viagens e, em 2015, a maior competitividade foi evidenciada no pilar de infraestrutura de transporte aéreo (quadragésima terceira posição).

²⁶ A análise do sector do turismo baseia-se exclusivamente nos indicadores calculados pela World Economic Forum.

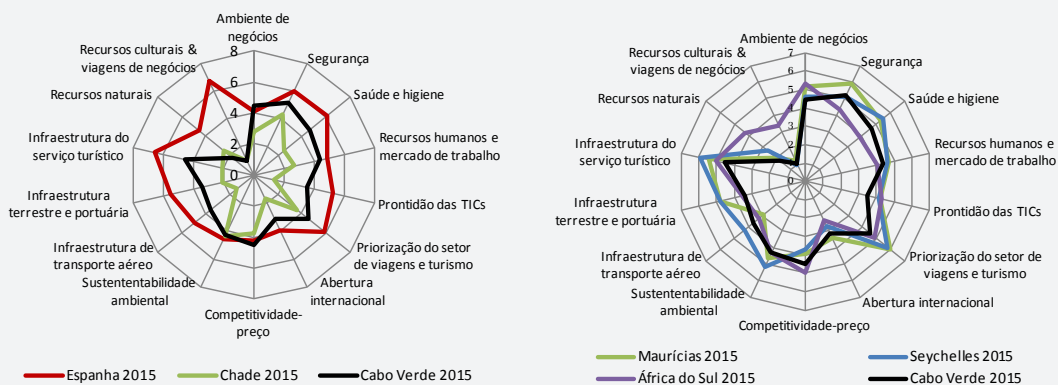
Figura E. Posição Competitiva de Cabo Verde por Pilares de Desenvolvimento (2011 e 2015)



Fonte: World Economic Forum

Em termos globais, o país mais competitivo do mundo em viagens e turismo em 2015 (Espanha) priorizou o desenvolvimento de recursos culturais e condições para viagens de negócio, bem como as infraestruturas de serviços de turismo, pilares nos quais Cabo Verde mais se distanciou daquele país. Ainda assim, Cabo Verde foi mais competitivo que Espanha a nível do ambiente de negócios e da competitividade preço. Por sua vez, o país menos competitivo do mundo (Chade) superou Cabo Verde em dois pilares: o de recursos naturais e o de sustentabilidade ambiental.

Figura F. Indicadores de Competitividade em Viagens e Turismo de Cabo Verde em Comparação com Outros Países



Fonte: World Economic Forum.

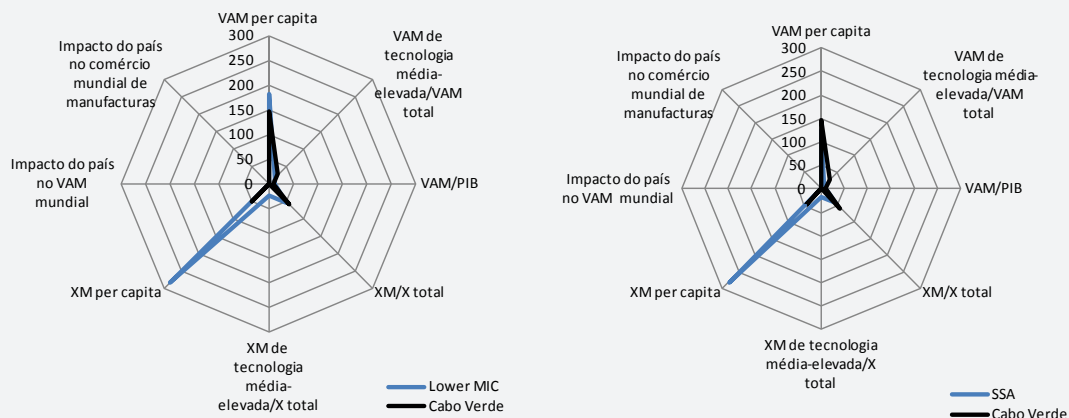
Refira-se, ainda, que Cabo Verde conseguiu conquistar a quarta posição, a seguir aos três países mais competitivos de África (Seychelles, Maurícias e África do Sul). As diferenças com estes países são mais acentuadas a nível dos recursos naturais, da prioridade que é dada ao sector da infraestrutura de transportes terrestre, marítimo e aéreo, bem como de serviços turísticos.

O Índice Compósito de Desempenho da Competitividade Industrial (IDCI)

No sector das indústrias a performance do país é largamente desfavorável. O Relatório da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) de 2012-2013, sobre a competitividade industrial, indica que Cabo Verde se encontra na posição 132, num universo de 135 economias analisadas. Entre os países de rendimento médio-baixo encontra-se na posição 32 (num total de 34 países) e entre os países da África Subsariana (SSA, na sigla inglesa) encontra-se na posição 18 (num total de 25 países analisados). Note-se que as maiores discrepâncias entre Cabo Verde e os grupos de países analisados se situam a nível das exportações per capita de produtos manufaturados, das exportações de produtos manufaturados

de média-alta tecnologia e do impacto do país ou região no comércio das manufaturas e no valor acrescentado a nível mundial.

Figura G. Indicadores de Competitividade Industrial de Cabo Verde em Comparação com Regiões de Referência



Fonte: UN COMTRADE e Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Notas: XM – Exportação de Manufaturas; VAM – Valor Acrescentado de Manufaturas; X – Exportações.

Os resultados de todos os indicadores analisados apontam para uma melhor *performance* do país a nível dos serviços de turismo, que resulta do esforço de priorização do sector ao longo dos anos e que se traduziu num maior influxo de investimento direto estrangeiro. No entanto, a capacidade produtiva do país, sendo muito importante para o crescimento e o desenvolvimento sustentáveis, continua relativamente fraca, como evidenciam os referidos indicadores.

Como apontam os indicadores compósitos, quase tudo importa para a competitividade de um país, que deve ser encarada numa perspetiva sistémica. Portanto, as políticas públicas deverão passar por medidas que melhorem as áreas abrangidas pelos indicadores nos quais o país se encontra muito pouco desenvolvido, não descuidando a contínua implementação de medidas que melhorem o desempenho das áreas cujos indicadores estão melhor pontuados, tendo em conta a natureza dinâmica da competitividade.

Capítulo 4. Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho cabo-verdiano foi marcado, em 2016, por um aumento assinalável da população ativa, acompanhado por um menor nível de criação líquida de postos de trabalho.

A taxa de atividade aumentou de 58,3 para 63,7 por cento, determinado, particularmente, pelo volume de entrada na população ativa de jovens à procura de primeiro emprego (especialmente dos com idade compreendida entre 15 e 19 anos) e de procura de emprego por adultos próximos da idade de reforma (na faixa etária de 60-64 anos), marcadamente superior ao crescimento da população em idade ativa. Em consequência, a taxa de inatividade da população em idade ativa registou uma redução na ordem dos 12 por cento, contrariando a evolução dos últimos três anos.²⁷

O número de postos de trabalho criados (num total de 15.240, que compara aos 11.654 de 2015) foi, entretanto, insuficiente para absorver a força de trabalho adicional (+24.595 indivíduos), levando ao aumento da taxa de desemprego de 12,2 para 15 por cento da população ativa.

Em 2016, a taxa de ocupação da população em idade ativa aumentou 3,1 pontos percentuais para 54,2 por cento, refletindo em larga medida o aumento de ativos empregados na maioria dos concelhos do país, detendo a mão-de-obra recrutada, sobretudo masculina, um nível de instrução superior ao registado em 2015, ainda que maioritariamente ao nível do ensino secundário.

A absorção de mão-de-obra foi mais acentuada no meio rural, pese embora a inversão da tendência de queda da taxa ocupação da população urbana. As condições pluviométricas, ainda que menos favoráveis que em 2015, terão justificado o aumento do número de postos de trabalho no meio rural, no sector agrícola, por um lado.

Quadro 4. Situação da População Perante a Atividade Económica

	2014	2015	2016
População Ativa	217.158	222.085	246.680
Empregada	182.831	194.485	209.725
Desempregada	34.327	27.599	36.955
População em Idade Ativa	374.749	380.995	387.147
Taxa de Atividade (%)	57,9	58,3	63,7
Taxa de Ocupação (%)	48,8	51,0	54,2
Taxa de Desemprego (%)	15,8	12,4	15,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

²⁷ Refira-se, igualmente, o aumento da população ativa na faixa etária dos 30-34 anos. De acordo com os resultados do inquérito ao emprego de 2016, o primeiro fator de inatividade da população em idade ativa é a frequência de aulas em instituições de ensino e de formação (25 por cento do total), seguido de situações de invalidez, doença, acidentes e gravidez (20 por cento dos inativos). Note-se, ainda, que cerca de 14 por cento dos indivíduos inativos considera que não havia empregos adequados para os quais pudessem concorrer.

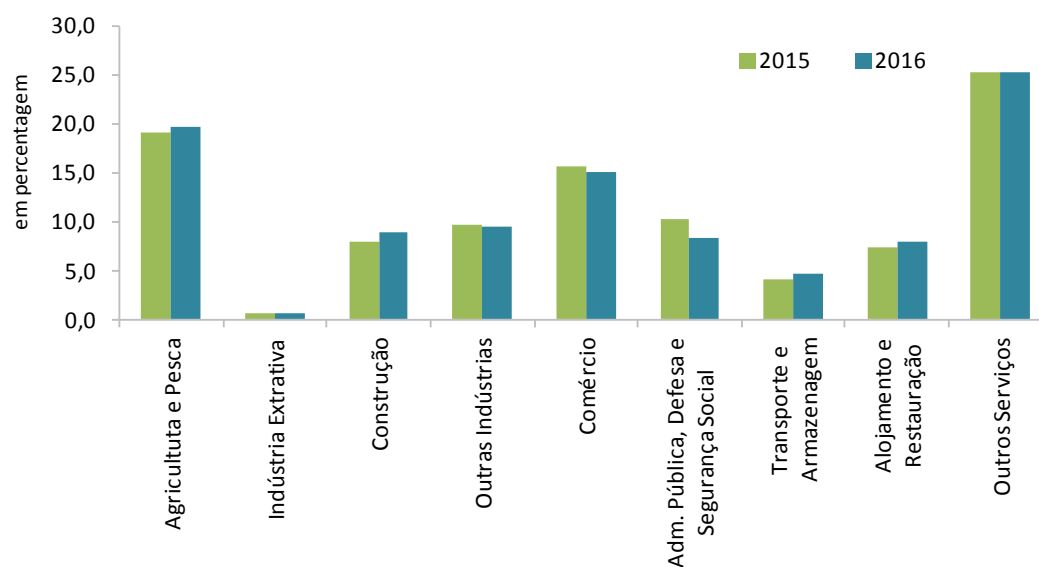
Quadro 5. Indicadores de Ocupação

	2014	2015	2016
Por Meio (%)			
Urbano	72,8	53,4	55,9
Rural	27,2	46,2	50,6
Por Sexo (%)			
Homens	54,3	53,5	60,5
Mulheres	45,7	46,5	48,0
Por Faixa Etária (%)			
15-24 anos	22,9	24,5	25,4
15-34 anos	41,4	43,7	47,0
35-64 anos	67,0	68,9	75,7
65+	10,8	12,6	11,9
Por Sector de Atividade (%)			
Primário	16,7	19,8	20,4
Secundário	17,8	17,6	18,5
Terciário	65,5	62,6	61,1
Por Nível de Instrução (%)			
Sem qualificação	5,1	5,7	4,9
Alfabetização	2,1	2,2	2,3
Ensino Básico	40,8	42,8	39,7
Ensino Secundário	36,4	35,7	39,2
Curso Médio	1,7	1,5	1,5
Curso Superior	13,9	12,1	12,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Por outro, o aumento do emprego relacionado a investimentos com capital estrangeiro no sector do turismo (com impactos na criação de postos de trabalho na construção e nos serviços empresariais profissionais e técnicos), bem como à *performance* das atividades de alojamento e restauração, terá explicado, em boa medida, a melhoria das condições de trabalho no meio urbano.

Figura 12. Evolução da Taxa de Ocupação por Ramos de Atividade



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Quadro 6. Indicadores de Desemprego

	2014	2015	2016
	em percentagem		
Distribuição por sexo (%)			
Masculino	56,5	58,7	46,3
Feminino	43,5	41,3	53,7
Por Faixa Etária (%)	56,5	58,7	46,3
13-34 anos			
34-64 anos	23,9	19,2	24,2
65 +	7,8	6,1	5,2
Por Nível de Instrução (%)	0,7	0,5	3,2
Sem nível			
Primário	8,3	6,3	5,2
Secundário	13,5	10,2	8,3
Pós- Secundário	20,6	16,3	20,2
Pós- Secundário	12,0	11,2	20,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

O nível de subemprego da população ativa diminuiu de 26,5 para 26,3 por cento, iniciando, a par do aumento do número de empregados inscritos na segurança social (em 1,4 pontos percentuais para 37,3 por cento), alguma redução da precariedade laboral em Cabo Verde, pese embora o nível ainda elevado.

O número de pessoas desempregadas que ativamente procurou emprego, nas quatro semanas que precederam o inquérito ao emprego do Instituto Nacional de Estatísticas referente a 2016, ascendeu a 36.955. O aumento do desemprego ocorreu quase que proporcionalmente nos meios rurais e urbanos, determinado pela desocupação de jovens mulheres, qualificadas com ensino secundário e pós-secundário.²⁸

²⁸ A taxa de desemprego de indivíduos com nível de instrução pós-secundário registou, em 2016, o expressivo aumento de 9,5 pontos percentuais. Fixou-se no nível historicamente elevado de 20,7 por cento.

Capítulo 5. Inflação

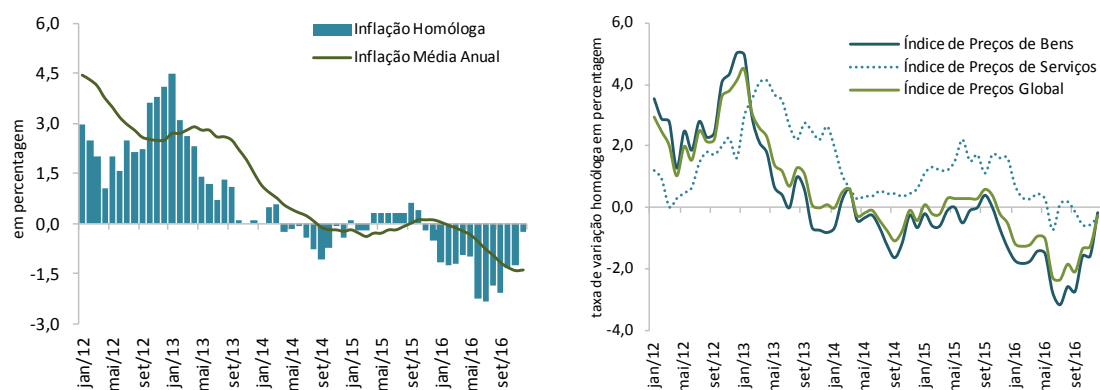
A inflação média anual, medida pela taxa de variação média dos últimos 12 meses do índice de preços no consumidor, manteve, ao longo de 2016, a trajetória de redução iniciada em finais de 2015, fixando-se, em dezembro de 2016, em -1,4 por cento (+0,1 por cento em período homólogo).

O comportamento dos preços no consumidor traduziu, sobretudo, a deflação das classes de bens alimentares e bebidas não alcoólicas e de rendas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis, reflexo da transmissão aos preços internos da inflação importada, de algum aumento da produção local de frescos, bem como da extinção da medida tributária temporária, adotada em 2015, de aumento da taxa do imposto sobre o valor acrescentado de 15 para 15,5 por cento.²⁹

Dado o seu peso no cabaz de consumo dos cabo-verdianos, os preços dos bens alimentares não transformados contribuíram significativamente (aproximadamente em 45 por cento) para a deflação dos preços no consumidor, tendo o impacto do aumento da produção local de frescos, em função da pluviosidade ocorrida na época das chuvas de 2015, sido ampliado pela redução em um por cento dos preços de importação de bens alimentares não transformados.

A contínua redução do preço do *brent* nos mercados internacionais repercutiu-se, em 2016, essencialmente nos preços de distribuição da eletricidade e água, que, ao reduzirem 13 e um por cento, respetivamente, determinaram a deflação da classe quatro do cabaz do consumidor - classe de rendas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis. O preço do gás decresceu dois por cento em 2016, depois de ter reduzido nove por cento em 2015.

Figura 13. Evolução da *Headline Inflation* em Cabo Verde

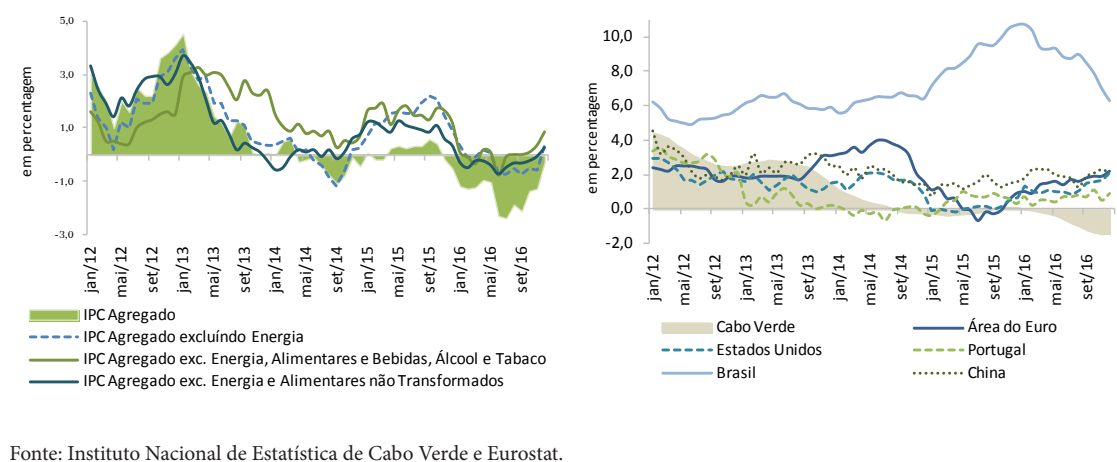


Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde e Instituto Nacional de Estatística de Portugal.

Nota: IPC – Índice de Preços no Consumidor.

²⁹ A taxa do imposto sobre o valor acrescentado foi aumentada em 2015 para gerar recursos financeiros para apoiar as famílias de Chã das Caldeiras, vítimas da erupção vulcânica ocorrida em finais de 2014.

Figura 14. Evolução Homóloga da Inflação Subjacente e Inflação dos Principais Parceiros Comerciais do País



A evolução dos preços de transportes, que, entretanto, apresentaram uma tendência de recuperação no quarto trimestre, refletiu a diminuição das tarifas dos transportes urbanos coletivos de passageiros, na ordem dos dez por cento, e a ligeira subida, de 0,2 por cento, dos preços dos combustíveis para uso não-doméstico.

A redução da taxa única do imposto sobre o valor acrescentado compensou algum efeito da pressão da procura por determinados bens e serviços, designadamente de hotelaria e restauração, de lazer, recreação e cultura, de ensino, de saúde e, nos últimos três meses do ano, de vestuário e calçado.

A inflação homóloga, por seu turno, reforçou, ao longo do primeiro semestre, o perfil descendente iniciado em outubro de 2015, tendo atingido em junho o valor mais baixo desde outubro de 2009. O comportamento da inflação homóloga, no período, refletiu a redução dos preços dos bens energéticos e não-energéticos consumidos na economia, bem como a desinflação dos preços dos serviços prestados no país. A partir de agosto de 2016, com a tendência de recuperação dos preços internacionais dos combustíveis e a ocorrência de uma pluviometria menos favorável que em 2015, num contexto de maior dinamismo da procura interna, a inflação homóloga inverteu a tendência decrescente, fixando-se em -0,3 por cento em dezembro de 2016.

A *core inflation*, medida pelo índice de preços excluindo a energia e os bens alimentares não transformados, acompanhou a tendência da *headline inflation* (do IPC agregado), fixando-se no final do ano, em termos médios anuais, em -0,2 por cento (+0,8 por cento em dezembro de 2015).

A contenção salarial, não obstante o aumento de remunerações de algumas classes profissionais do sector público, e o contínuo impacto dos reduzidos preços da energia nos custos de produção e, conseqüentemente, de comercialização de bens e serviços, a par da redução da taxa de imposto sobre o valor acrescentado, justificam o comportamento da inflação subjacente.

Pese embora o seu efeito desfavorável nas receitas fiscais, a deflação dos preços no consumidor, num contexto de recuperação da confiança dos agentes económicos, além de ter beneficiado o poder de compra das famílias e o seu consumo, favoreceu a competitividade-preço do país.

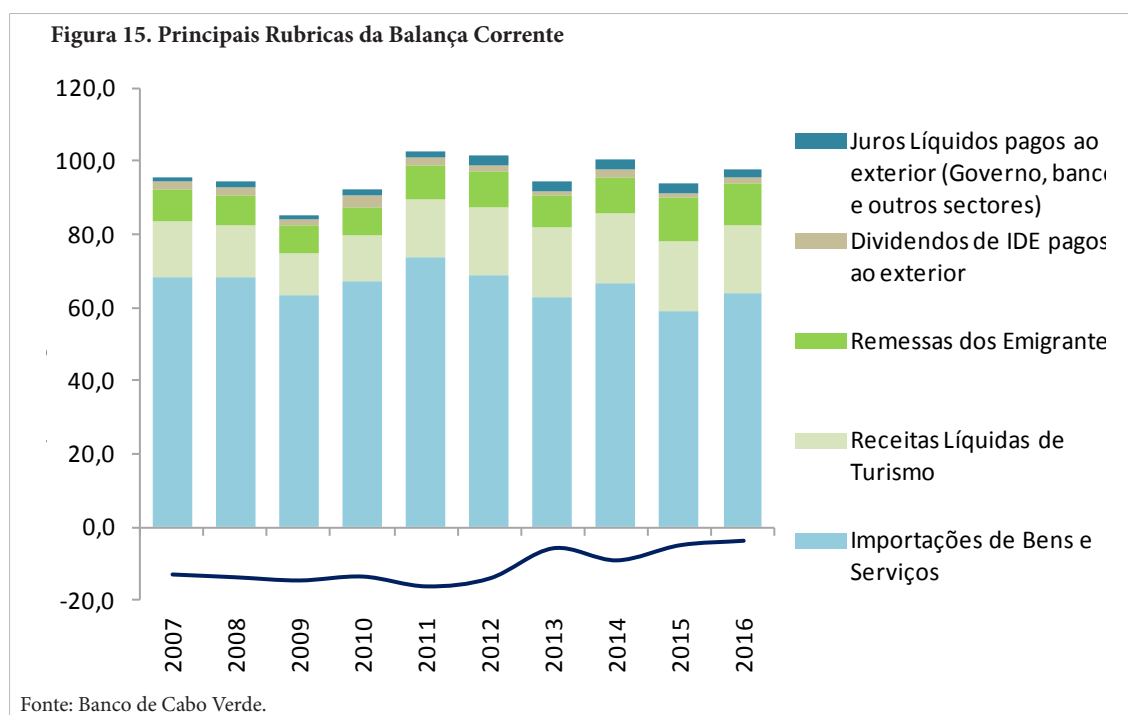
Capítulo 6. Contas Externas

As contas externas registaram um comportamento muito positivo em 2016, favorecendo a acumulação de reservas internacionais líquidas do país para o nível máximo histórico de 541 milhões de euros.

A balança global registou um excedente de 83 milhões de euros em 2016 (5,6 por cento do PIB, que compara a 2,2 por cento de 2015), resultante do aumento dos influxos de financiamento externo, num contexto de redução conjuntural das necessidades de financiamento da economia (défice conjunto das balanças correntes e de capital).

A contínua desinflação dos preços no produtor e consumidor dos principais fornecedores do país, bem como a melhoria no rendimento disponível bruto das famílias dos principais mercados turísticos nacionais e dos países de acolhimento da diáspora cabo-verdiana determinaram a contenção das faturas de mercadorias importadas, o aumento da procura externa por serviços turísticos, de transportes e outros serviços associados, bem como o crescimento das transferências privadas, levando, conseqüentemente, à diminuição do desequilíbrio da conta corrente do país.

O défice da balança corrente registou, com efeito, uma redução de 22 por cento (depois de ter contraído 44 por cento em 2015), reflexo da acumulação de excedentes das balanças de serviços e de transferências correntes (rendimento secundário, de acordo com a estrutura do Sexto Manual de Compilação das Contas Externas do Fundo Monetário Internacional - BPM6).



Quadro 7. Evolução do Comércio Externo de Bens e Serviços

	2014	2015	2016
			em milhões de escudos
Importações de Bens e Serviços	102.658,8	93.748,9	101.145,9
dos quais:			
Bens de Consumo	23.311,6	23.797,6	26.937,9
Bens de Capital	11.126,8	8.499,1	9.438,6
Combustíveis	9.780,8	7.629,9	5.737,1
Viagens de Negócios	5.317,5	6.616,6	907,4
Viagens Pessoais	3.781,0	3.405,5	5.811,8
Serviços de Transporte (incluindo fretes)	7.842,1	7.602,1	8.725,5
Outros Serviços Empresariais	7.174,5	6.288,6	10.313,8
Exportação de Bens e Serviços	74.285,9	66.513,1	73.658,3
dos quais:			
Pescado	5.675,8	5.635,7	5.024,7
Vestuário	476,2	539,3	645,4
Calçado	458,3	375,8	367,4
Fornecimentos à Navegação Aérea e Marítima	12.945,9	8.868,4	9.273,8
Serviços de Comunicação	4.389,5	2.276,4	2.690,1
Serviços de Turismo	32.124,8	32.731,4	34.859,6
Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações	72%	71%	71%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O aumento das exportações de viagens e de transportes aéreos, em 6,5 e 7,9 por cento, respetivamente, em resultado do crescimento da procura turística internacional em 11 por cento, aliado ao incremento das receitas de serviços de telecomunicações e serviços de informática em 20,8 por cento, mais que compensou o acréscimo das importações de bens, em dez por cento, para fazer face ao aumento quer da procura interna quer da procura externa e a alguma necessidade de reposição de *stocks*.³⁰

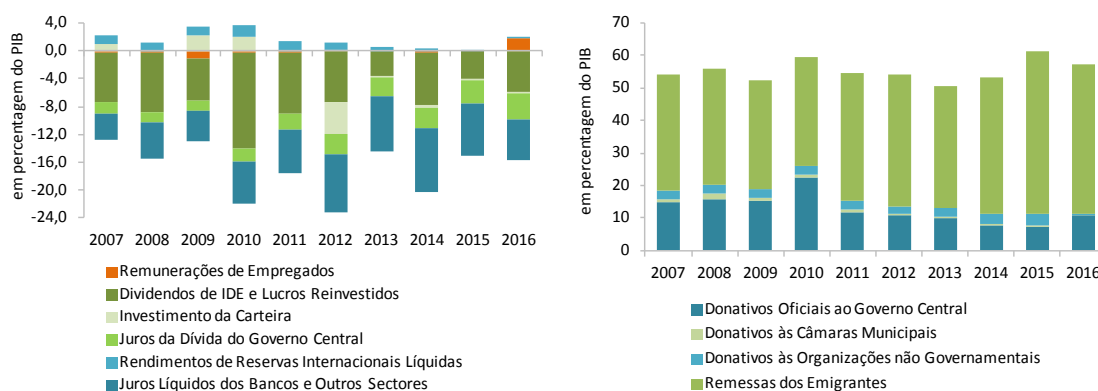
Não obstante, o défice comercial do país (medido pelo saldo conjunto das balanças de bens e de serviços) agravou-se, ao aumentar 11,4 por cento em resultado do decréscimo das exportações de bens em 0,2 por cento (apesar do aumento das reexportações de combustíveis e víveres nos portos e aeroportos internacionais do país) e do crescimento das importações de serviços técnicos e empresariais em 12 por cento.

O desempenho menos conseguido das exportações de bens, numa conjuntura de ganhos de quota de mercado e de melhoria da competitividade-preço pelo país, reflete, em larga medida, a concentração das exportações do país, em termos de produtos (o pescado enlatado e congelado representou 81 por cento do total) e de mercados (Área do Euro e Espanha em particular, que adquiriram, respetivamente, 96 e 64 por cento do total das exportações nacionais).

³⁰ A balança de pagamentos e a posição de investimento internacional do país passaram a ser compiladas em 2016 de acordo com as recomendações metodológicas do sexto manual do Fundo Monetário Internacional para a compilação das contas externas. Uma síntese das principais alterações metodológicas será disponibilizada nas páginas seguintes.

No quadro da implementação das novas premissas metodológicas, o Banco de Cabo Verde revisitou o sistema de notificação das transações internacionais pelos bancos, que é a principal fonte de dados para a compilação das estatísticas da balança de pagamentos. As alterações metodológicas e de certas práticas de compilação resultaram numa melhoria da classificação estatística de determinadas rubricas, como sejam transferências privadas, viagens de negócios e serviços empresariais, cujos valores apurados em 2016 não serão comparáveis com os anos anteriores. Está em curso um plano de revisão das estatísticas compiladas desde 2008, com o objetivo de harmonizar as séries e integrar os efeitos das recentes alterações metodológicas e práticas de compilação.

Figura 16. A Evolução de Rendimentos e Transferências Unilaterais



Fonte: Banco de Cabo Verde.

A balança de rendimentos (primários, na terminologia do BPM6) registou um desagravamento do défice na ordem dos 0,3 pontos percentuais para 3,4 por cento do PIB, traduzindo a redução dos encargos com os juros pagos aos credores externos do Estado, dos bancos e de outros setores, pese embora o aumento da repatriação de reservas e dividendos a investidores externos, por parte principalmente de empresas dos ramos da construção e do turismo.

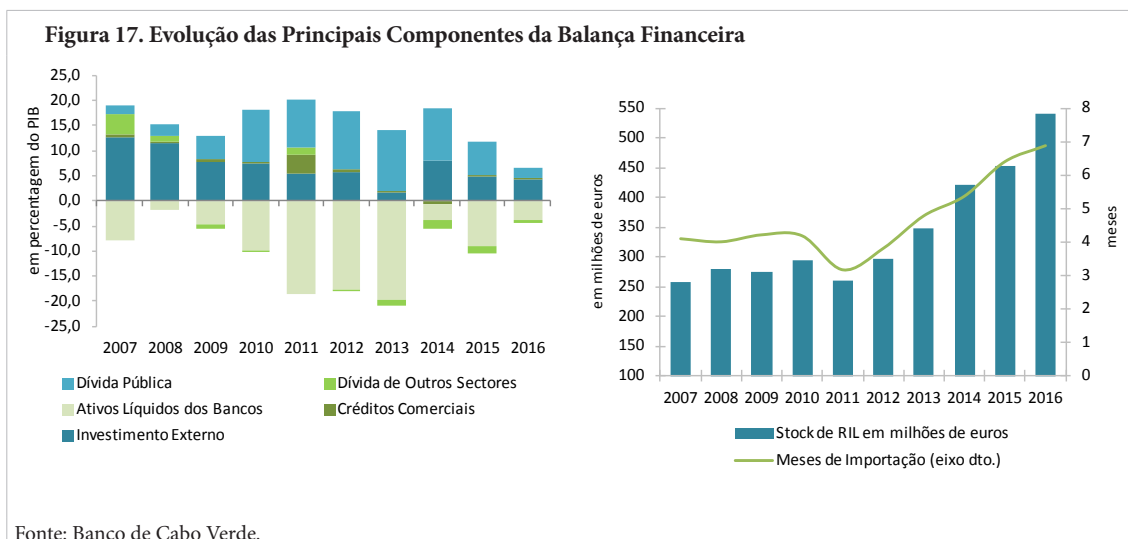
Inversamente, e contrariando as expectativas de redução fundadas na dissipação dos efeitos do apoio da comunidade internacional ao país na sequência da erupção vulcânica de finais de 2014 e inícios de 2015, o saldo das transferências unilaterais (correntes - rendimento secundário de acordo com BPM6 - e de capital) registou um aumento de 18,9 por cento (14,5 por cento em 2015). Num cenário de diminuição dos donativos oficiais (em bens duradouros e relacionados à execução de projetos financiados pelo Millenium Challenge Corporation), a sustentação da dinâmica das transferências unilaterais resultou da estabilização das remessas de emigrantes e do contínuo aumento de transferências em divisas e bens para as instituições ao serviço das famílias.

A balança financeira, que constitui o canal através do qual se processa o financiamento da economia, registou uma entrada líquida de fundos, em 2016, de 14.901 milhões de escudos, correspondente a 9,1 por cento do PIB (5,1 por cento em 2015).

A desmobilização de aplicações em instituições financeiras no exterior, por parte quer das sociedades financeiras quer das sociedades não financeiras, na ordem dos 43,5 milhões de euros, determinou a evolução da conta financeira.

O contributo do investimento externo (direto e de carteira) e dos empréstimos financeiros para o crescimento dos influxos de financiamento externo foram, contudo, negativos. Apesar do aumento em 25 por cento dos influxos de investimento direto estrangeiro no país em ações e outras participações de capital, a redução dos lucros reinvestidos e das responsabilidades das empresas de capital externo com os seus investidores determinara o decréscimo de 1,1 por cento do saldo global do investimento direto estrangeiro.³¹

³¹ De registar que o BPM6 abandona a ótica de entrada e saída de fundos na apresentação da balança de pagamentos, privilegiando a análise em termos de ativos e passivos do país. Assim sendo, os valores apresentados nesta análise em termos de entradas/saídas de fundos, não coincidirão com os apresentados no Anexo Estatístico, que está em conformidade com o BPM6.



Os desembolsos líquidos de empréstimos contratados com o exterior diminuíram 46 por cento, em função, principalmente, da redução dos desembolsos líquidos da dívida pública, na ordem dos 7,3 mil milhões de escudos.

O aumento do excedente da balança financeira, num contexto de redução das necessidades de financiamento do país, determinou o alargamento do rácio de cobertura das importações de bens e serviços pelas reservas de 6,4 para 6,9 meses. Estas passaram a cobrir em 4,4 vezes as responsabilidades contratuais de curto prazo do país - dívida externa vencida em 2016 e défice da balança corrente (3,5 vezes em 2015) e em 35,6 por cento a massa monetária (e em 98 por cento os depósitos dos emigrantes, principal responsabilidade contingencial do país), melhorando a capacidade do país preservar a sua estabilidade cambial.³²

Pese embora a evolução positiva, a natureza e os fatores que condicionaram as transações do país com o exterior continuam a evidenciar um elevado grau de vulnerabilidade da economia nacional a choques externos exógenos.³³

O contínuo aumento do grau de abertura da economia do país tem coincidido com uma volatilidade indesejável das exportações de mercadorias, muito relacionada à competitividade do país, tendo em conta a sua limitada capacidade produtiva e condição de *price-taker*. A par da volatilidade das exportações de mercadorias, as exportações de bens e serviços do país permanecem aquém das expectativas de retorno dos investimentos diretos realizados, em termos de volume e no que se refere à sua sofisticação tecnológica, não contribuindo significativamente para a redução do défice tecnológico do país e para a compensação dos rendimentos expatriados aos investidores diretos.³⁴

³² Em 2015, o *stock* das reservas internacionais líquidas do país cobria 32,3 e 86,7 por cento, respetivamente, da massa monetária e dos depósitos dos emigrantes.

³³ Por vulnerabilidade entende-se o desvio padrão ou qualquer grau de variância do consumo, enquanto *proxy* do bem-estar, de uma dada economia. Uma economia é considerada vulnerável a choques externos se: (i) o peso do comércio externo, variável com elevado desvio padrão face o PIB, for expressivamente elevado; (ii) as principais fontes de receitas de divisas do país são variáveis também sujeitas a choques externos, como sejam remessas de emigrantes, ajuda externa e receitas de turismo; e (iii) possui uma estrutura produtiva pouco diversificada e sujeita a choques exógenos internos e externos. O regime cambial de peg fixo, por limitar a flexibilidade de ajustamento da economia também introduz um grau de vulnerabilidade acrescida à economia.

³⁴ A balança tecnológica é definida, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Tecnológico, como o saldo das exportações e importações de regalias e direitos de licença, serviços de assistência técnica, serviços de investigação e desenvolvimento e de outros serviços de natureza técnica.

A mudança da estrutura da economia iniciada nos finais do século XX continua a ser acompanhada pela dependência do país a fluxos de ajuda externa privada (remessas de emigrantes) e pública (donativos), cuja evolução sujeita-se à *performance* das economias doadoras e à disciplina macrofinanceira do país, funcionando este último quesito como uma pressão benigna.³⁵

O aumento do endividamento externo líquido, sobretudo do Estado nos últimos seis anos, acrescentou mais vulnerabilidade à economia nacional, aumentando, não obstante o risco de incumprimento ser considerado remoto, as incertezas dos investidores quanto à previsibilidade da política fiscal e ao prémio de risco de *funding* dos seus investimentos.

³⁵ As remessas dos emigrantes e os donativos correntes e de capitais financiaram 24 por cento das importações de bens e serviços em 2016.

A Posição de Investimento Internacional de Cabo Verde em 2016

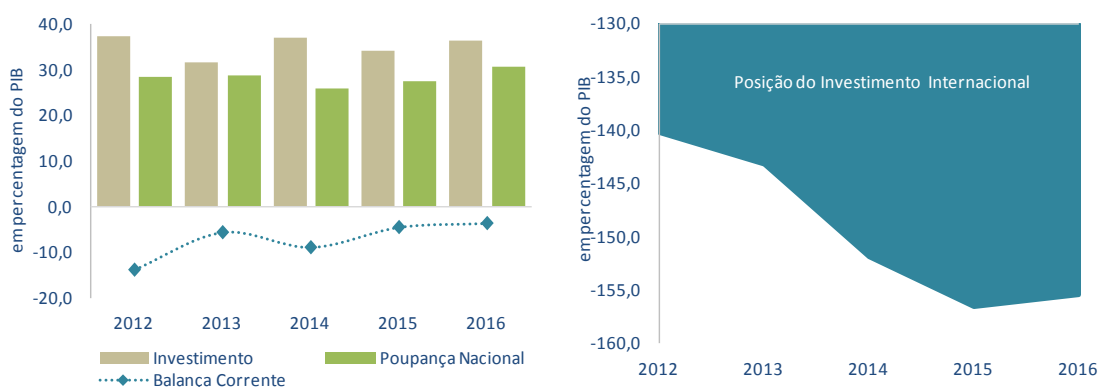
As transações do país com o exterior, pese embora a evolução positiva da balança global, determinaram o agravamento do défice financeiro externo do país de 245 para 251 mil milhões de escudos em 2016. Este foi, entretanto, atenuado pelo impacto favorável da apreciação do dólar dos EUA no *stock* de ativos externos do país.

O agravamento, em termos absolutos, da posição de investimento internacional foi determinado, principalmente, pelo aumento do investimento direto estrangeiro no país em ações e outras participações de capital (um passivo do país) e, em menor proporção, pela redução das aplicações externas dos bancos e outros sectores em moedas e depósitos (ativos do país).³⁶

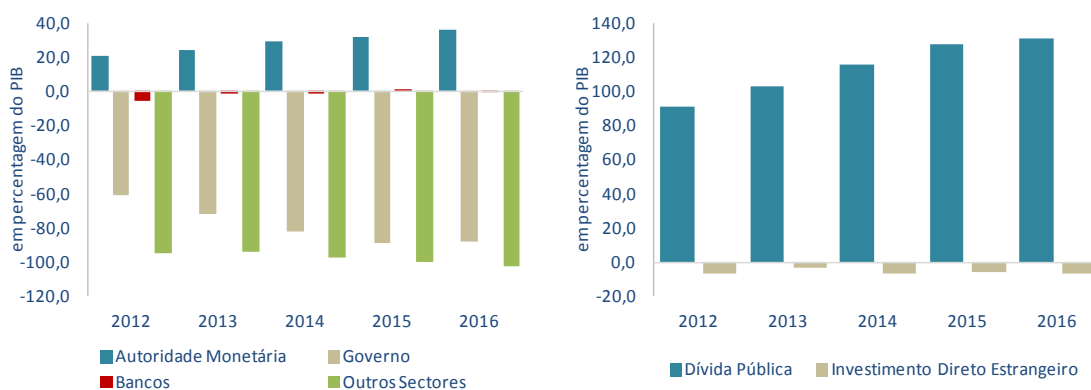
Os empréstimos financeiros contribuíram marginalmente para a deterioração da situação deficitária da economia nacional face ao resto do mundo, devido à diminuição significativa dos desembolsos da dívida do governo e à contínua amortização da dívida das empresas financeiras e não financeiras.

Neste quadro, o alargamento da posição financeira deficitária do país foi sobretudo determinado pelos investimentos de outros sectores (sociedades não financeiras e particulares) e do governo, numa conjuntura de ligeira redução do défice estrutural de poupança interna.

Capacidade de Financiamento Interno e Desequilíbrio Externo da Economia Nacional



Financiamento Externo da Economia Nacional por Sector Institucional e por Instrumentos



Fonte: Banco de Cabo Verde.

³⁶ Em termos do PIB, a PII melhorou ligeiramente em 2016, passando a posição negativa de 157, em 2015, para 155 por cento do PIB.

Caixa 3: Estatísticas do Sector Externo de acordo com o BPM6

A compilação das estatísticas do sector externo pelo Banco de Cabo Verde (BCV) tem por base, desde o seu início em 1976, as recomendações de carácter metodológico dos manuais da balança de pagamentos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O surgimento de novos instrumentos financeiros e interesses analíticos, bem como a necessidade de crescente harmonização e integração metodológica das estatísticas macroeconómicas têm imposto uma atualização permanente dos fundamentos conceituais e práticas de compilação das estatísticas de transações dos países com o resto do mundo.

O primeiro esboço do Sexto Manual de Compilação das Estatísticas da Balança de Pagamentos e da Posição do Investimento Internacional (BPM6) foi publicado em 2004. Em 2009, o FMI publicou formalmente o BPM6 e determinou a sua adoção progressiva, por todos os países membros da instituição, a partir de 2012. Desde então, o BCV, na qualidade de órgão responsável pela produção das estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional do país, tem trabalhado na criação de condições para a sua adoção.

O BPM6 define as estatísticas do sector externo, a Balança de Pagamentos (BP) e a Posição de Investimento Internacional (PII), como sendo estatísticas macroeconómicas que abarcam todas as transações realizadas entre entidades residentes (Governo, Autoridade Monetária, Sector Financeiro, Empresas não financeiras, Organismos não Governamentais e Particulares) e não residentes em Cabo Verde.

A BP é um documento estatístico que agrega todas as informações de transações (fluxos) entre uma economia e o resto do mundo. Compreende as contas de bens, de serviços, de rendimento primário, de rendimento secundário, de capital e a conta financeira.

APII apresenta os saldos (*stock* ou posição) das disponibilidades e responsabilidades financeiras externas de uma economia, no final de um determinado período de tempo. A PII inclui, além das estimativas dos instrumentos negociados valorizados a preço de mercado, as variações da posição de cada instrumento em função de flutuações cambiais, de alterações de preços e de outras reclassificações dos ativos e passivos financeiros.

Em termos estruturais, a PII distingue os ativos e passivos financeiros em quatro tipos de funções de investimento da balança financeira: investimento direto; investimento de carteira; ativos de reserva e outro investimento.

As alterações introduzidas pelo BPM6 abarcam desde a apresentação, a nomenclatura de algumas contas, às convenções estatísticas e conceptuais. O BPM6 manteve, entretanto, a distinção entre as contas corrente, de capital e financeira, não obstante algumas alterações funcionais.

A conta corrente passou a apresentar os fluxos das contas de bens, serviços, rendimento primário e rendimento secundário.

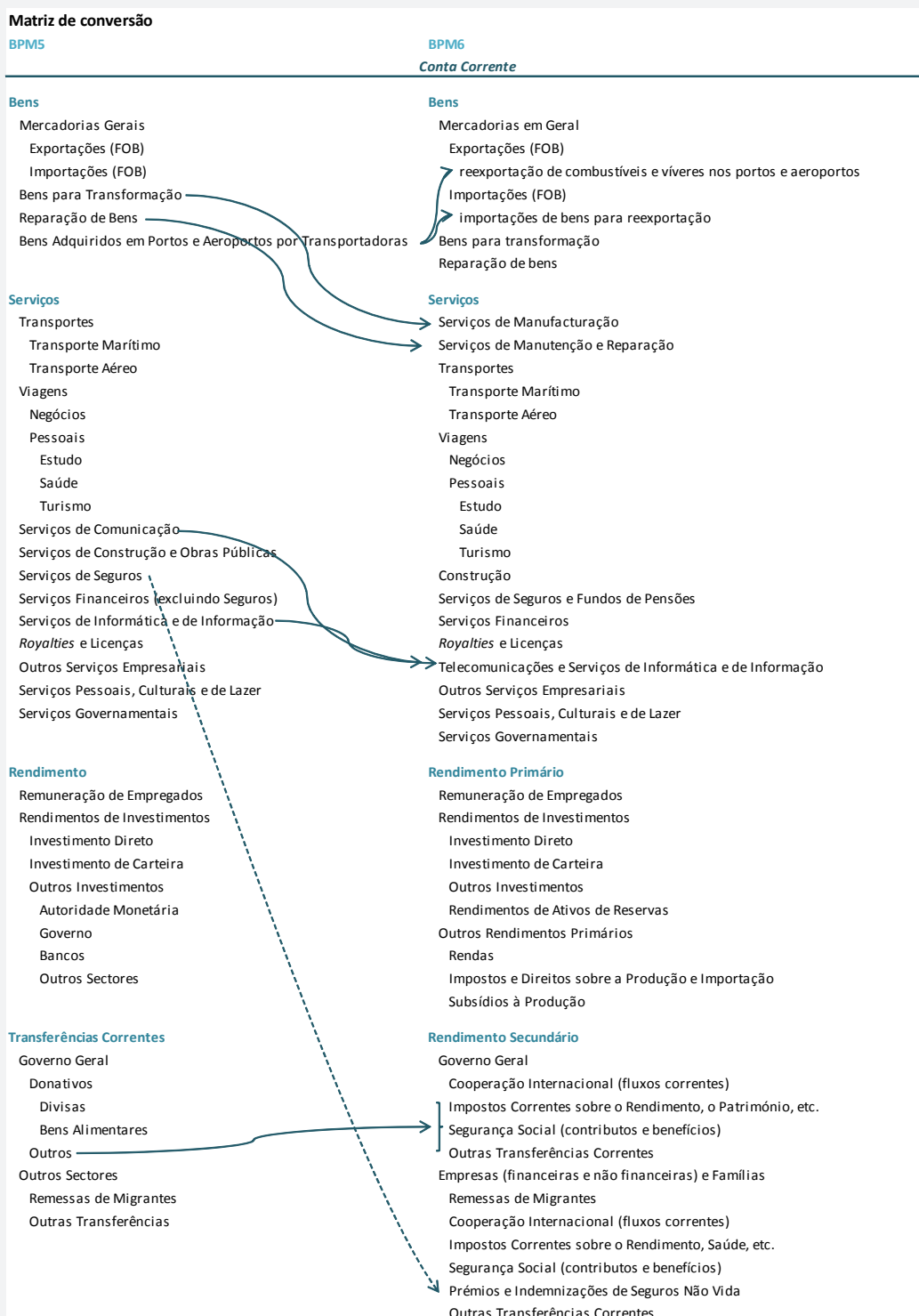
Na balança de bens, as mercadorias gerais passaram a incorporar as reexportações, bem como os bens adquiridos em portos e aeroportos. Os bens para reparação e para transformação que entram e saem de uma economia sem transferência de propriedade passaram a integrar a balança de serviços.

A conta de rendimentos primários, que na quinta edição do manual era denominada “rendimentos”, continuou a registar os montantes a pagar ou a receber em troca do uso temporário de recursos financeiros, de trabalho ou de ativos não financeiros não produzidos. A sua abrangência foi alargada para incluir os subsídios e impostos sobre a produção (antes classificados em transferências correntes) e o aluguer de recursos naturais (direitos de pesca, por exemplo), facilitando a análise das taxas de retorno. De acordo com o BPM6, os juros devem ser ajustados para excluir as tarifas de serviços financeiros, cobradas de forma implícita, sobre os depósitos e empréstimos.

A conta de rendimentos secundários, antes denominada “transferências unilaterais correntes”, teve a sua nomenclatura ajustada à das contas nacionais, apresentando o rendimento gerado numa economia e distribuído numa outra. As transferências privadas, entre as quais as remessas de migrantes, permanecem como uma das mais importantes rubricas da conta.

Na conta de capital figuram as transações que envolvem a compra e a venda de ativos não financeiros não produzidos, bem como as transferências de capital. As transferências (de ativos e passivos) resultantes da mudança de residência da pessoa física ou da empresa deixaram de ser consideradas uma transação, por não requererem transferência de propriedade económica de bens ou direitos entre um residente e um não residente. Assim sendo, ficaram excluídas da BP, passando a figurar apenas na PII.

As categorias funcionais da conta financeira mantiveram-se inalteradas. O BPM6 apresenta, entretanto, um detalhe maior de outros investimentos, com base na classificação dos instrumentos, e passou a distinguir as aquisições de ativos das de passivos junto ao exterior, identificados nas categorias de investimento direto, investimento de carteira (ações e títulos de dívida) e outros investimentos (depósitos, empréstimos, créditos comerciais e outros ativos e passivos).



BPM5

BPM6

Conta de Capital

Aquisição/Alienação de Ativos não Financeiros não Produzidos

Aquisição/Alienação de Ativos não Financeiros não Produzidos

Transferências de Capital

Transferências de Capital

Governo Geral
 Perdão de Dívidas
 Outras Transferências de Capital
 Outros Sectores
 Perdão de Dívidas
 Outras Transferências de Capital
 Remessas de Migrantes
 Impostos

Governo Geral
 Perdão de Dívidas
 Outras Transferências de Capital
 Outros Sectores
 Perdão de Dívidas
 Outras Transferências de Capital
 Remessas de Migrantes
 Impostos

Conta Financeira

Investimento Direto

Investimento Direto

No Exterior
 Na Economia Declarante

Aquisição Líquida de Ativos Financeiros
 Subscrição Líquida de Passivos

Investimento de Carteira

Investimento de Carteira

Ativos
 Participações
 Títulos de Dívida
 Passivos
 Participações
 Títulos de Dívida

Ativos
 Participações
 Títulos de Dívida
 Passivos
 Participações
 Títulos de Dívida

Outros Investimentos

Outros Investimentos

Ativos
 Créditos Comerciais e Avanços
 Empréstimos
 Moeda e Depósitos
 Outros ativos
 Passivos
 Créditos Comerciais
 Empréstimos
 Moeda e Depósitos
 Outros Passivos

Ativos
 Créditos Comerciais e Avanços
 Empréstimos
 Moeda e Depósitos
 Outras Participações
 Insurance, pension, and standardized guarantee schemes
 Outros ativos
 Passivos
 Créditos Comerciais e Avanços
 Empréstimos
 Moeda e Depósitos
 Outras Participações
 Participações em Seguros, Previdência e Sistemas de Garantia Padronizados
 Outros Passivos

Ativos de Reserva

Ativos de Reserva

Ouro monetário
 Direitos Especiais de Saque
 Posição da Reserva no FMI
 Outros Ativos

Ouro monetário
 Direitos Especiais de Saque
 Posição da Reserva no FMI
 Outros Ativos

Convenção de sinais – BPM5 x BPM6		
Contas do BP	BPM5	BPM6
Transações correntes, crédito	+	+
Transações correntes, débito	-	+
Saldo de Transações Correntes	Receitas + despesas = +/-	Receitas – despesas = +/-
Transferências de capital, crédito	+	+
Transferências de capital, débito	-	+
Saldo da Conta Capital	Receitas + despesas = +/-	Receitas – despesas = +/-
Aquisição líquida de ativos financeiros (no BPM5, saída líquida de capitais)	-	+
Incidência líquida de passivos financeiros (no BPM5, entrada líquida de capitais)	+	+
Saldo da Conta Financeira (concessões líquidas (+) / captações líquidas (-))	Entrada de capital + saída de capital = +/-	Aquisição líquida de ativos financeiros – incidência líquida de passivos financeiros = +/-
Resumo	(saldo de Transações correntes + saldo da Conta capital + saldo da Conta financeira) * (-1) = Erros e omissões	saldo da Conta Financeira – saldo de Transações Correntes – saldo da Conta Capital = Erros e omissões

ANEXOS ESTADÍSTICOS

Principais Indicadores Económicos e Financeiros

	Unidades	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Contas Nacionais, Preços e Emprego											
Produto Interno Bruto ¹	crescimento real em %	7,9	6,7	-1,3	1,5	4,0	1,1	0,8	0,6	1,0	3,8
Inflação Média Anual	taxa variação em %	4,4	6,8	1,0	2,1	4,5	2,5	1,5	-0,2	0,1	-1,4
Inflação Homóloga	taxa variação em %	3,4	6,7	-0,4	3,4	3,6	4,1	0,1	-0,4	-0,5	-0,3
Taxa de Desemprego	em %	15,2	13,0	13,0	10,7	12,2	16,8	16,4	15,8	12,4	15,0
Sector Monetário e Financeiro											
Massa Monetária	taxa variação em %	10,6	7,9	3,3	5,9	3,3	6,3	10,5	7,8	5,9	8,4
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	22,8	-6,3	-1,6	3,4	-27,6	23,0	37,7	22,2	13,4	18,6
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	0,7	19,1	10,0	7,9	12,0	3,7	3,3	2,8	2,2	3,7
Crédito à Economia ²	em % do PIB	42,5	49,5	54,9	59,8	62,4	61,6	61,2	61,1	61,1	61,5
Dep. do Sector Privado Não Financeiro Total ³	em % do PIB	68,8	67,3	68,7	71,7	66,6	71,1	78,8	85,9	88,9	94,5
Depósitos de Emigrantes a Prazo e de Poupança	em % do PIB	23,3	21,8	23,2	24,3	25,0	26,8	28,4	30,4	31,4	31,9
Taxas de Câmbio											
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	valores médios	103,5	104,3	105,4	105,1	104,5	105,0	104,1	104,5	102,4	102,7
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	valores médios	106,2	109,4	114,1	114,7	114,5	116,9	115,8	114,0	131,8	129,7
Taxa de Câmbio USD/CVE	valores médios	80,6	75,3	79,4	83,3	79,3	85,8	83,1	83,1	99,4	99,7
Sector Externo											
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-11,2	-12,2	-11,9	-11,1	-15,5	-13,3	-5,4	-8,7	-3,8	-2,9
Balança Corrente	em % do PIB	-12,9	-13,7	-14,6	-13,5	-16,2	-14,0	-5,8	-9,1	-5,0	-3,7
Remessas de Emigrantes	em % do PIB	8,8	8,2	7,6	7,5	9,1	9,6	9,0	10,1	11,8	11,5
Receitas Brutas de Turismo	em % do PIB	19,3	18,9	15,5	16,1	20,0	21,5	21,7	20,8	20,9	21,3
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB	8,5	15,4	10,2	9,6	8,7	7,2	3,8	9,7	7,3	7,3
Reservas/Importações	meses	4,1	4,0	4,2	4,2	3,2	3,8	4,8	5,4	6,4	6,9
Finanças Públicas											
Saldo Global	em % do PIB	1,2	-1,6	-5,8	-10,5	-7,7	-12,4	-9,3	-7,4	-3,8	-3,5
Saldo Primário	em % do PIB	2,7	-0,2	-4,5	-9,0	-6,1	-10,7	-7,2	-5,1	-1,2	-1,0
Stock da Dívida Externa	em % do PIB	39,9	38,5	42,8	50,8	56,9	68,1	78,3	89,0	97,0	97,4
Stock da Dívida Interna ⁴	em % do PIB	22,6	18,6	20,0	21,4	22,6	23,2	24,2	26,9	29,0	32,4

Fontes: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças.

Notas: 1 Os valores do PIB para 2015 e 2016 correspondem a estimativas do Instituto Nacional de Estatística, compilados com base na metodologia do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas de 1993.

2 Não inclui dívida titulada das Sociedades Não Financeiras.

3 Inclui todos os depósitos de sociedades não financeiras e particulares, incluindo emigrantes de todas as maturidades.

4 Exclui os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).

n.d.-Não disponível.

Produto Interno Bruto - Ótica da Despesa

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	valores a preços correntes, em milhões de escudos								
Consumo Final	98 067	104 603	111 547	112 865	120 265	123 619	127 167	128 676	133 410
Consumo Privado	76 770	81 864	86 839	87 328	92 864	97 656	100 330	100 180	103 491
Consumo Público	21 296	22 739	24 708	25 536	27 401	25 963	26 837	28 496	29 918
Investimento	60 730	65 376	59 501	66 024	70 277	55 921	48 622	57 148	47 906
Formação Bruta de Capital Fixo	53 944	57 285	52 337	62 625	69 128	52 844	46 337	53 317	45 681
Variação de Existências	6 787	8 091	7 164	3 399	1 149	3 076	2 285	3 831	2 225
Procura Interna	158 797	169 979	171 048	178 889	190 542	179 540	175 789	185 824	181 316
Exportações de Bens e Serviços	43 932	49 698	42 228	45 271	52 541	60 790	62 246	62 332	71 268
Procura Global	202 729	219 677	213 276	224 160	243 084	240 330	238 035	248 156	252 583
Importações de Bens e Serviços	80 755	84 979	77 396	85 591	95 159	89 978	84 312	93 720	93 884
PIB	121 974	134 698	135 879	138 569	147 924	150 351	153 723	154 436	158 699

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
	taxa de variação homóloga, em percentagem								
Consumo Final	6,7	6,6	1,2	6,6	2,8	2,9	1,2	3,7	
Consumo Privado	6,6	6,1	0,6	6,3	5,2	2,7	-0,1	3,3	
Consumo Público	6,8	8,7	3,4	7,3	-5,2	3,4	6,2	5,0	
Investimento	7,6	-9,0	11,0	6,4	-20,4	-13,1	17,5	-16,2	
Formação Bruta de Capital Fixo	6,2	-8,6	19,7	10,4	-23,6	-12,3	15,1	-14,3	
Variação de Existências	19,2	-11,5	-52,6	-66,2	167,8	-25,7	67,6	-41,9	
Procura Interna	7,0	0,6	4,6	6,5	-5,8	-2,1	5,7	-2,4	
Procura Global	8,4	-2,9	5,1	8,4	-1,1	-1,0	4,3	1,8	
Importações de Bens e Serviços	5,2	-8,9	10,6	11,2	-5,4	-6,3	11,2	0,2	
PIB	10,4	0,9	2,0	6,8	1,6	2,2	0,5	2,8	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Notas: (a) Contributo para a taxa de variação do PIB em pontos percentuais.

Produto Interno Bruto - Ótica da Oferta

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	valores a preços correntes, em milhões de escudos								
Agricultura	9 386	9 655	10 043	9 705	10 597	11 660	11 393	10 946	12 005
Pesca	1 003	786	1 261	1 367	1 005	1 040	1 334	1 433	1 872
Indústrias Extrativas	802	1 014	774	708	612	549	595	710	556
Indústrias Transformadoras	5 541	6 527	6 689	7 528	8 054	8 547	8 916	9 862	10 389
Eletricidade e Água	900	1 318	2 125	1 940	2 157	3 268	3 999	4 071	5 234
Construção	13 376	16 409	16 584	14 973	15 455	13 203	13 415	14 278	12 569
Comércio e Reparação	15 389	15 540	16 833	17 610	19 003	18 785	17 278	17 720	16 179
Transportes	13 382	15 335	13 883	14 782	14 038	13 300	14 664	13 105	14 999
Hotéis e Restaurantes	4 255	4 712	4 653	4 793	5 896	8 651	9 065	8 221	7 260
Serviços de Informação e Comunicação	6 547	6 749	7 034	6 253	6 245	6 330	6 130	6 122	6 013
Serviços Financeiros e Seguros	4 844	6 016	5 316	5 119	5 077	5 237	5 377	5 986	6 138
Atividades Imobiliárias e Outros Serviços	12 340	13 471	13 517	14 605	14 696	15 885	15 897	15 948	16 210
Serviços às Empresas	2 095	2 508	2 598	2 570	3 176	3 393	3 489	2 951	4 057
Administração Pública	15 504	16 181	17 947	19 018	21 514	21 882	23 144	24 510	25 188
Total VAB	105 362	116 219	119 258	120 970	127 525	131 730	134 697	135 865	138 667
Impostos e Taxas Líquidos de Subsídios	16 612	18 479	16 621	17 598	20 399	18 621	19 026	18 571	20 032
PIB	121 974	134 698	135 879	138 569	147 924	150 351	153 723	154 436	158 699

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Produto Interno Bruto - Ótica da Oferta

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	taxa de variação homóloga, em percentagem								
Agricultura	-2,6	2,9	4,0	-3,4	9,2	10,0	-2,3	-3,9	9,7
Pesca	-16,6	-21,6	60,3	8,4	-26,5	3,5	28,3	7,5	30,6
Indústrias Extrativas	7,8	26,5	-23,7	-8,5	-13,6	-10,2	8,3	19,4	-21,7
Indústrias Transformadoras	1,9	17,8	2,5	12,5	7,0	6,1	4,3	10,6	5,3
Eletricidade e Água	-45,5	46,4	61,3	-8,7	11,2	51,5	22,4	1,8	28,6
Construção	11,8	22,7	1,1	-9,7	3,2	-14,6	1,6	6,4	-12,0
Comércio e Reparação	15,0	1,0	8,3	4,6	7,9	-1,1	-8,0	2,6	-8,7
Transportes	11,0	14,6	-9,5	6,5	-5,0	-5,3	10,3	-10,6	14,5
Hoteis e Restaurantes	49,9	10,7	-1,2	3,0	23,0	46,7	4,8	-9,3	-11,7
Serviços de Informação e Comunicação	3,7	3,1	4,2	-11,1	-0,1	1,4	-3,2	-0,1	-1,8
Serviços Financeiros e Seguros	29,4	24,2	-11,6	-3,7	-0,8	3,1	2,7	11,3	2,5
Atividades Imobiliárias e Outros Serviços	7,8	9,2	0,3	8,0	0,6	8,1	0,1	0,3	1,6
Serviços às Empresas	58,5	19,8	3,6	-1,1	23,6	6,8	2,8	-15,4	37,5
Administração Pública	5,1	4,4	10,9	6,0	13,1	1,7	5,8	5,9	2,8
Total VAB	9,2	10,3	2,6	1,4	5,4	3,3	2,3	0,9	2,1
Impostos e Taxas Líquidos de Subsídios	15,4	11,2	-10,1	5,9	15,9	-8,7	2,2	-2,4	7,9
PIB	10,0	10,4	0,9	2,0	6,8	1,6	2,2	0,5	2,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais - Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços correntes

Ano Base= 2007, em milhões de escudos

Ramos de Atividade	2015		2016				2015				2016			
			2015		2016		2015		2016		2015		2016	
	2015	2016	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Agricultura	12 005	12 662	3 209	3 224	2 311	3 261	3 760	3 367	2 290	3 246				
Pesca	1 872	1 162	382	456	538	495	276	250	425	211				
Indústrias Extrativas	556	545	161	139	132	125	134	144	154	114				
Indústrias Transformadoras	10 389	11 514	2 501	2 630	2 453	2 805	2 701	2 970	2 602	3 241				
Eleticidade e Água	5 234	4 648	1 162	1 162	1 468	1 442	1 186	1 118	1 119	1 224				
Construção	12 569	11 765	3 454	3 171	3 076	2 869	2 916	3 151	3 242	2 456				
Comércio	16 179	16 020	4 026	4 083	3 807	4 264	3 799	3 966	3 732	4 524				
Transportes	14 999	15 129	3 461	3 743	3 896	3 899	3 628	3 839	3 664	3 999				
Alojamento e Restauração	7 260	7 886	2 097	1 540	1 780	1 844	2 155	1 667	1 846	2 218				
Telecomunicações e Correios	6 013	5 554	1 515	1 478	1 533	1 487	1 473	1 333	1 410	1 338				
Serviços Financeiros	6 138	6 758	1 529	1 510	1 547	1 552	1 637	1 657	1 703	1 761				
Imobiliária e Outros Serviços	16 210	16 654	4 059	4 062	3 872	4 218	4 227	4 157	3 885	4 385				
Serviços às Empresas	4 057	4 354	788	1 004	1 071	1 193	992	1 109	1 048	1 206				
Administração Pública	25 188	27 375	6 247	6 448	5 845	6 649	6 891	6 682	6 126	7 676				
Valor Acrescentado Bruto	138 667	142 028	34 589	34 650	33 328	36 101	35 775	35 409	33 244	37 599				
Impostos Líquidos de Subsídios	20 032	21 354	4 663	4 983	4 607	5 779	5 195	5 178	5 249	5 732				
Produto Interno Bruto	158 699	163 381	39 252	39 632	37 935	41 880	40 971	40 587	38 493	43 331				

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais - Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços encadeados

Ano Base= 2007, em milhões de escudos

Ramos de Atividade	2015		2016		2016							
					2015				2016			
	2015	2016	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim		
Agricultura	12 143	13 082	3 300	3 388	2 287	3 168	3 907	3 581	2 346	3 248		
Pesca	1 477	910	310	356	419	392	205	188	345	172		
Indústrias Extrativas	318	306	92	80	75	71	75	83	85	63		
Indústrias Transformadoras	8 348	9 157	2 020	2 116	1 970	2 242	2 155	2 365	2 073	2 564		
Eletricidade e Água	3 933	4 126	802	890	1 122	1 119	979	971	1 084	1 092		
Construção	10 638	10 746	2 925	2 652	2 583	2 477	2 613	2 908	3 002	2 223		
Comércio	13 758	13 755	3 433	3 479	3 228	3 618	3 254	3 427	3 216	3 858		
Transportes	12 449	12 821	3 013	3 108	3 125	3 204	3 182	3 181	3 039	3 419		
Alojamento e Restauração	5 142	5 358	1 504	1 099	1 257	1 283	1 466	1 125	1 255	1 512		
Telecomunicações e Correios	8 400	7 883	2 116	2 062	2 139	2 083	2 078	1 888	2 010	1 907		
Serviços Financeiros	5 671	6 204	1 420	1 397	1 427	1 426	1 505	1 526	1 567	1 607		
Imobiliária e Outros Serviços	14 182	14 696	3 553	3 570	3 381	3 677	3 719	3 682	3 446	3 850		
Serviços às Empresas	3 909	4 257	763	964	1 030	1 152	966	1 083	1 026	1 183		
Administração Pública	22 638	24 507	5 639	5 801	5 246	5 952	6 179	6 002	5 498	6 829		
Valor Acrescentado Bruto	122 934	127 869	30 844	30 853	29 353	31 884	32 179	31 965	30 091	33 634		
Impostos Líquidos de Subsídios	17 412	17 839	4 053	4 331	4 005	5 023	4 333	4 329	4 426	4 751		
Produto Interno Bruto	140 297	145 652	34 872	35 170	33 340	36 915	36 496	36 277	34 508	38 371		

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais - Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços encadeados

Ano Base= 2007, taxa de variação em cadeia em percentagem

	2015				2016			
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Ramos de Atividade								
Agricultura	35,5	6,6	-36,2	38,4	22,9	-4,2	-36,1	39,0
Pesca	-10,8	9,5	14,2	-7,4	-47,1	-7,4	85,2	-49,9
Indústrias Extrativas	12,8	-7,4	-2,1	-5,1	2,8	9,2	1,9	-26,4
Indústrias Transformadoras	-14,0	4,4	-7,0	13,9	-3,6	9,8	-12,5	23,1
Eletricidade e Água	-11,8	4,8	23,3	-2,4	-9,8	0,2	11,6	0,6
Construção	13,3	-6,9	-1,6	-4,5	3,4	9,7	2,2	-26,3
Comércio	-14,9	2,4	-6,9	11,7	-11,0	4,5	-6,5	19,9
Transportes	-2,3	2,0	-0,1	2,2	-0,6	0,1	-4,3	12,6
Alojamento e Restauração	4,6	-21,7	19,6	3,5	12,3	-24,2	10,6	19,9
Telecomunicações e Correios	-11,0	-4,2	2,8	-2,8	0,3	-8,8	6,7	-5,1
Serviços Financeiros	-0,8	-0,8	2,8	0,2	5,7	1,2	2,2	1,9
Imobiliária e Outros Serviços	-1,5	0,5	-5,0	8,2	0,6	-0,2	-6,2	11,8
Serviços às Empresas	-12,0	18,5	2,9	10,2	-15,5	12,9	-4,6	15,8
Administração Pública	-2,6	3,3	-9,3	13,7	3,9	-3,0	-8,7	23,7
Valor Acrescentado Bruto	-1,4	0,1	-5,1	8,2	1,2	-0,7	-6,3	11,9
Impostos Líquidos de Subsídios	-10,3	6,6	-7,0	21,0	-9,0	-0,1	2,3	7,3
Produto Interno Bruto	-2,5	0,9	-5,3	9,8	-0,2	-0,6	-5,2	11,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Estimativa das Contas Nacionais Trimestrais - Ótica da Oferta

Produto Interno Bruto a preços encadeados

Ano Base= 2007, taxa de variação homóloga em percentagem

	2015	2016	2015				2016				
			1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	
Ramos de Atividade											
Agricultura	2,8	7,3	-9,1	-7,1	12,7	27,5	15,6	3,9	4,2	4,6	
Pesca	2,2	-38,8	6,9	-0,2	-0,4	3,3	-38,8	-48,2	-16,1	-54,6	
Indústrias Extrativas	-7,1	-3,6	0,8	-10,7	-14,3	-2,9	-11,5	4,3	8,5	-15,8	
Indústrias Transformadoras	1,4	9,7	15,5	7,2	-8,4	-5,0	6,5	12,1	5,5	14,0	
Eletricidade e Água	11,3	4,9	5,7	2,9	24,6	11,2	13,7	8,7	-1,6	1,4	
Construção	-5,2	-1,7	2,9	-9,0	-12,6	-0,8	-9,5	6,6	10,7	-14,5	
Comércio	-5,7	-1,7	1,0	3,4	-15,7	-9,4	-5,3	-3,4	-2,9	4,3	
Transportes	2,4	2,4	2,3	3,5	2,0	1,7	3,5	1,6	-2,7	7,3	
Alojamento e Restauração	6,7	6,4	1,9	-6,8	37,9	1,5	9,0	5,6	-2,4	13,0	
Telecomunicações e Correios	-8,4	-6,1	-5,4	-5,7	-7,3	-14,7	-3,9	-8,5	-5,0	-7,3	
Serviços Financeiros	4,1	9,8	6,3	4,1	4,8	1,5	8,0	10,2	9,6	11,4	
Imobiliária e Outros Serviços	1,2	3,6	3,1	0,2	-0,1	1,7	3,9	3,2	1,9	5,3	
Serviços às Empresas	5,2	6,4	-13,6	0,4	17,2	18,3	13,5	8,1	0,3	5,3	
Administração Pública	2,5	8,5	4,1	0,4	1,8	3,7	10,7	4,0	4,7	13,9	
Valor Acrescentado Bruto	0,5	3,7	1,8	-0,9	-0,3	1,4	4,1	3,2	1,9	5,4	
Impostos Líquidos de Subsídios	5,2	5,5	4,0	8,8	0,2	7,6	9,1	2,3	12,5	-0,3	
Produto Interno Bruto	1,1	3,9	2,0	0,2	-0,2	2,2	4,7	3,1	3,2	4,6	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Importações Cabo-Verdianas de Bens por Zona Económica e Países de Destino

	2007	2016	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Estrutura das Importações - Pesos em %		em milhões de escudos									
Área do Euro	84,4	81,1	50 754,4	52 879,9	47 302,3	54 112,8	65 529,7	53 147,6	49 884,4	53 771,8	46 625,5	53 861,2
CEDEAO ¹	1,4	1,5	832,8	919,3	1 214,0	1 148,1	1 308,7	928,5	887,1	853,9	1 088,9	970,9
Alemanha	0,1	0,9	853,9	975,2	1 280,7	276,1	391,9	679,4	820,2	381,9	607,2	576,0
Brasil	6,2	3,5	3 743,3	3 528,7	2 508,1	2 300,0	2 056,1	2 646,7	2 158,5	2 129,8	2 274,6	2 338,8
Costa do Marfim	0,4	0,1	260,1	252,0	180,0	143,8	38,0	239,2	34,2	28,7	99,5	90,3
Espanha	4,4	11,1	2 666,5	4 533,3	5 531,3	6 577,5	7 421,8	4 701,3	4 737,8	4 913,7	4 283,1	7 375,3
Est. Unidos de América	1,2	1,3	697,8	539,1	583,1	980,7	713,1	3 483,6	734,6	805,9	870,0	858,4
França	9,5	2,2	5 721,7	1 256,1	1 088,4	2 265,2	1 260,2	1 077,5	818,8	1 277,1	1 314,8	1 473,7
Itália	3,8	1,6	2 275,1	1 695,5	1 737,8	1 074,9	3 345,2	1 041,1	892,0	847,3	991,0	1 038,4
Países Baixos	16,3	7,3	9 771,2	10 576,2	9 412,2	10 373,9	14 391,1	9 859,3	12 538,2	10 062,9	7 863,6	4 839,5
Portugal	45,0	49,6	27 059,3	31 369,7	27 170,6	31 795,5	33 606,2	31 672,5	26 340,0	28 665,7	27 791,6	32 916,4
Reino Unido	1,0	0,3	621,4	559,7	270,4	271,9	287,9	490,4	510,0	358,6	460,1	203,4
Senegal	0,8	1,1	496,4	411,7	690,8	689,6	1 053,2	461,0	762,5	711,6	833,9	753,3
Suécia	1,0	0,1	616,8	270,8	91,8	170,0	48,6	113,1	55,7	106,3	64,6	43,6
Outros Países	8,9	20,9	5 336,7	6 355,1	5 674,4	4 910,8	10 527,4	9 233,7	9 683,7	10 443,3	12 601,5	13 876,2
Total	100,0	100,0	60 120,3	62 323,2	56 219,6	61 829,8	75 140,6	65 698,7	60 086,1	64 687,9	60 055,5	66 383,3

Fonte: Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

Importações Cabo-Verdianas de Bens por Grupos e Produtos

	2007	2016	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Pesos (%)		taxa de variação nominal, em percentagem									
Bens de Consumo	34,2	40,8	8,4	9,2	-5,0	6,4	8,2	-4,9	-1,1	2,6	1,5	12,5
Produtos Alimentares Primários	4,4	5,6	18,6	16,2	-20,1	14,6	5,4	1,8	16,1	-7,2	5,1	9,1
Produtos Alimentares Transformados	18,8	22,0	11,8	7,8	2,0	2,3	10,6	-5,3	1,7	-2,2	6,3	3,0
Material de Transporte	3,0	2,4	9,3	9,0	-30,5	-0,7	11,3	-8,1	-31,8	13,0	19,2	28,2
Outros Bens Consumo Duradouros	3,4	4,2	-7,2	9,4	-3,2	30,1	-17,4	2,8	-27,5	41,5	-25,9	58,8
Outros Bens Consumo Semi-Duradouros	1,6	2,9	-7,6	27,3	-14,2	-4,0	29,4	-14,8	5,4	26,0	2,2	30,2
Outros Bens Consumo não Duradouros	3,1	3,6	4,2	-2,1	5,2	6,0	19,1	-10,8	2,1	0,1	-11,3	20,9
Bens Intermédios	23,5	24,9	16,5	25,6	-22,0	13,6	2,1	-15,6	-8,0	13,4	-1,1	19,4
Produtos Alimentares Primários	0,9	0,7	16,2	27,1	-48,3	14,0	70,0	-19,3	33,0	-30,6	-32,3	32,6
Produtos Alimentares Transformados	0,3	0,7	8,8	37,5	35,6	-22,7	-9,0	17,7	7,1	7,8	0,5	20,2
Produtos Primários não Especificados	0,5	0,2	215,5	28,2	-8,6	-15,7	-30,1	14,1	-26,0	4,7	-6,0	3,5
Produtos Transformados para Agricultura	0,1	0,1	2,0	3,9	30,6	-30,5	24,9	-10,0	25,8	-2,2	-8,0	30,2
Produtos Transformados para Indústria Alimentar	0,3	0,5	8,0	21,6	1,2	15,0	14,2	0,0	4,7	7,6	4,9	-5,7
Produtos Transformados para Confeção e Calçado	0,2	0,2	26,7	-1,3	-21,7	-9,3	55,1	-13,7	-17,1	-1,6	26,6	4,7
Produtos Transformados para Indústrias Várias	0,6	1,0	6,0	30,7	2,4	4,7	19,7	-13,8	11,8	2,1	-10,6	29,7
Produtos Transformados para Construção	12,3	10,9	19,4	33,9	-30,4	2,9	6,1	-16,6	-13,6	19,4	-1,4	14,2
Cimento		3,3	14,5	16,4	-17,8	0,3	-0,8	-12,1	-6,1	7,4	-8,2	11,8
Ferro		3,7	24,6	42,5	-43,2	11,6	21,3	-26,5	-15,0	23,2	-7,2	3,5
Produtos Transformados para Carpintaria	2,0	2,4	8,6	9,2	-28,3	5,8	15,8	-17,0	-17,6	31,6	-7,9	64,0
Material Elétrico	2,2	2,8	30,7	11,5	-11,0	129,4	-30,2	-28,8	-13,3	35,1	14,4	-3,1
Produtos Transformados, n.e.	3,6	5,0	-0,7	20,9	-2,4	-3,2	7,0	-6,6	-3,8	4,3	-2,6	36,3
Peças e Acessórios para Material de Transporte	0,6	0,5	24,2	-12,1	-15,2	33,8	32,7	-27,8	7,4	-8,9	6,2	7,1
Bens de Capital	23,8	14,1	71,5	-31,7	-2,6	12,5	32,7	-3,8	-51,8	84,0	-32,4	15,7
Máquinas	11,2	10,5	31,2	-12,7	-1,7	26,1	18,0	-32,9	-22,9	91,2	-36,2	29,2
Meios de Transporte	12,1	3,1	182,7	-49,6	-13,2	-6,2	0,1	154,2	-77,7	88,8	-36,9	-1,2
Motores	0,6	0,6	-48,7	-24,2	127,5	-19,5	466,5	-87,1	32,4	-4,8	75,2	3,5
Combustíveis	10,7	8,7	55,4	10,3	-9,2	12,6	95,7	-33,8	34,7	-25,1	-15,0	-30,5
Diesel Oil		4,6	67,9	1,0	-9,9	13,9	106,4	-41,6	46,2	-28,7	-18,3	-32,6
Fuel Oil	1,3	2,1	-0,1	53,3	17,1	-3,9	174,6	-35,2	42,5	-30,0	-5,6	-40,6
Gasolina	1,1	0,6	43,8	25,6	-54,2	44,4	-5,7	7,2	5,7	-7,9	-2,4	-32,0
Artigos Diversos n.e.	7,8	11,5	10,8	18,4	-3,4	7,5	12,9	-7,0	-5,8	12,8	-7,5	107,4
Total Geral	100,0	100,0	25,7	4,1	-9,8	10,0	21,5	-12,6	-8,4	8,8	-8,6	10,7

Fonte: Direção Geral das Alfândegas.
Nota: n.e. - não especificado.

Exportações Cabo-Verdianas de Bens por Zona Económica e Países de Destino

	2007	2016	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Estrutura das Exportações - Pesos em %											
Área do Euro	79,40	81,64	1 228,4	1 887,0	2 732,0	3 557,2	5 133,5	4 222,5	4 990,5	5 340,0	5 466,4	5 067,2
CEDEAO	0,09	0,00	1,4	147,3	2,3	20,0	8,3	7,0	6,3	2,3	0,2	0,2
Angola	0,03	0,00	0,5	0,0	0,2	1,5	0,1	4,3	8,0	24,8	3,2	0,0
Alemanha	0,00	0,13	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,0	24,3	20,5	8,0
Guiné Bissau	0,09	0,00	1,4	2,5	1,3	20,0	8,2	4,7	0,8	0,9	0,0	0,0
Países Baixos	0,24	0,36	3,7	11,8	13,5	10,4	8,4	7,5	12,0	20,0	21,3	22,5
Portugal	58,29	17,00	901,7	979,3	928,2	839,6	977,2	729,0	924,0	988,8	938,4	1 055,1
França	0,02	0,00	0,4	0,3	80,2	21,8	337,4	2,3	196,0	11,8	1,2	0,0
Espanha	20,85	64,15	322,6	895,7	1 710,1	2 685,3	3 810,5	3 483,7	3 849,5	4 295,1	4 485,0	3 981,6
Estados Unidos da América	1,39	1,34	21,5	8,6	25,2	59,6	29,7	58,7	60,1	72,1	121,9	83,0
El Salvador	3,91	0,00	60,4	0,0	0,0	0,0	190,7	221,6	193,1	305,0	169,0	0,0
Marrocos	7,30	0,95	113,0	65,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	331,3	210,6	58,9
Japão	7,39	0,02	114,3	10,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2
Outros Países	0,48	16,05	7,5	434,8	2,1	59,0	74,2	53,9	461,6	649,9	700,0	996,1
Total	100,0	100,00	1 547,1	2 409,2	2 760,9	3 697,4	5 436,4	4 565,7	5 714,0	6 723,9	6 671,2	6 206,4

Fonte: Direção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

Exportações Cabo-Verdianas de Bens por Grupos e Produtos

	2007	2016	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Pesos em %		taxa de variação nominal, em percentagem									
Produtos Tradicionais	36,5	81,0	-36,5	151,9	30,5	52,7	58,0	-14,2	26,0	17,5	-0,8	-10,8
Produtos do Mar	36,5	81,0	-36,5	151,9	30,5	52,7	58,0	-14,2	26,0	17,4	-0,7	-10,8
Enlatado	0,9	44,2	-57,8	235,6	1 794,2	65,7	58,2	-18,8	12,9	20,8	-0,3	2,0
Congelado	33,5	36,7	879,4	157,2	-33,1	40,8	55,3	-10,0	41,0	19,7	-0,9	-22,2
Fresco	0,1	0,0	-99,9	579,9	-97,3	144,2	4 215,6	-29,7	110,5	-95,5	-91,3	-100,0
Crustáceos	2,0	0,0	-17,1	10,6	0,2	6,1	96,5	30,2	12,3	-82,3	-15,3	-100,0
Produtos Transformados	59,0	16,3	16,1	-3,4	-6,3	-5,6	8,3	-29,0	29,3	20,7	-2,1	10,7
Calçado	24,3	5,9	42,4	-9,3	-9,4	19,1	3,4	-0,6	11,1	9,2	-18,0	-2,2
Vestuário	34,7	10,4	2,8	0,7	-4,4	-20,4	12,7	-52,3	60,4	34,2	13,3	19,7
Outros Produtos	4,5	2,7	-51,2	51,2	-25,0	8,8	30,2	13,1	-18,9	1,9	5,3	51,6
Total de Exportações	100,0	100,0	-15,0	55,7	14,6	34,0	46,9	-16,0	25,2	17,6	-0,9	-6,8

Fonte: Direção Geral das Alfândegas.

Balança de Pagamentos

	2012	2013	2014 ^P	2015 ^P	2016 ^P
	em milhões de ecudos				
Balança Corrente	-21 053	-8 898	-14 042	-7 861	-6 114
Bens	-56 398	-51 533	-50 277	-47 839	-54 113
Exportações	14 842	15 283	21 044	14 845	14 813
Importações	71 240	66 816	71 322	62 684	68 926
Serviços	19 475	25 207	21 888	20 603	23 625
Exportações	51 705	54 551	53 225	51 668	58 846
Importações	32 231	29 344	31 337	31 065	35 220
Transportes	2 368	4 215	1 684	1 876	1 665
Viagens	23 014	25 046	24 520	24 454	29 994
Rendimento Primário	-6 438	-5 367	-7 692	-5 870	-5 634
Rendimentos de Investimento	-6 496	-5 376	-7 625	-5 831	-5 634
Rendimentos Investimento Direto	-2 774	-1 368	-2 975	-1 545	-2 473
Juros Dívida Externa Pública	-1 142	-1 438	-1 518	-1 734	-1 542
Juros Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	-3 126	-3 077	-3 528	-2 892	-2 401
Rendimento Secundário	22 308	22 795	22 039	25 244	30 007
Transferências Oficiais	5 116	4 948	4 664	5 395	4 992
Remessas de Emigrantes	14 380	13 779	15 485	18 593	18 613
Balança de Capital e de Operações Financeiras	-21 091	-7 948	-14 259	-6 267	-13 585
Balança de Capital	1 122	533	659	1 884	1 316
Balança Financeira	-22 214	-8 481	-14 917	-8 151	-14 901
Investimento Direto	-10 120	-4 627	-14 303	-11 121	-10 999
Investimento de Carteira	1 694	2 281	1 716	3 544	4 024
Outros Investimentos	-17 845	-11 739	-10 175	-4 098	-7 925
Moedas e Depósitos	2 489	5 796	1 594	4 498	-4 802
Empréstimos	-19 712	-17 619	-12 096	-8 351	-2 501
Dívida Externa Pública	-17 751	-18 671	-15 773	-10 590	-3 266
Dívida Ext. Privada (Bancos e Outros Sectores)	-2 172	895	3 583	2 205	752
Créditos Comerciais	-840	-876	1 109	-372	-386
Outros Ativos Líquidos	217	960	-783	127	-236
Ativos de Reserva	4 058	5 604	7 845	3 524	9 158
Erros e Omissões	-2 283	-117	-1 534	-2 174	-945
<i>Por memória</i>					
Balança Corrente + Balança Capital	-19 931	-8 364	-13 383	-5 977	-4 798

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: P - Provisório.

Balança de Pagamentos

	2012	2013	2014 ^P	2015 ^P	2016 ^P
	em percentagem do PIB				
Balança Corrente	-14,0	-5,8	-9,1	-5,0	-3,7
Bens	-37,5	-33,5	-32,6	-30,1	-33,1
Exportações	9,9	9,9	13,6	9,4	9,1
Importações	47,4	43,5	46,2	39,5	42,2
Serviços	13,0	16,4	14,2	13,0	14,5
Exportações	34,4	35,5	34,5	32,6	36,0
Importações	21,4	19,1	20,3	19,6	21,6
Transportes	1,6	2,7	1,1	1,2	1,0
Viagens	15,3	16,3	15,9	15,4	18,4
Rendimento Primário	-4,3	-3,5	-5,0	-3,7	-3,4
Rendimentos de Investimento	-4,3	-3,5	-4,9	-3,7	-3,4
Rendimentos Investimento Direto	-1,8	-0,9	-1,9	-1,0	-1,5
Juros Dívida Externa Pública	-0,8	-0,9	-1,0	-1,1	-0,9
Juros Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	-2,1	-2,0	-2,3	-1,8	-1,5
Rendimento Secundário	14,8	14,8	14,3	15,9	18,4
Transferências Oficiais	3,4	3,2	3,0	3,4	3,1
Remessas de Emigrantes	9,6	9,0	10,0	11,7	11,4
Balança de Capital e de Operações Financeiras	-14,0	-5,2	-9,2	-3,9	-8,3
Balança de Capital	0,7	0,3	0,4	1,2	0,8
Balança Financeira	-14,8	-5,5	-9,7	-5,1	-9,1
Investimento Direto	-6,7	-3,0	-9,3	-7,0	-6,7
Investimento de Carteira	1,1	1,5	1,1	2,2	2,5
Outros Investimentos	-11,9	-7,6	-6,6	-2,6	-4,9
Moedas e Depósitos	1,7	3,8	1,0	2,8	-2,9
Empréstimos	-13,1	-11,5	-7,8	-5,3	-1,5
Dívida Externa Pública	-11,8	-12,1	-10,2	-6,7	-2,0
Dívida Ext. Privada (Bancos e Outros Sectores)	-1,4	0,6	2,3	1,4	0,5
Créditos Comerciais	-0,6	-0,6	0,7	-0,2	-0,2
Outros Ativos Líquidos	0,1	0,6	-0,5	0,1	-0,1
Ativos de Reserva	2,7	3,6	5,1	2,2	5,6
Erros e Omissões	-1,5	-0,1	-1,0	-1,4	-0,6
<i>Por memória</i>					
Balança Corrente + Balança Capital	-13,3	-5,4	-8,7	-3,8	-2,9

Fonte: Banco de Cabo Verde e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: P - Provisório.

Posição de Investimento Internacional Líquida

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 ^P	2015 ^P	2016 ^P
Posição de Investimento Internacional Líquida*	-75 887,6	-104 264,8	-126 937,5	-150 690,6	-187 981,5	-210 807,2	-220 084,3	-234 519,4	-245 015,6	-248 574,8
Ativos	59 030,3	57 375,2	57 164,5	58 853,1	60 608,3	75 083,3	97 944,4	102 175,8	113 828,3	125 045,2
Investimento Direto no Estrangeiro	29,6	30,0	172,3	199,7	313,3	1 268,5	3 977,2	4 858,7	3 305,9	4 168,7
Ações e Outras Participações de Capital e Utilidades Reinvestidas	29,6	30,0	172,3	175,7	289,4	946,8	2 096,4	2 775,5	3 161,6	4 069,0
Outras Participações de Capital	0,0	0,0	0,0	24,0	24,0	321,7	1 880,7	2 083,2	144,3	99,7
Investimento de Carteira	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9	1 591,4	3 892,1	5 072,3	8 620,3	12 643,5
Títulos de Participação no Capital	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9	43,9
Títulos de Dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1 547,6	3 848,2	5 028,4	8 576,5	12 599,7
Outros Investimentos	30 532,6	26 615,1	26 706,1	26 182,3	31 499,5	39 445,2	51 795,5	45 874,1	51 828,9	48 540,7
Créditos Comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2	0,2
Empréstimos	1 864,7	2 696,2	3 473,9	4 183,3	3 292,1	3 266,2	3 495,7	5 615,0	4 700,5	4 268,0
Moeda e Depósitos	14 743,3	11 780,5	11 079,3	9 689,1	15 267,0	23 023,9	34 187,7	26 919,1	33 648,1	31 029,4
Outros Ativos	13 924,5	12 138,4	12 152,9	12 309,9	12 940,3	13 155,1	14 111,8	13 339,7	13 480,1	13 243,1
Ativos de Reserva	28 424,3	30 686,3	30 242,2	32 427,2	28 751,6	32 778,1	38 279,7	46 370,7	50 073,1	59 692,3
Passivos	134 917,9	161 640,1	184 102,0	209 543,6	248 589,8	285 890,5	318 028,7	336 695,2	358 843,9	373 620,0
Investimento Direto na Economia Declarante	64 611,2	85 516,4	99 470,7	112 794,7	125 925,4	137 001,3	144 647,4	159 749,7	169 450,3	181 506,4
Ações e Outras Participações de Capital e Utilidades Reinvestidas	59 476,5	79 676,3	93 508,6	105 278,1	115 171,6	129 254,6	139 216,7	153 674,6	163 606,9	175 607,0
Outras Participações de Capital	5 134,8	5 840,1	5 962,2	7 516,6	10 753,8	7 746,7	5 430,7	6 075,1	5 843,4	5 899,4
Investimento de Carteira	353,4	353,5	804,0	1 530,5	1 536,2	1 389,9	1 409,3	874,0	878,0	877,2
Títulos de Participação no Capital	200,4	200,4	356,5	356,5	356,5	356,5	356,5	356,5	356,5	356,5
Títulos de Dívida	153,0	153,1	447,6	1 174,1	1 179,8	1 033,4	1 052,9	517,5	521,6	520,7
Outros Investimentos	69 953,3	75 770,2	83 827,3	95 218,5	121 128,3	147 499,3	171 971,9	176 071,5	188 515,5	191 236,4
Créditos Comerciais	1 904,2	1 823,9	3 847,5	3 270,6	3 755,0	4 550,0	5 009,1	3 934,5	4 298,0	4 684,1
Empréstimos	62 769,9	68 095,5	73 526,4	84 248,7	99 542,2	119 780,7	137 964,3	152 459,6	162 344,2	164 420,1
Moeda e Depósitos	5 205,8	5 777,8	5 352,0	6 526,8	16 631,5	21 989,9	27 869,0	18 470,9	20 583,6	20 832,2
Outros Passivos	73,4	73,0	1 101,4	1 172,4	1 199,6	1 178,6	1 129,6	1 206,4	1 289,7	1 300,0

Fonte: Banco de Cabo Verde, Empresas, Bancos Comerciais, Ministério das Finanças.

Notas: (*) ativos - passivos; (P) Provisório. No quadro de implementação de um plano de melhoria da abrangência das estatísticas do sector externo, em linha com as recomendações de uma missão de assistência técnica do FMI, as estatísticas de 2012 a 2015 foram consolidadas com informações de transações não intermediadas pelo sistema bancário nacional, recolhidas através de inquéritos e disponibilizadas por fontes administrativas. Foi igualmente consolidada a classificação de algumas rubricas, nomeadamente os ativos e passivos líquidos dos bancos. Assim sendo, os valores de certos instrumentos financeiros não são comparáveis com os dados dos anos anteriores. Está em curso um plano de revisão das estatísticas publicadas desde 2008; P - Provisório.

Condições Monetárias e Financeiras da Economia Cabo-Verdiana

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Taxas de Juro (valores médios)										
<i>Policy Rate</i>	4,00	5,25	5,25	4,25	4,25	5,75	5,75	3,75	3,50	3,50
Taxa de Rendibilidade de Bilhetes do Tesouro de 91 dias	3,44	3,40	3,59	4,00	4,00	4,08	3,43	1,67	0,99	0,60
Taxa de Rendibilidade de Obrigações do Tesouro de 10 anos	5,43	5,40	5,52	5,87	5,93	5,79	5,79	5,94	5,53	5,15
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 181 dias a 1 ano	9,83	9,33	9,30	9,04	8,68	9,51	9,08	8,93	8,74	8,71
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 1 a 2 anos	11,81	11,82	10,69	10,08	10,16	9,71	10,61	11,05	10,42	9,77
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade Superior a 10 anos	10,77	10,43	10,12	9,83	9,26	9,25	8,87	8,87	8,76	8,61
Taxas de Câmbio (variação percentual dos valores em final de período)										
Índice Cambial Efetivo Nominal (2001=100)	104,34	105,38	105,11	104,55	105,05	104,11	104,54	104,43	102,42	102,65
Taxa de Câmbio USD/CVE	80,62	75,34	79,38	83,28	79,28	85,84	83,07	83,08	99,39	99,69
Empréstimos Concedidos pelo Sector Bancário ao Sector Privado (taxa de crescimento anual em final de período)										
Particulares	-21,27	95,03	14,00	9,29	9,40	-2,66	1,59	-0,02	2,54	2,65
Para Aquisição de Habitação	-37,71	90,57	10,87	13,26	9,27	4,04	4,07	0,44	2,74	0,26
Para Consumo	56,28	103,42	19,51	2,82	9,64	-14,38	-3,70	-1,07	2,09	8,26
Sociedades não Financeiras	19,58	48,91	8,14	10,50	20,52	2,00	4,15	-2,23	4,20	3,45
<i>Por memória</i>										
Taxa de Variação Média Anual do Índice de Preços no Consumidor	4,40	6,80	1,00	2,10	4,50	2,50	1,50	-0,20	0,10	-1,41

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Operações do Sector Público Administrativo

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 ^P	2016 ^P
Receitas Totais	34 272	38 657	37 522	39 679	37 915	36 688	37 716	35 407	41 827	43 220
Receitas Correntes (excluindo donativos)	28 908	32 421	29 985	30 239	33 573	32 486	33 692	32 800	37 985	39 265
Impostos	26 082	29 402	25 530	26 241	29 581	27 573	28 099	27 465	30 252	32 304
Imposto sobre o Rendimento	7 655	8 526	8 061	7 892	8 678	8 616	8 596	8 051	9 561	10 078
Imposto sobre Bens e Serviços	11 356	13 286	11 081	12 015	13 840	12 512	13 136	12 848	14 036	14 941
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	9 917	11 723	9 747	10 521	11 603	10 405	10 523	10 151	11 283	11 986
Imposto para Serviços de Incêndio	0	0	0	0	0	52	45	37	35	16
Imposto sobre o Consumo	1 223	1 340	1 147	1 227	1 706	1 498	1 664	1 507	1 478	1 550
Outros Impostos	216	222	187	267	531	543	571	558	595	678
Imposto sobre Transações Internacionais	5 591	6 124	5 438	5 634	6 228	5 778	5 700	5 755	6 082	6 813
Outros Impostos	1 479	1 466	951	701	835	668	668	811	575	472
Segurança Social	87	51	46	42	37	41	43	55	46	56
Transferências	5 312	5 741	7 536	9 440	4 342	4 203	4 024	2 608	3 841	3 955
Outras Receitas	2 740	2 969	4 409	3 956	3 956	4 872	5 550	5 279	7 687	6 906
Rendimentos de Propriedade	550	604	904	316	339	384	476	181	994	781
Venda de Bens e Serviços	1 811	1 840	3 063	3 077	3 143	3 874	3 897	3 958	4 508	5 063
Multas e Outras Penalidades	236	309	270	376	280	332	511	704	404	676
Outras Transferências	54	44	58	41	85	195	32	93	39	35
Outras Receitas não Especificadas	90	171	113	146	109	86	635	343	1 742	350

Fonte: Ministério das Finanças.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adoção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas. P - Provisório.

Operações do Sector Público Administrativo

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 ^P	2016 ^P
	29 416	29 140	32 116	33 085	34 590	34 044	35 424	37 297	41 040	44 015
Despesas Correntes Totais										
Despesas com Pessoal	12 130	12 439	14 207	14 810	15 679	15 886	16 601	16 885	17 058	18 252
Aquisição de Bens e Serviços	5 074	4 607	5 294	5 171	5 248	4 995	5 062	5 136	6 805	6 770
Juros Correntes	1 881	1 845	1 818	2 159	2 276	2 493	3 316	3 428	4 098	4 203
Dívida Externa	520	528	547	699	852	988	1 438	1 518	1 724	1 748
Dívida Interna	1 360	1 317	1 271	1 460	1 425	1 715	1 505	1 910	2 374	2 455
Outros Encargos	1	1	43	14	0	0	67	16	37	20
Subsídios	377	973	874	752	994	274	101	107	161	160
Transferências Correntes	3 156	3 426	3 781	4 939	4 571	4 057	4 074	4 393	4 753	4 903
Organismos Internacionais	35	223	357	410	204	277	248	168	291	438
Administração Pública	3 121	3 203	3 424	4 529	4 367	3 780	3 827	4 224	4 462	4 466
Benefícios Sociais	2 288	2 583	2 890	2 893	3 715	3 918	4 150	4 315	4 729	5 148
Outras Despesas Correntes	3 854	3 266	3 252	2 362	2 107	2 421	2 053	2 323	2 321	3 136
Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor a Regularizar	0	0	0	0	0	0	0	694	1 079	1 422
Atrasados	655	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos não Financeiros	3 412	11 605	13 249	21 164	14 650	20 878	16 601	9 487	6 844	5 003
Compra de Ativos	7 793	12 626	13 268	21 214	14 720	20 880	16 615	9 876	7 128	5 040
dos quais: Programa de Investimento	7 596	12 373	13 129	20 961	14 623	20 799	16 546	9 801	6 971	4 881
Venda de Ativos	4 381	1 021	18	50	70	2	14	389	284	37
Saldo Total	1 445	-2 090	-7 843	-14 570	-11 325	-18 599	-14 309	-11 376	-6 058	-5 798
Saldo Total (excluindo donativos)	-3 264	-8 326	-15 423	-24 024	-15 667	-1 966	-18 332	-13 985	-9 898	-9 753
<i>Por memória:</i>										
Despesa Corrente Primária	27 535	27 295	30 298	30 926	32 314	31 551	32 108	33 869	36 942	39 812
Saldo Primário (excluindo donativos)	-1 987	-5 985	-13 604	-21 865	-13 391	-20 310	-15 017	-10 556	-5 801	-5 549
Dívida do Governo Central	71 983	73 109	83 391	99 213	120 930	137 258	157 867	177 644	197 373	210 726

Fonte: Ministério das Finanças.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adoção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas; P- Provisório.

Operações do Sector Público Administrativo

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 ^P	2016 ^P
Receitas Totais	28,1	28,7	27,6	28,6	25,6	24,4	24,5	22,9	26,4	26,5
Receitas Correntes (excluindo donativos)	23,7	24,1	22,1	21,8	22,7	21,6	21,9	21,2	23,9	24,7
Impostos	21,4	21,8	18,8	18,9	20,0	18,3	18,3	17,8	19,1	20,4
Imposto sobre o Rendimento	6,3	6,3	5,9	5,7	5,9	5,7	5,6	5,2	6,0	6,4
Imposto sobre Bens e Serviços	9,3	9,9	8,2	8,7	9,4	8,3	8,5	8,3	8,8	9,4
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	8,1	8,7	7,2	7,6	7,8	6,9	6,8	6,6	7,1	7,6
Imposto para Serviços de Incêndio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imposto sobre o Consumo	1,0	1,0	0,8	0,9	1,2	1,0	1,1	1,0	0,9	1,0
Outros Impostos	0,2	0,2	0,1	0,2	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Imposto sobre Transações Internacionais	4,6	4,5	4,0	4,1	4,2	3,8	3,7	3,7	3,8	4,3
Outros Impostos	1,2	1,1	0,7	0,5	0,6	0,4	0,4	0,5	0,4	0,3
Segurança Social	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências	4,4	4,3	5,5	6,8	2,9	2,8	2,6	1,7	2,4	2,5
Outras Receitas	2,2	2,2	3,2	2,9	2,7	3,2	3,6	3,4	4,8	4,4
Rendimentos de Propriedade	0,5	0,4	0,7	0,2	0,2	0,3	0,3	0,1	0,6	0,5
Venda de Bens e Serviços	1,5	1,4	2,3	2,2	2,1	2,6	2,5	2,6	2,8	3,2
Multas e Outras Penalidades	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3	0,5	0,3	0,4
Outras Transferências	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0
Outras Receitas não Especificadas	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,4	0,2	1,1	0,2

Fonte: Ministério das Finanças.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adoção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas. E-Estimativas preliminares. Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais anuais definitivas até 2014 e as contas nacionais anuais provisórias para 2015 e 2016; P - Provisório.

Operações do Sector Público Administrativo

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 ^P	2016 ^P	
											em percentagem do PIB
Despesas Correntes Totais	24,1	21,6	23,6	23,9	23,4	22,6	23,0	24,2	25,9	27,7	
Despesas com Pessoal	9,9	9,2	10,5	10,7	10,6	10,6	10,8	10,9	10,7	11,5	
Aquisição de Bens e Serviços	4,2	3,4	3,9	3,7	3,5	3,3	3,3	3,3	4,3	4,3	
Juros Correntes	1,5	1,4	1,3	1,6	1,5	1,7	2,2	2,2	2,6	2,6	
Dívida Externa	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,9	1,0	1,1	1,1	
Dívida Interna	1,1	1,0	0,9	1,1	1,0	1,1	1,0	1,2	1,5	1,5	
Outros Encargos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Subsídios	0,3	0,7	0,6	0,5	0,7	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	
Transferências Correntes	2,6	2,5	2,8	3,6	3,1	2,7	2,7	2,8	3,0	3,1	
Organismos Internacionais	0,0	0,2	0,3	0,3	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,3	
Administração Pública	2,6	2,4	2,5	3,3	3,0	2,5	2,5	2,7	2,8	2,8	
Benefícios Sociais	1,9	1,9	2,1	2,1	2,5	2,6	2,7	2,8	3,0	3,2	
Outras Despesas Correntes	3,2	2,4	2,4	1,7	1,4	1,6	1,3	1,5	1,5	2,0	
Transferências de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Valor a Regularizar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,7	0,9	
Atrasados	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Ativos não Financeiros	2,8	8,6	9,8	15,3	9,9	13,9	10,8	6,1	4,3	3,2	
Compra de Ativos	6,4	9,4	9,8	15,3	10,0	13,9	10,8	6,4	4,5	3,2	
dos quais: Programa de Investimento	6,2	9,2	9,7	15,1	9,9	13,8	10,8	6,3	4,4	3,1	
Venda de Ativos	3,6	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,2	0,0	
Saldo Total	1,2	-1,6	-5,8	-10,5	-7,7	-12,4	-9,3	-7,4	-3,8	-3,7	
Saldo Total (excluindo donativos)	-2,7	-6,2	-11,4	-17,3	-10,6	-1,3	-11,9	-9,1	-6,2	-6,1	
<i>Por memória:</i>											
Despesa Corrente Primária	22,6	20,3	22,3	22,3	21,8	21,0	20,9	21,9	23,3	25,1	
Saldo Primário (excluindo donativos)	-1,6	-4,4	-10,0	-15,8	-9,1	-13,5	-9,8	-6,8	-3,7	-3,5	
Dívida do Governo Central	59,0	54,3	61,4	71,6	81,8	91,3	102,7	115,0	124,4	132,8	

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adoção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas. Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais anuais definitivas até 2013 e as contas nacionais anuais provisórias para 2014 e 2015; P - Provisório.

